



RELATÓRIO DE ATIVIDADES



2012



FIAPEC

Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA



Cumprimos a Meta Atuarial!



A Diretoria Executiva da Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq, em cumprimento ao disposto no Artigo 30 do seu Estatuto, apresenta neste relatório os dados relativos às atividades desenvolvidas no exercício de 2012.

Apesar do cenário mundial, ter sido marcado pela alta volatilidade dos mercados e baixo crescimento das economias, principalmente na Europa, a carteira de investimentos da FIPECq encerrou o ano com a rentabilidade de 12,52%, resultado superior em 0,91% à expectativa atuarial de 11,51%.

Na área de Previdência, destacamos o recadastramento dos Participantes Assistidos, realizado de julho a outubro, com 100% de retorno. Durante o ano, apesar das concessões de benefícios, o número de Participantes ativos do PPC cresceu de 611 para 668. Já no FIPECqPREV, o número de Participantes ativos diminuiu de 1.595 para 1.520, devido aos resgates. Muito embora tenha mantido a evolução da sua rentabilidade (o que demonstra a eficiência da gestão dos recursos financeiros).

Na gestão, podemos enfatizar o processo eleitoral, realizado pela Internet, que elegeu novos Conselheiros Titulares e Suplentes, representantes dos Participantes, sendo dois para integrar o Conselho Deliberativo e um para o Conselho Fiscal. Além dos aspectos da regularidade, transparência e da correta aplicação dos recursos, os conselheiros acompanham todo o desempenho da Fundação como agentes do desenvolvimento econômico e geração de riqueza, de acordo com a expectativa de resultado das Patrocinadoras, Participantes e Assistidos.

Não deixe de conferir todos os dados deste documento. A FIPECq está cumprindo o seu papel de forma coerente e transmitindo, com clareza, ao seu público-alvo, o real objetivo de sua existência.

Ações Gerais	04
Previdência.....	14
Investimentos e Resultados.....	22
Patrimônio e Carteira de Investimentos.....	40
Demonstrações Contábeis	49
Notas Explicativas	54
Parecer Atuarial	80
Relatório dos Auditores Independentes	91
Parecer do Conselho Fiscal.....	95
Resolução do Conselho Deliberativo.....	96
Conclusão.....	97
Glossário	98
Encarte - Demonstrativos de Investimentos	

Comunicação Institucional

FIPECq no Dia Nacional do Aposentado



A FIPECq participou, dia 23 de janeiro de 2012, no Rio de Janeiro, do evento promovido pela ABRAPP/SINDAPP em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, comemorado dia 24 de janeiro.

A cerimônia contou com a presença de aposentados que representavam seus fundos de pensão, entre eles, Fábio Correa de Barros, Assistido da FINEP, que recebeu das mãos

do Diretor de Previdência da FIPECq, Adilmar Ferreira Martins, a diplomação alusiva à data.

FIPECq dispensada de enviar o Relatório Impresso

Pelo terceiro ano consecutivo, a FIPECq foi dispensada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) de enviar – por meio impresso – aos seus Participantes o Relatório Anual de Atividades. Isso por ter comprovado a execução do seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária.

Em janeiro de 2012, a Fundação encaminhou à PREVIC (conforme prevê a instrução SPC 32/09) o Relatório de Execução do seu Programa de Educação Financeira e Previdenciária relativo às ações desenvolvidas em 2011. No documento, foram detalhadas todas as atividades desempenhadas em prol da educação financeira e previdenciária dos Participantes da Fundação, bem como foram anexados todos os comprovantes do compromisso assumido pela FIPECq.

A PREVIC avaliou os dados apresentados e os resultados obtidos pela FIPECq, tendo constatado o pleno desenvolvimento do Programa de Educação Financeira e Previdenciária.

FIPECq promove Mesas-Redondas

Nos dias 28 de fevereiro e 29 de maio de 2012, a FIPECq realizou, respectivamente, a 3ª e a 4ª Mesa-Redonda Regional Centro-Norte: Análise Macroeconômica, na sede da Fundação Ceres, em Brasília. A terceira Mesa abordou

a Macroeconomia e seus dilemas fiscais e o Resultado Fiscal Estrutural. Já a quarta edição mostrou o endividamento público no Brasil de 2001 a 2004 e inflação.

Os eventos foram destinados aos empregados das áreas de investimentos, aos conselheiros e aos membros de comitês de investimentos das fundações do centro-oeste. Os palestrantes foram técnicos do IPEA.

Assistidos da FIPECq fazem recadastramento

Todos os Assistidos (aposentados e pensionistas) da FIPECq participaram do recadastramento promovido de junho a agosto de 2012. Eles receberam, via Correios, um formulário de informações para ser entregue à Fundação com as atualizações cadastrais. A finalidade do recadastramento é comprovar se o beneficiário está vivo, evitando fraudes.

Encontro com Participantes da FINEP, no RJ e SP



Dando continuidade às ações do Programa de Educação Financeira e Previdenciária, foi realizado dia 15 de junho de 2012, na sede da FINEP, no Rio de Janeiro, o “Encontro FIPECq com os Participantes”. O evento teve o objetivo de apresentar informações importantes sobre o funcionamento da FIPECq, seus Planos de Previdência,

além de abordar sobre Finanças Pessoais e Investimentos. Cerca de 100 Participantes estiveram no Encontro.

Já os Participantes lotados no escritório da Patrocinadora FINEP, em São Paulo, tiveram o “Encontro FIPECq com os Participantes” no dia 23 de outubro de 2012. O evento atendeu à mesma programação aplicada ao realizado na FINEP – RJ. Compareceram ao Encontro 14 pessoas, Participantes e não Participantes do PPC, que puderam esclarecer dúvidas e atualizar-se sobre as regras implantadas com a aprovação do novo Regulamento do Plano, em 2010.

Conselheiros são certificados

Em setembro, três Conselheiros da FIPECq receberam a Certificação do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS): Tarciso José de Lima e Raimundo Otaíde Picanço Filho (membros do Conselho Deliberativo) e Carlos Eduardo

Gutierrez Freire (membro do Conselho Fiscal). Com eles, a maioria do quadro diretivo da Fundação já está certificada.

As certificações atendem a Resolução 3.792/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Ela estabelece que os administradores e demais participantes do processo decisório dos investimentos de uma EFPC – Entidade Fechada de Previdência Complementar, assim como aqueles que realizam operações com ativos financeiros, devem ser certificados por entidade de reconhecido mérito pelo mercado financeiro.

A FIPECq considera a certificação fundamental para a profissionalização do segmento e a melhoria da gestão.

FIPECq no VII Seminário de Educação Previdenciária

A técnica da Gerência de Previdência, Consuelo Vecchiatti, esteve pela Fundação no VII Seminário de Educação Previdenciária, realizado dia 03 de outubro, em São Paulo – SP.

O evento, focado para conselheiros das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, destacou a importância do envolvimento dos Conselhos nos Programas de Educação e a responsabilidade do Conselho Fiscal no controle de risco das Entidades. Também fomentou o debate sobre a importância da certificação e qualificação dos Conselheiros.

Processo Eleitoral elege novos Conselheiros

A FIPECq promoveu eleições para a escolha de novos Conselheiros Titulares e Suplentes, representantes dos Participantes, sendo dois para integrarem o Conselho Deliberativo e um para o Conselho Fiscal. Foram duas chapas concorrentes: Chapa 1 “Confiança e União” e Chapa 2 “FIPECq: Visão de Futuro”. As eleições aconteceram dia 08 de novembro, das 8h às 20h (horário de Brasília), pelo site da FIPECq. A chapa 2 venceu a disputa com 69,72% dos votos.

Essa foi a 6ª eleição da FIPECq realizada pela Internet, por meio do site da Fundação. A tecnologia inovadora é utilizada desde 2002 e garantiu segurança, credibilidade, mobilidade, rapidez e eficiência na apuração. Confira a atual composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FIPECq no Expediente deste Relatório.

Aprovada a Política de Investimentos de 2013 a 2017

O Conselho Deliberativo da FIPECq aprovou em sua 234ª reunião, realizada no dia 13 de novembro de 2012, por meio da Resolução 018/2012, a Política de Investimentos para o período de 2013 a 2017, que define os percentuais de aplicação dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação: Plano de Previdência Complementar/PPC; FIPECqPREV e Plano de Gestão Administrativa/PGA.

Diante dos indicadores macroeconômicos projetados para 2013, como forma de viabilizar o cumprimento da meta atuarial correspondente ao INPC+5% ao ano, as aplicações financeiras dos planos geridos pela FIPECq deverão ser alocadas respeitando as exigibilidades de cada um dos fundos.

Para o Plano de Previdência Complementar/PPC, a Política de Investimentos aprovada indica que poderão ser direcionados 54% dos recursos no Segmento de Renda Fixa; 30% no Segmento de Renda Variável; 9% no Segmento de Investimentos Estruturados; 2% no Segmento de Investimentos no Exterior; 2% em Segmento de Imóveis e 3% no Segmento de Empréstimos.

Devido as suas características que exigem disponibilidade de recursos e maior liquidez, o FIPECqPREV tem como alvo a alocação de seu patrimônio em 59% no Segmento de Renda Fixa; 35% no Segmento de Renda Variável e 6% no Segmento de Investimentos Estruturados. O Plano de Gestão Administrativa/PGA, que possui características similares, tem como alvo de alocação 60% no Segmento de Renda Fixa; 35% no Segmento de Renda Variável e 5% no Segmento de Investimentos Estruturados.

A Política de Investimentos e as diretrizes da FIPECq são revistas anualmente pela Diretoria Financeira, a partir da análise de cenários macroeconômicos, de estudos setoriais, do fluxo de caixa e do orçamento da Fundação. O objetivo é definir a atuação no que se refere aos investimentos nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados, Imóveis e Empréstimos aos Participantes, além dos objetivos específicos de rentabilidade de cada segmento de aplicação, com limites máximos e mínimos para aplicação, bem como os setores nos quais se deve aumentar ou reduzir sua participação.

Novos Conselheiros tomam posse



Os cinco novos Conselheiros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal da FIPECq, e seus suplentes, tomaram posse dia 30 de novembro, na sede da Fundação, em Brasília, com início do mandato dia 04 de dezembro de 2012. Foram três conselheiros eleitos

pelos Participantes e dois indicados pelas Patrocinadoras, todos com um mandato de quatro anos.

O então presidente do Conselho Deliberativo da FIPECq, Carlos Roberto Silveira Silva, iniciou a solenidade de posse falando da importância do Conselheiro na boa gestão da Fundação e parabenizou os novos membros, assim como fez o Diretor-Presidente e de Investimentos, Roberto Teixeira de Carvalho. Já os conselheiros eleitos, Alvaro Albuquerque Junior, novo titular do Conselho Deliberativo, e Rosilene Matos Domingues, nova titular do Conselho Fiscal, falaram da honra em terem sido escolhidos pelos Participantes para representá-los.

Investimento na Capacitação de Pessoal



Capacitar seus empregados, dirigentes e conselheiros para qualificar a gestão da Fundação e melhorar o atendimento aos seus Participantes é um dos objetivos da FIPECq. Assim, em 2012, 35 pessoas foram capacitadas em diversas áreas, totalizando 577 horas/aula. Foram cerca de 11 eventos entre Congressos, cursos, palestras e realização de mesas-redondas.

Um exemplo desse investimento da FIPECq em capacitação ocorreu no último dia 18 de dezembro, quando foi realizado, na sede da FIPECq (em Brasília), o treinamento “Módulo Atuarial”, destinado aos Conselheiros da Fundação (foto).

O Treinamento abordou temas como: a história e a legislação vigente da Previdência Complementar Fechada, o objetivo e funcionamento da Avaliação Atuarial e os resultados dos Planos de Benefícios. Os instrutores foram João Roberto Rodarte (Consultor e Professor em Previdência Complementar) e Paulo Josef Gouvêa da Gama (Atuário e Professor).

Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI

Em 2012, o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) trabalhou para atender todas as necessidades dos usuários da FIPECq, melhorando o parque tecnológico e desenvolvendo sistemas para facilitar o trabalho dos funcionários e a disponibilização de informações aos Participantes, além de aprimorar os controles existentes na Fundação. Entre eles, podemos destacar:

- Compra de equipamentos (Computadores, Impressoras, Scanners, etc).
- Aquisição de novos Servidores, agilizando ainda mais os serviços oferecidos pelo NTI, resultando na maior segurança das informações da FIPECq.
- Aumento do Link de Internet, objetivando a maior velocidade no acesso a Internet dos usuários da nossa rede e para os Participantes que acessam o site da Fundação.
- Aquisição de novos *nobreaks*, tanto para as Estações de Trabalho quanto para os Servidores, e outros equipamentos necessários para o funcionamento da Rede Interna de Computadores. Com isso, em caso de falta de energia, os equipamentos ligados em 110V poderão ficar acessíveis por mais de uma hora e trinta minutos.
- Acompanhamento de todo o Processo Eleitoral FIPECq 2012, auxiliando na criação do Regulamento Eleitoral, cronogramas e informativos, além do desenvolvimento do Sistema para a Eleição FIPECq 2012, permitindo que a Eleição ocorra exclusivamente pela Internet, agilizando a apuração e aumentando a segurança e controle do Pleito.
- Desenvolvimento de Sistema de *Workflow* – Permite a automação e o acompanhamento dos fluxos de trabalho e a otimização dos processos entre os setores.
- Desenvolvimento de Sistema para o Empréstimo WEB, permitindo que os Participantes possam solicitar empréstimos de forma rápida e segura diretamente pela Internet, não tendo necessidade de deslocar-se até uma Representação.



- Desenvolvimento de Sistema de Orçamento, que auxilia na elaboração, execução, ajustes e acompanhamento do orçamento.

Destaca-se também o trabalho contínuo para que os Servidores e a Rede de Computadores funcionem sem paradas e, para que isso ocorra, é necessário Manutenções Preventivas, vitais para o bom funcionamento

desses equipamentos.

Assessoria Jurídica - AJU

A estrutura orgânica da FIPECq conta com uma Assessoria Jurídica (AJU), que é integrada por dois advogados, sendo um deles, o Assessor Jurídico. Tem como principal atribuição assessorar a Diretoria Executiva nas diversas áreas da estrutura organizacional da Fundação, aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e fornecer a esses órgãos colegiados e à Gerência de Contabilidade e Infraestrutura informações mensais detalhadas, por meio de relatório de andamento das ações judiciais da FIPECq. A AJU fornece, ainda, o relatório semestral para à Auditoria de Assessoramento ao Conselho Fiscal e, anual, para a Auditoria Externa Independente, cujo número de ações em 2012 variou entre 380 e 320. Realiza, também, o acompanhamento em sistema informatizado próprio, de todas as ações em andamento, nas diversas instâncias, tribunais e jurisdições e dos contratos com escritórios de advogados terceirizados e de prestadores de serviços.

Acompanhamento das Ações Judiciais

Abaixo, o Quadro Resumo, apresenta o número de ações judiciais da FIPECq, por área e situação dos processos (Em Andamento ou Encerrados).

Área	Quantidade Total	Situação	
		Em Andamento	Encerrados
Juizado Especial	4	4	0
Justiça Comum Cível	340	279	63
Justiça Federal	19	20	0
Justiça do Trabalho	17	17	0
Total Geral	380	320	63

Dos processos em andamento, cujo fechamento mensal ocorreu no dia 31/12/2012, no total de 320, a FIPECq figura como Autora em 260 deles, o que representa 81,3%, e como Ré, nas demais. Nas ações em que a FIPECq é Autora, 04 têm como objeto a cobrança da “Reserva a Amortizar” que deixou de ser aportada no momento próprio pelas Patrocinadoras atingidas pelo Regime Jurídico Único. Além disso, a FIPECq busca em outras ações nos Juízos de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiânia, Curitiba e Cascavel-PR, a reparação de investimentos com insucesso em algumas instituições financeiras e empreendimentos, além de restituições e isenções tributárias, bem como a defesa de ações ajuizadas na Circunscrição judiciária de Brasília e nas Comarcas do Rio de Janeiro-RJ, São Paulo-SP, São José dos Campos-SP, Curitiba-PR, Toledo-PR, Cascavel-PR, Manaus-AM e Salvador-BA. As demais ações, como Autora, cerca de 226, referem-se à cobrança de inadimplência de empréstimos concedidos, cujos resultados estão sendo obtidos por meio de acordos judiciais celebrados com os mutuários e por decisões na jurisdição contenciosa, com

considerável retorno de recursos ao longo dos últimos cinco anos. Além disso, a FIPECq tem conseguido decisões judiciais que permitem o desconto na folha de pagamento junto aos órgãos de lotação e na conta bancária do mutuário.

No final do mês de dezembro do ano de 2012, dos processos em que a FIPECq figura como Ré, 3 referem-se a execução fiscal e 5 a expurgos inflacionários.

Encontra-se em tramitação a Ação Declaratória ajuizada pela FIPECq, no final do ano de 2010, com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare por sentença a destinação dos recursos referentes aos 2/3 (Fundo Previdencial) que integram o patrimônio atual da Fundação.

Ainda em destaque, encontra-se em tramitação na 8ª Vara Cível da Comarca da Capital São Paulo, ação ordinária, patrocinada por escritório terceirizado, em desfavor do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, com o objetivo de recuperação de investimentos realizados no então Banco Santos S.A. Já foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da FIPECq. Contudo, foi interposto Recurso de Apelação para o TJSP (2ª Instância), onde aguarda julgamento.

A Assessoria Jurídica da FIPECq ainda assumiu a representação judicial da Fundação nos processos de Recuperação Judicial requeridos pela Flashbel Comercial Cosméticos LTDA, em São Paulo-SP e pela Diplomata S/A Industrial e Comercial na Cidade de Cascavel-PR, além de atuar no Processo de Liquidação Extrajudicial da Pró-Saúde Serviços Médicos Ltda (Samcil) em São Paulo-SP, tendo sido elaborada petição de Declaração de Crédito a ser protocolada na Massa Liquidanda, em São Paulo, acompanhada dos documentos que deram origem à operação de compra das CCB's.

A Ação de Cobrança feita pela FIPECq contra a INDUSTRIAL DO BRASIL – DTVM, ajuizada no dia 4/4/2008, com o patrocínio da Assessoria Jurídica, tem por objeto, a restituição do valor de R\$ 422.071,93, atualizado até à data de propositura da ação,



cobrado indevidamente na elevação unilateral pela IB – DTVM, de 0,10% para 0,50% a.a. na administração dos Fundos INSIGNIA e PROTECQ. A ação foi julgada procedente em parte, com a condenação da IB – DTVM a restituir a importância de R\$ 334.634,72, referente ao Fundo INSIGNIA. Em relação ao Fundo PROTECQ, o Juiz deixou de deferir o

valor de R\$ 87.437,21. No entanto, a FIPECq recorreu da Decisão para o TJSP (2ª Instância), onde aguarda julgamento. Oportuno ressaltar que a IB – DTVM também recorreu da Decisão para o TJSP.

Estão sob a responsabilidade da Assessoria Jurídica da FIPECq, como representante judicial, 32 processos da totalidade de ações, o que corresponde a cerca de 10% do total. Nas demais ações em que a FIPECq é Autora ou Ré, sua representação é exercida por escritórios ou advogados terceirizados. Essas contratações decorrem da natureza da ação, do objeto da causa, do local onde se encontra tramitando e do tempo que é disponibilizado em cada uma delas, além da especialização requerida no tema e da obrigatória atuação “in loco”, quase sempre, em todas as instâncias no curso da tramitação processual.

Ainda no ano de 2012, a AJU:

- Apresentou 14 defesas (contestação) em ações novas contra a FIPECq, além de um número considerável de realização de audiências e participação em julgamentos e reuniões em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus;
- Apresentou em Juízo 27 recursos, contra-razões de recursos e embargos de declaração em ações em andamento, inclusive em Tribunais Superiores;
- Elaborou 05 respostas/esclarecimentos à PREVIC;
- Elaborou 03 memoriais de Resumo de Recursos para os tribunais;
- Elaborou 06 contratos e 03 rescisões contratuais de Prestação de Serviços;
- Elaborou 17 termos aditivos de Contratos;
- Internamente, a AJU elaborou em temas diversos: 03 notas jurídicas, 10 manifestações, 37 despachos, 31 correspondências (cartas), 44 comunicações internas, 01 autorização do uso de imagem, 01 resposta à participante e 34 procurações;
- Efetuou 25 protocolos das ações de execução de título extrajudicial em Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo e encaminhou 09 cartas precatórias para protocolo de distribuição, também em Manaus.
- Elaborou os Acordos Coletivos de Trabalho da FIPECq dos anos de 2012 e 2013;
- Elaborou 06 notificações extrajudiciais;
- Elaborou 02 Declarações, sendo uma firmando conhecer um Participante para assinatura “à rogo” e outra de quantitativo de Participantes para efeito de execução extrajudicial de CCLs, referentes a investimentos;

- Condução, na condição de Presidente, de todas as atividades do Processo Eleitoral - 2012 da FIPECq, de maio a dezembro, com a elaboração da apresentação, regulamento, cronograma, recursos necessários, publicação no DOU, de edital de convocação, homologação das chapas e do resultado final do certame, bem assim envio de mensagens aos Participantes, por meio físico e eletrônico, com a efetiva participação da área de Comunicação da FIPECq.

Relação dos advogados e escritórios que prestam serviços para a FIPECq

Nome	Área de Atuação
Alde da Costa Santos Júnior	Cível
Airton Rocha Nóbrega	Cível
F&N Advogados Associados	Cível
Jonas Modesto da Cruz	Cível
Lobo & Ibeas Advogados	Cível
LA Machado Advogados	Cível
Manoel Guilherme Donas	Cível
Marcelo Lamego Carpenter Ferreira	Cível
Reis Advocacia (Pedidos e Respostas)	Cível
Ximenes Advogados Associados	Cível
Junqueira de Carvalho e Murgel	Cível/Tributária
Heloisa Camargo Rodrigues Felipe dos Santos	Trabalhista
Wilmon Alves de Oliveira e Laércio Barbosa de Melo	Cível, Trabalhista, Empresarial e Consultoria e Assessoria Jurídica Interna

Em 2012, as atividades desenvolvidas pela Gerência de Previdência transcorreram dentro de sua normalidade, para que fossem atendidas as atividades de controle contributivo, pagamento de benefícios, auditorias internas e externas.

Recadastramento

Em julho de 2012 foi encaminhado a todos os Participantes Assistidos, dos Planos administrados pela FIPECq, formulário de recadastramento em atendimento à Instrução Normativa da FIPECq nº 49. No término de outubro de 2012 obtivemos 100% de retorno do recadastramento.

Adiantamento de 50% do Abono Anual

Em cumprimento a Resolução nº 015 do Conselho Deliberativo da FIPECq, em janeiro de 2012 (para os aposentados) e junho de 2012 (para os pensionistas), foram concedidos os adiantamentos de 50% do abono anual, sendo garantindo aos mesmos o direito de requererem contrariamente a esse adiantamento.

Registramos que no universo de 280 Assistidos, em janeiro de 2012 recebemos a opção de desinteresse pelo pagamento do adiantamento de 5 aposentados e 15 pensionistas, respectivamente em janeiro e junho de 2012.

PLANOS ADMINISTRADOS

Plano PPC – Plano de Previdência Complementar

Em janeiro de 2012, os benefícios complementados pelo Plano PPC e o Piso Mínimo foram reajustados em 6,08%, em conformidade com a Portaria Interministerial MPS/MF nº. 2 de 06/01/2012, DOU de 09/01/2012.

Foram concedidos, no decorrer do exercício, os seguintes benefícios pelo Plano de Previdência Complementar/ PPC:

Aposentadorias por tempo de contribuição	13
Aposentadoria por idade	1
Aposentadoria por invalidez	1
Pensões por morte	2
Pecúlios por morte	7
Auxílios-doença	24

Foram extintos os seguintes benefícios pelo Plano de Previdência Complementar:

Aposentadorias por tempo de contribuição	7
Aposentadoria por idade;	2
Pensões	3
Auxílios-doença	22

Evolução das Despesas Previdenciárias do PPC (2011 - 2012)

R\$1,00

Espécie	2011	2012	Varição (%)
Aposentadoria por invalidez	1.048.230	1.170.119	11,6
Aposentadoria por idade;	884.857	825.548	(6,7)
Aposentadoria por tempo de contribuição	7.734.144	8.577.424	10,9
Aposentadoria Especial	56.932	60.393	6,1
Pensão	2.942.166	3.131.188	6,4
Auxílio-Reclusão	-	-	-
Auxílio-doença	875.376	924.457	5,6
Pecúlio por Morte	302.258	326.414	8,0
	13.843.963	15.015.543	8,5

O quadro acima apresenta um crescimento das despesas no período com o pagamento de benefícios de invalidez; tempo de contribuição, e pensões, acima do percentual de reajuste aplicado em janeiro/2012 de 6,08%. Esse fato é justificado pelas novas concessões no período. O crescimento de despesa com aposentadoria especial em 6,08% retrata a manutenção do mesmo número de Participantes Assistidos para essa espécie conferindo-lhe, assim, o reajuste oficial aplicado. As Aposentadorias por Idade tiveram uma redução substancial levando-se em consideração a extinção de benefício por falecimento e uma única nova concessão no período, com despesa inferior ao ano anterior.

Evolução Institutos Previdenciários - PPC (2011 - 2012)

R\$1,00

Institutos	2011	2012	Varição (%)
Portabilidade PPC Plano Originário	50.463	87.963	74,3
Portabilidade PPC Plano Receptor	5.620	0	(100,0)
Resgate de Reserva	450.013	405.494	(9,9)
	506.096	493.457	(2,5)
	2011	2012	Varição (%)
Solicitação de BPD	0	3	100

Em 2012 não tivemos processo de Portabilidade, sendo o PPC o Plano Receptor, mas registramos o exercício da Portabilidade, sendo o PPC o Plano Originário para envio à congênera.

Quanto às devoluções de reservas individuais, tivemos 28 devoluções de reservas que se encontravam retidas e 6 devoluções a Participantes que se desligaram das Patrocinadoras em 2012. Foram totalizadas 34 devoluções no exercício com um decréscimo de 9,9% quando comparado ao recurso disponibilizado em 2011 para o mesmo evento.

Evolução das Receitas Previdenciárias em 2011 e 2012 - Planos de Benefício Definido

R\$1,00

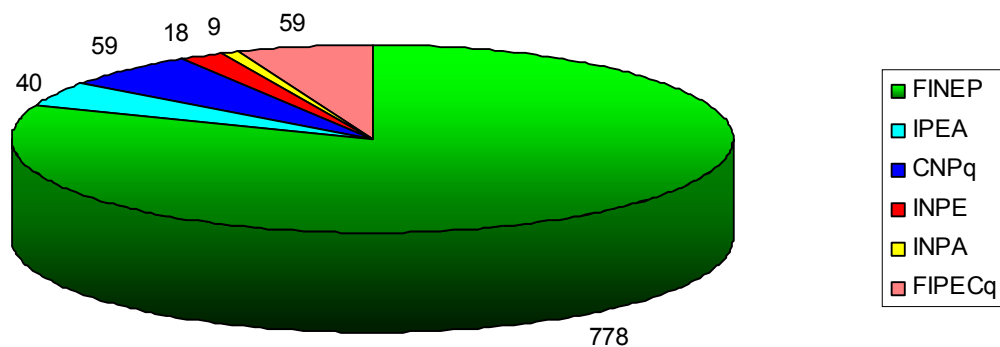
Patrocinadora	Plano PPC		
	2011	2012	Var. %
FINEP	9.800.996	11.042.561	12,7
IPEA	-	-	-
CNPq	98.457	100.717	2,3
INPE	113.209	113.492	0,2
INPA	-	-	-
FIPECq	455.167	473.602	4,1
Assistidos	607.279	680.887	12,1
Especiais	241.615	272.083	12,6
Total	11.316.723	12.683.342	12,1

Os acréscimos nas contribuições previdenciárias são justificados pela elevação do teto máximo de participação, elevado em janeiro de 2012 de R\$ 14.766,96 para o valor de R\$ 15.664,80. A elevação da folha salarial das Patrocinadoras, por meio de dissídios, reclassificações, ajuste nas tabelas de gratificação, também são indicadores da elevação do salário-de-participação e conseqüente acréscimo nas contribuições para os Planos.

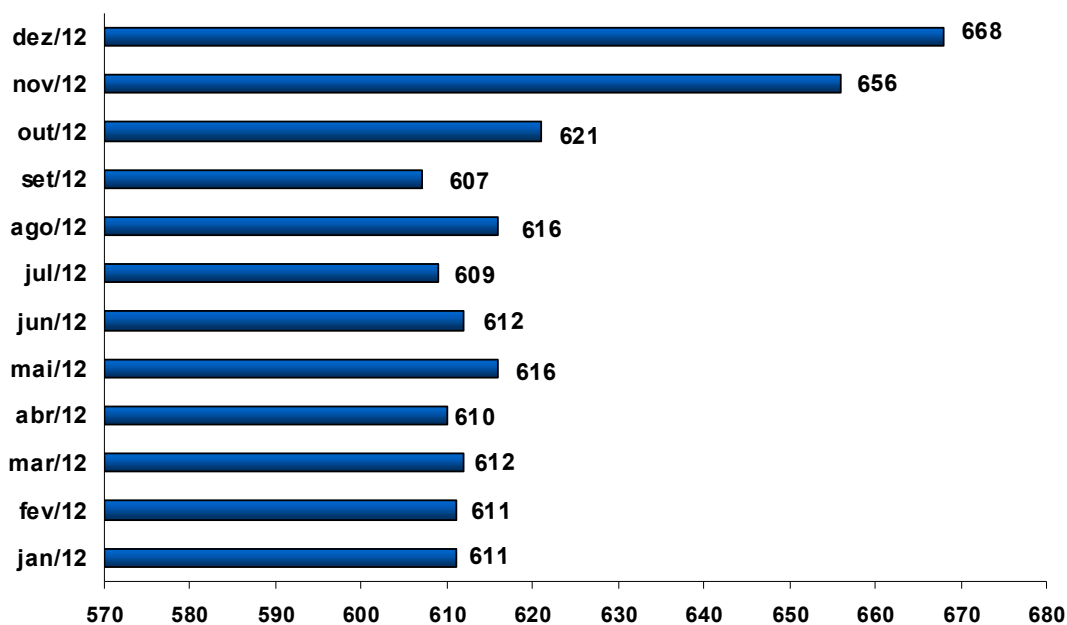
Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos e Encerrados em 2012

Benefícios	Plano PPC	
	Concedidos	Encerrados
Aposentadoria por tempo de contribuição	14	7
Aposentadoria por idade	1	2
Aposentadoria por invalidez	1	0
Pensões	2	3
Auxílio doença	24	22
Pecúlio - Part. ativo	-	-
Pecúlio - Part. assistido	7	-
Resgates	34	-
Total	83	34

**População Total de Participantes
Ativos e Assistidos do PPC**



**Evolução da Estatística
Participantes Ativos do PPC**



Fonte: Boletim Mensal de Participantes

Plano FIPECqPREV

Plano de Benefícios Previdenciários dos Associados da FIPECq Vida

No decorrer de 2012 foram mantidos os pagamentos de seis aposentadorias por invalidez e duas pensões por morte, oriundas do extinto PPE. O pagamento dos benefícios mantidos decorre do Fundo de Benefício Concedido do PPE, após opção exercida pelos assistidos em 2011 pela continuidade ao recebimento do benefício complementar na modalidade benefício definido - BD.

Quanto aos novos benefícios concedidos em 2012, tendo em sua origem

recursos individualizados no Plano FIPECqPREV na modalidade Contribuição Definida – CD, registramos a concessão de 1 aposentadoria programada por prazo determinado e 4 pensões por morte em parcela única.

Evolução das Despesas Previdenciárias FIPECqPREV originário do PPE (2011 –2012)

R\$1,00

Espécie	2011	2012	Variação (%)
Invalidez (origem recurso PPE)	158.221	173.402	9,6
Pensão por Morte (origem recurso PPE)	33.837	36.914	9,1
Pecúlio - PPE (origem recurso PPE)	1.139	187	(83,6)
Abono Anual (origem recurso PPE)	16.367	17.592	7,5
Total	209.564	228.095	8,8

A menor variação ocorreu no valor do Pecúlio por Morte, tendo em vista tratar-se de correção de único benefício em diligência aguardando documentação para pagamento do benefício.

Os benefícios citados referem-se às despesas realizadas com os assistidos do PPE, tendo em vista a opção pela continuidade do recebimento de seus benefícios mensais em detrimento ao recebimento da Reserva Matemática em 28/02/2011.

Evolução das Despesas Previdenciárias - FIPECqPREV (2011 –2012)

R\$1,00

Espécie	2011	2012	Variação (%)
Benefício Programado - Parcela Única	3.592	0	(100,0)
Benefício Programado - Prazo Certo	3.200	12.052	276,6
Pensão por morte - Parcela Única	352.059	293.990	(16,5)
Total	358.851	306.042	

Espécie	2011	2012	Variação (%)
Capital Segurado - Vertido em Pensão	297.166	256.587	13,7

O Recurso Adicional pela Contratação de Seguro por Falecimento no valor de R\$ 256.587,00, corresponde ao capital recepcionado na FIPECq de Seguradora, para majoração da conta individual do Participante que o contratou. O capital segurado é adicionado à conta individual do Participante falecido para que os beneficiários indicados tenham acesso ao recebimento. A pensão por morte é composta pelas contribuições individuais vertidas com respectiva rentabilidade e o capital segurado. No exercício de 2012 tivemos 4 ocorrências de falecimento de Participantes Ativos no FIPECqPREV, dos quais 2 processos de pagamento contaram com aporte recebido da Seguradora.

Opções pelo recebimento:

No exercício de 2012, recebemos um pedido de Participante Ativo para o recebimento de benefício programado por prazo certo e despesa com a manutenção de benefício oriundo de opção por prazo certo iniciado em 2011. Quanto aos pagamentos de pensão por falecimento de Participante Ativo no FIPECqPREV, todos os beneficiários desejaram receber o benefício em parcela única.

Evolução Institutos Previdenciários – FIPECqPREV (2011 - 2012)

Institutos	2011	2012	Variação (%)
Portabilidade FIPECqPREV - originário	-	-	-
Portabilidade FIPECqPREV - receptor	0	41.329	100
Resgate de reserva	1.224.091	1.008.755	(17,6)
Total	1.224.091	1.050.084	(14,2)

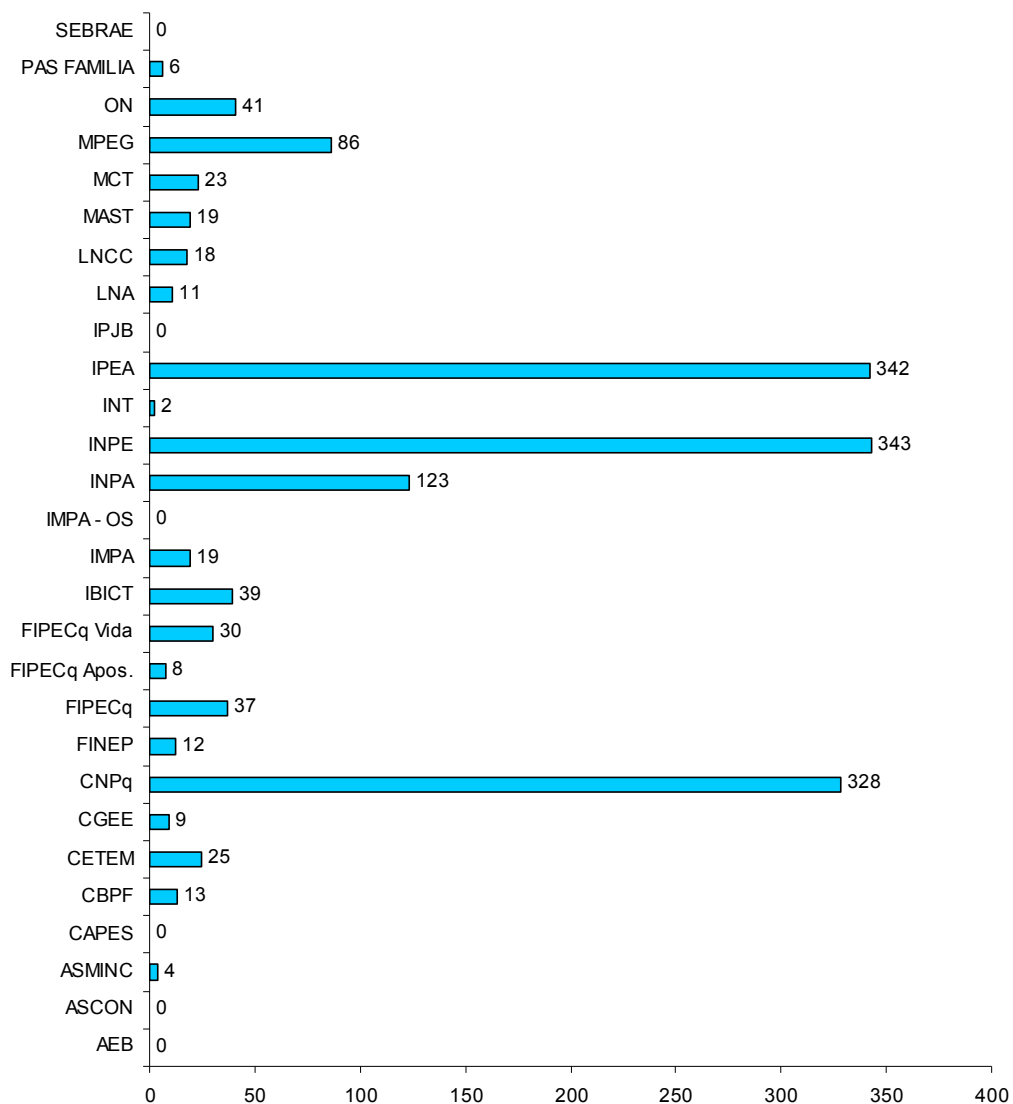
No exercício de 2012, no FIPECqPREV, registramos a ocorrência de um recebimento de recurso oriundo do Instituto da Portabilidade.

Resumo Quantitativo dos Benefícios Concedidos no FIPECqPREV

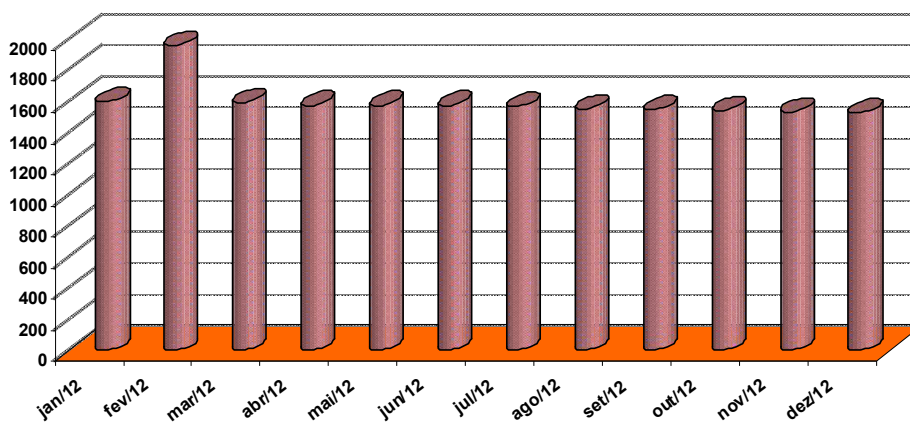
Benefícios	Concedido
Ap. programada prazo único	-
Ap. programada prazo determinado	1
Aposentadoria por invalidez	-
Pensões prazo único	4
Pensões prazo determinado	-
Resgates	168
Total	173



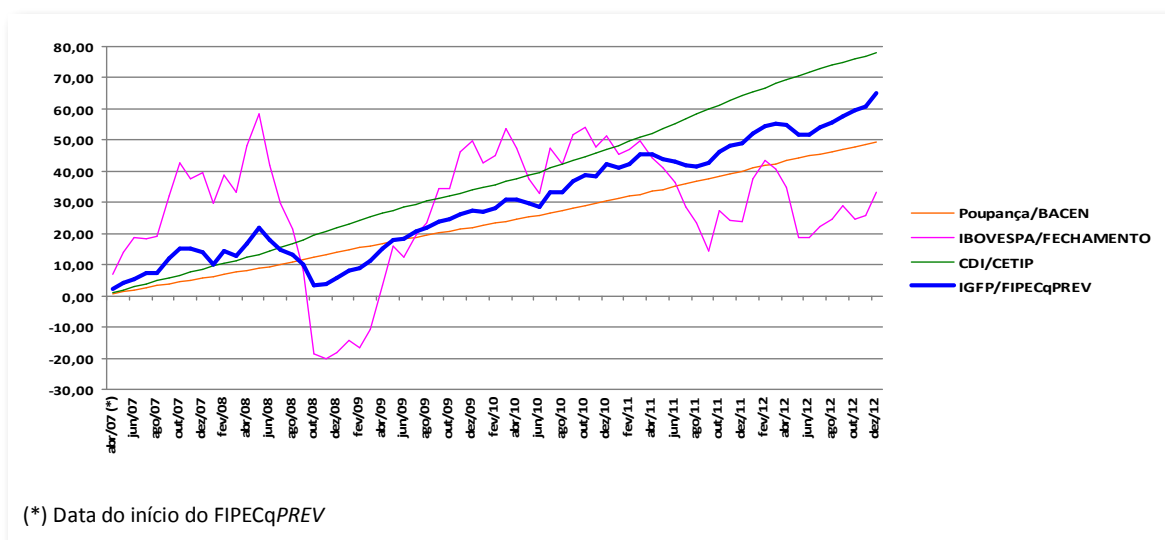
Distribuição de Participantes Ativos e Assistidos do FIPECqPREV Instituidoras da FIPECq Vida



Estadística de Participantes Ativos do FIPECqPREV



Evolução do Índice Geral do FIPECqPREV (IGFP) comparado a Outros Indicadores Período: Abr/2007 a Dez/2012



Em 2012 observamos a continuidade da evolução da rentabilidade do IGFP (Índice Geral do FIPECqPREV), o que demonstra a eficiência da gestão dos recursos financeiros. No exercício de 2012, os Participantes obtiveram a rentabilidade na ordem de 11,05%.

Plano de Benefícios Saldados – PBS

No que se refere ao Plano de Benefícios Saldado (PBS), a Diretoria da FIPECq manteve a suspensão dos benefícios ordenada pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

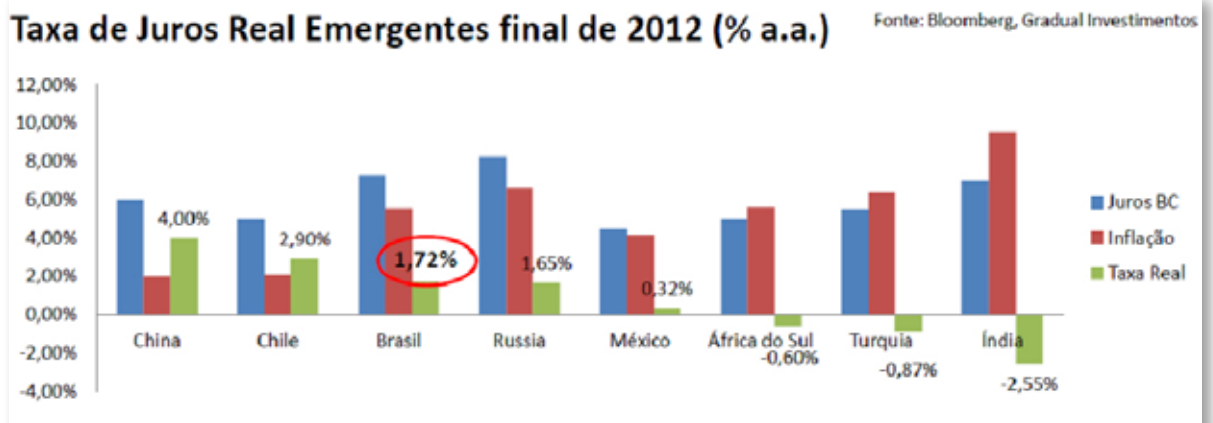
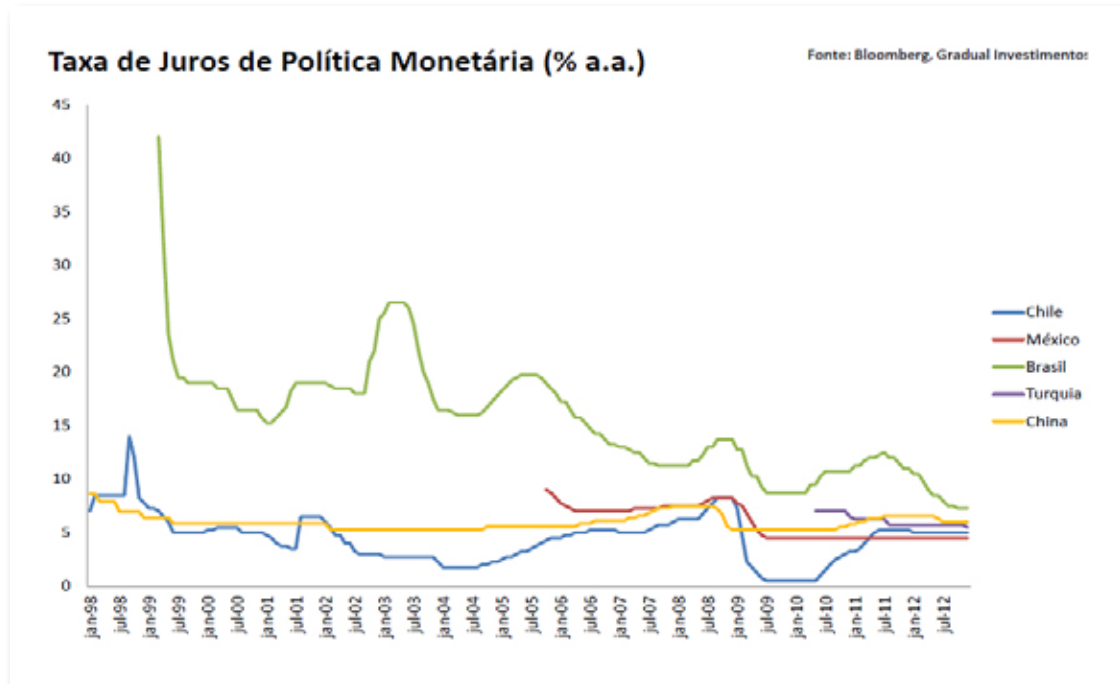
A suspensão não impôs aos Gestores da FIPECq o silêncio diante da medida. Em 31 de maio de 2012 a Diretoria da FIPECq foi recebida pelos Diretores de Análise Técnica e de Fiscalização da PREVIC, onde expôs através de apresentação visual, de forma resumida, os esclarecimentos sobre o Plano de Benefícios Saldados e os números finais sobre a existência de Patrimônio para que possam ser honrados os compromissos assumidos com os 12 Participantes assistidos do PBS.

Em 17 de dezembro de 2012 foi recebido, na sede da FIPECq, ofício da Diretoria de Análise Técnica da PREVIC, informando sobre a não análise de toda a documentação apresentada em maio de 2012 pela Entidade, discorrendo ainda, sobre exigências prévias que deverão ser atendidas para que o PBS seja deliberado por aquela autarquia.

Mais uma vez as providências estão sendo tomadas pelo corpo técnico da Entidade, no que couber, e serão levadas à Diretoria da PREVIC.

1. Retrospectiva 2012

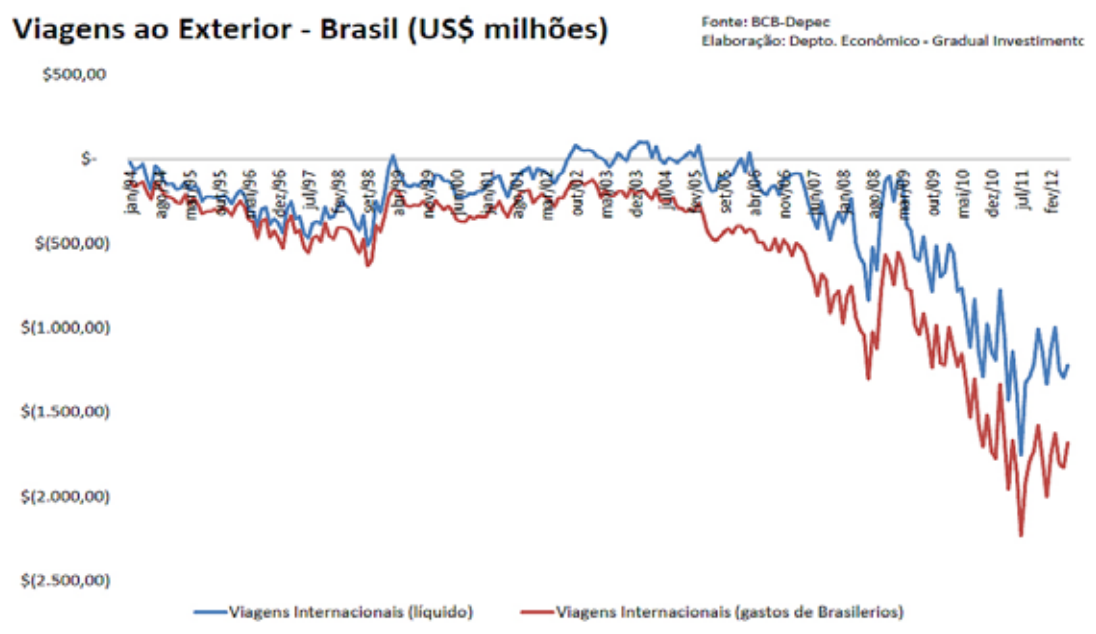
No ano que passou, vivenciamos uma revolução monetária no país com a queda da SELIC para patamares não imaginados, o que distorceu a rentabilidade esperada dos investimentos de maneira abrupta. Os efeitos da queda da taxa de juros ainda estão sendo sentidos, principalmente porque a queda da SELIC vem ocorrendo influenciada, de maneira reativa, pelos eventos externos, e não por conta do amadurecimento da política monetária interna. Se não fosse a crise internacional, seria bem provável que os juros reais brasileiros ainda fossem mais próximos a dois dígitos.



Esse movimento, de queda nas taxas SELIC, atingiu em cheio a confiança empresarial que reagiu negativamente retendo investimentos ao longo do ano, mesmo com a demanda agregada em patamares elevados. Também, a piora sistemática da confiança externa teve um papel importante nesse mau humor e consequente falta de investimentos. A aversão ao risco chegou nas economias centrais em patamares inéditos e os Bancos Centrais desses países, em especial o FED, reagiram com políticas monetárias agressivas.

Soma-se aos eventos descritos um conjunto de medidas da administração federal que não surtiram efeito, uma vez que a eficiência caiu drasticamente no país, justamente por conta da piora das expectativas empresariais. O resultado líquido das medidas do Governo foi um sentimento de intervencionismo e a deterioração aguda dos dados fiscais na esteira da desoneração de alguns setores.

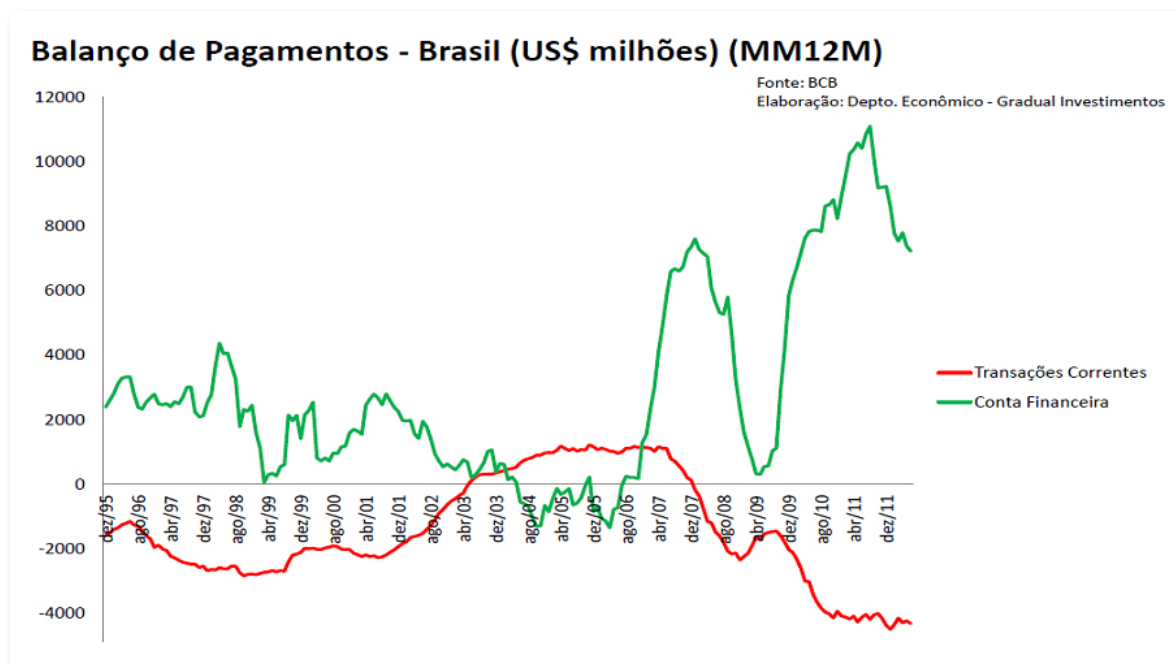
As desonerações são necessárias em países como o Brasil. Espera-se que numa economia sustentada por corte de juros, ter em contrapartida para a sociedade, o corte de impostos, mas num ambiente de incerteza como o de meados de 2012 o fôlego financeiro foi apropriado pelo empresariado e não foi reinvestido. O governo vem tentando, de maneira sistemática, recompor a margem dos empresários, mas no geral as medidas não estão sendo eficientes. Outras medidas nesse sentido são as investidas sistemáticas do Banco Central e da Fazenda no mercado de câmbio. O objetivo é criar um câmbio competitivo, algo que - em nossa opinião - é quase inatingível. O piso informal de R\$2,00 tende a ser rompido pelo fluxo esperado de poupança externa ao longo deste ano e mesmo um câmbio de R\$2,30 não seria suficiente para evitar que brasileiros gastem no exterior as somas recentes, nem dar competitividade aos setores exportadores com maior valor agregado.



O Banco Central, ultimamente, apresenta sinais claros de independência operacional ao agir duramente para evitar o enfraquecimento do Real. O problema reside no maior grau de abertura da economia brasileira nos últimos anos. Atualmente, insumos importados e financiamento externo fazem parte da realidade de muitas empresas brasileiras e enfraquecer forte e rapidamente o Real iria deteriorar o balanço patrimonial dessas empresas, mais que propriamente ajudar.

Sobre o setor externo, o déficit em transações correntes entrou numa fase

crônica, não sendo de fácil reversão no curto prazo. Mesmo se o país conseguisse manter superávits comerciais semelhantes ao período 2004-2007, esse montante não seria suficiente para equalizar as outras contas das transações correntes, em especial os gastos de brasileiros no exterior. Apesar dos déficits em transações correntes serem grandes, esses são amplamente financiáveis pelo ingresso via conta capital e financeira, em especial com o investimento estrangeiro direto. Essa absorção de poupança externa deve se acentuar ao longo de 2013 como uma derivada da menor percepção de risco nas economias centrais.

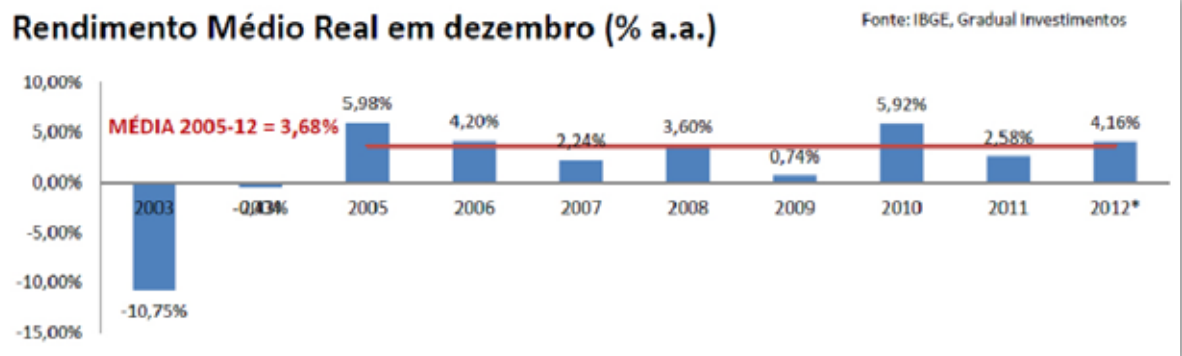


Acreditamos que, apesar de enormes dúvidas quanto aos problemas fiscais nos EUA e na Europa, a situação geral deve melhorar. Alguns sinais de dinamismo no mercado de trabalho norte-americano já são evidentes e na Europa as medidas adotadas já estão em curso, logo não esperamos mais notícias negativas. O resultado da política fiscal austera nesses países fará que suas taxas de crescimento sejam ruins, o que força o capital dessas regiões a migrar para outros mercados, ainda em especial para o Brasil.

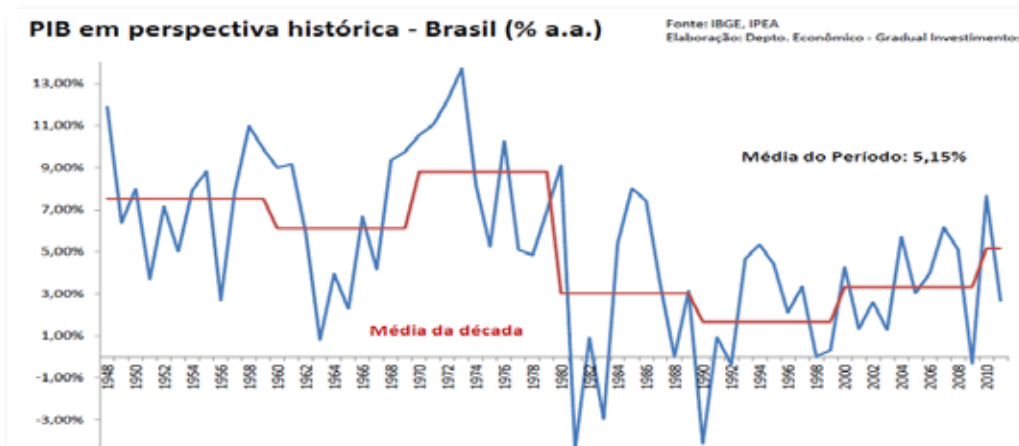
Na China, a nova direção do Partido Comunista chinês aponta que deve manter seu crescimento no patamar de 7,5%, deixando assim inalterado nosso superávit com aquela economia. Mesmo os EUA, que já foram nosso principal parceiro comercial, tende a retomar aos poucos sua importância, sendo deficitária na relação comercial com o Brasil.

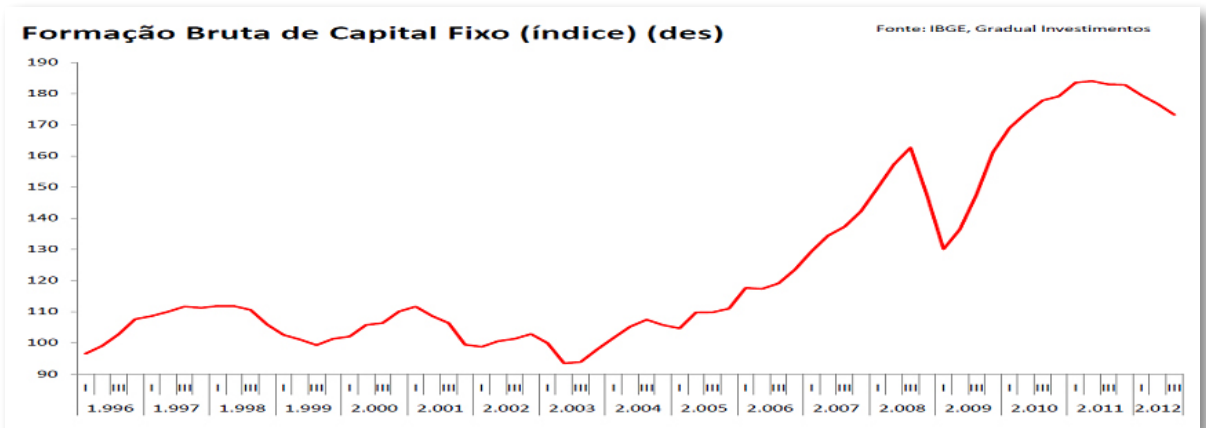
Assumimos que o crescimento em 2013 deve ser cerca de 25% inferior ao período de plena atividade do triênio 2009-2011, o que nos leva a uma taxa de crescimento real do PIB este ano de um pouco menos que 2,8%. Com um crescimento dessa ordem, estaremos trabalhando abaixo do PIB potencial estatístico e isso sugere que a taxa de

desemprego deve parar de cair. Com o desemprego estabilizado em patamar baixo, o efeito esperado é que a renda real do trabalhador pare de subir, retirando assim a pressão sobre o principal componente do IPCA, os Serviços. Com um aumento do salário mínimo este ano mais modesto que em outros períodos (lembrem-se que o ano que vem o reajuste deve ser de menos de 1% em termos reais) o conjunto salarial deve incomodar menos os preços, sem com isto dizer que teremos uma inflação baixa. Os preços administrados também devem se comportar bem apesar da alta da gasolina, que deve ocorrer em breve, e do aumento das tarifas de ônibus urbano. A queda da energia elétrica e do gás deve compensar em parte esse movimento de alta nos preços. Acharmos oportuno lembrar que a alta da inflação em 2012 foi resultado, em parte, por um choque de oferta de alimentos. Isso fez a inflação ser atipicamente alta no meio do ano, o que fará que o acumulado em 12 meses recue mais fortemente agora quando a janela móvel emparelhar com o choque do ano passado. Por estes motivos, a saber: salários mais acomodados; preços administrados controlados; PIB abaixo do potencial; e choque de oferta em meados de 2012, acreditamos que o IPCA deve ficar dentro da meta estipulada.



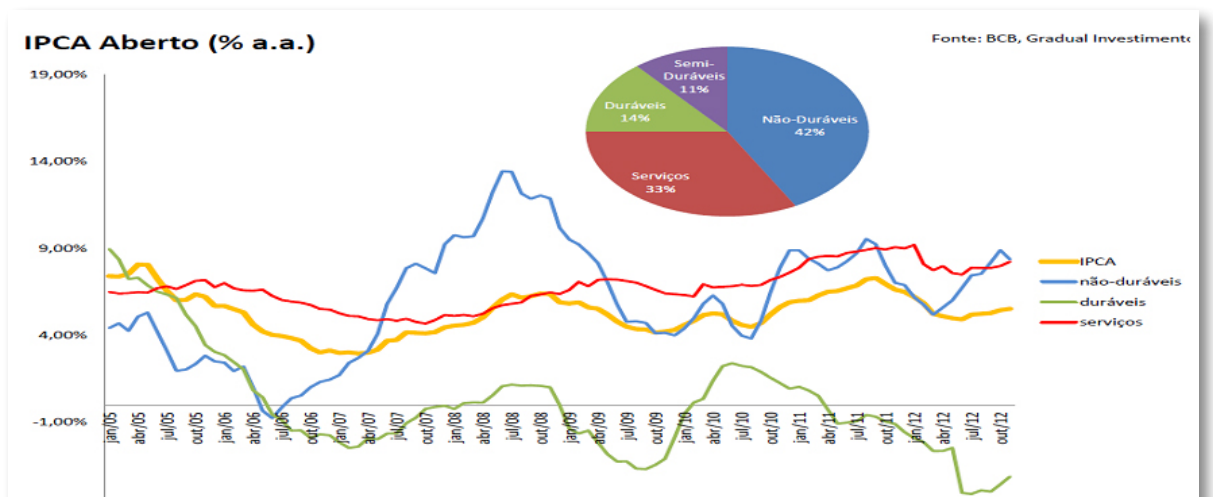
O PIB em 2013 deve ter um comportamento ainda muito fragilizado por conta da queda no Investimento, mas não só. Sob a ótica da demanda, o nosso setor externo, que entre 2001 e 2009 deu um impulso relevante para a atividade doméstica, deve ter comportamento neutro. O consumo das famílias é o grande motor da atividade – representando 60% do PIB – mas esse já está em patamar bastante elevado. Os gastos do governo, por sua vez, podem apresentar certa elevação com a pressão política para maiores investimentos, mas mesmo esse setor está sob restrição orçamentária (superávit primário abaixo da meta).





A inflação em 2013 deve ser mais comportada que nos anos recentes devido a basicamente cinco aspectos:

- O PIB brasileiro está trabalhando abaixo do seu potencial e ficará assim até o final desse ano pelo menos, o que irá acomodar o mercado de trabalho e consequentemente a renda real dos trabalhadores, segurando os serviços;
- Um choque de oferta de alimentos (que pode ser verificado pelo comportamento recente do IPA) foi um evento atípico. O patamar mais elevado desse choque irá contribuir para uma queda relativa em meados deste ano, em bens não duráveis;
- Os preços Administrados serão manipulados, com cuidado, pelo governo. Se de um lado teremos alta de gasolina e ônibus urbano, por outro lado cortes em energia elétrica – e provavelmente gás – fará o contra peso.
- A tendência é que o dólar continue fraco, evitando assim distorções vindas de fora;
- O preço de *commodities* agrícolas deve permanecer estável ao longo desse ano na esteira do crescimento global, ainda modesto. Projetamos que o IPCA fechará 2013 em 4,8% e o IGP-M em 5%. A inflação deve permanecer elevada nos próximos anos (em torno de 5%) por uma questão metodológica simples: o IPCA mede a inflação da maioria do consumo, e não da maioria da população, logo o indicador tem um peso



mais forte no setor de Serviços (justamente o mais sensível a elevação da renda). Como trabalhamos com a hipótese que o Brasil vai continuar crescendo absorvendo as camadas menos favorecidas não é factível, no curto prazo, uma queda mais acentuada dos preços, a não ser via choque recessivo.

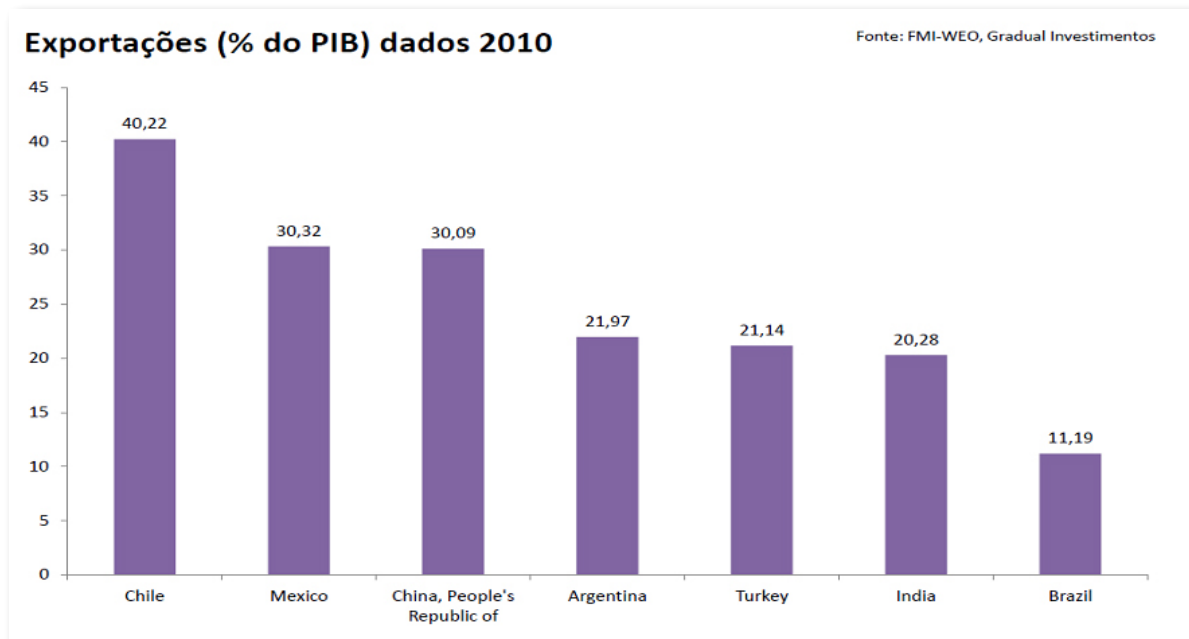
2. Perspectivas

Nos últimos anos, vimos sérias mudanças estruturais e de patamar no Brasil que tendem a ser permanentes. Em meio à crise internacional, a economia brasileira conseguiu impor certos estímulos à demanda que não podem ser revertidos sem uma quebra estrutural da economia. Em outras palavras, o governo hoje não pode dispor do mecanismo de ajuste recessivo. Seremos obrigados a crescer nos próximos anos, o que é um enorme desafio.

A boa notícia é que não precisamos lançar mão desse artifício. Tradicionalmente, quedas abruptas na atividade mundial impunham ao país um ajuste severo via Balanço de Pagamentos, mas em tempos recentes acumulamos Reservas Internacionais expressivas, que criam certo conforto neste setor. Para além das Reservas em patamares elevados, a queda do superávit comercial com os EUA foi acompanhada simultaneamente por uma alta na participação da China, o que trouxe mais acomodação ao setor externo.

Nosso superávit comercial ano passado foi pequeno, em torno de US\$20 bilhões, mas esse resultado não é ruim se ponderarmos que a economia chinesa teve US\$30 bilhões de superávit no mesmo período.

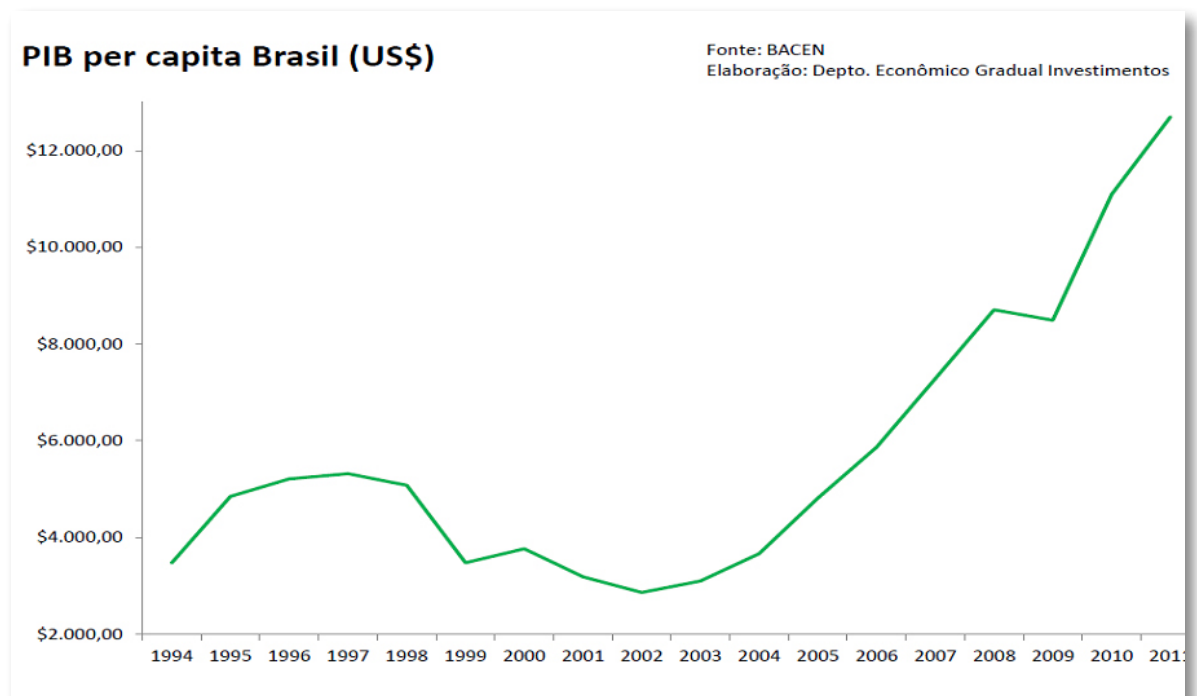
O Brasil goza de uma situação particular no mundo. Temos um tecido econômico que pode se ajustar a essa mutação do comércio mundial: somos exportadores tanto de bens industrializados como de matérias primas, o que cria um mix estratégico que a maioria dos emergentes não tem. Soma-se a isso que as exportações no Brasil são



proporcionalmente pequenas ao PIB em comparação a outros países. Isso traz mais um grau de resiliência à economia brasileira ante a crise.

O país vem crescendo de maneira inclusiva e isso traz benefícios adicionais. Apesar do PIB oficial crescer pouco, a incorporação de contingentes inteiros de trabalhadores ao mercado formal, além de corrigir uma dívida histórica, será o fundamento de um crescimento mais qualitativo nos próximos anos.

O PIB per capita vem crescendo de maneira relevante, bem como a renda do trabalhador. Isso gera desconforto nos balanços das empresas no curto prazo, mas é a única maneira de aumentar a produtividade geral da economia: salários mais elevados criam os incentivos à mecanização e melhoria de processos. Somente aumentar a educação da população não basta, é preciso que o cálculo econômico seja viável e é isso que devemos ver nos próximos anos.



O momento é de transição, resultado que pode ser chamado de Revolução Monetária, mas, como toda revolução, ela sofre perigos de reviravoltas importantes e os maiores riscos são, no curto prazo, a situação fiscal e a capacidade do governo de coordenar as expectativas. A questão fiscal é importante, mas por um motivo diverso do que é usualmente atribuído a essa variável, pois determina a leitura geral sobre a saúde do governo no longo prazo e isso no Brasil é fundamental: nosso governo tem pouca credibilidade, o que explica em parte as elevadas taxas de juros aqui praticadas. Num momento de crise como o atual, seria ingenuidade exigir do governo que esse cumpra as metas fiscais de um período pré-crise. A Administração Federal está desonerando a economia num momento de fragilidade e isso traz, obviamente, problemas no curto prazo.

3. Desempenho da FIPECq

A carteira de investimentos da FIPECq encerrou o ano de 2012 com a rentabilidade de 12,52%, resultado superior em 0,91% à expectativa atuarial de 11,51%.

Confirmando as previsões, o ano de 2012 foi marcado pela alta volatilidade dos mercados e baixo crescimento das economias, principalmente na Europa. No primeiro semestre do ano ficou claro que a recessão se aprofundaria nas economias do bloco durante o longo processo de ajustes macroeconômicos. Tal processo tem sido doloroso, tendo em vista o desemprego e a perda das garantias sociais que levaram multidões às ruas de Atenas e Madri. Apesar do alto custo, as principais economias do bloco seguem apostando na união monetária ao bancarem o salvamento da Grécia e salvaguardarem a posição da Espanha. O grande dilema que se apresenta na Zona do Euro é a dimensão das ligações entre a crise bancária, a crise soberana e a crise econômica. As fragilidades constitutivas do Euro seguem como pano de fundo, tendo como principais fatores a pulverização da responsabilidade fiscal e da supervisão do sistema bancário, ferozmente defendidos como fatores de soberania nacional.

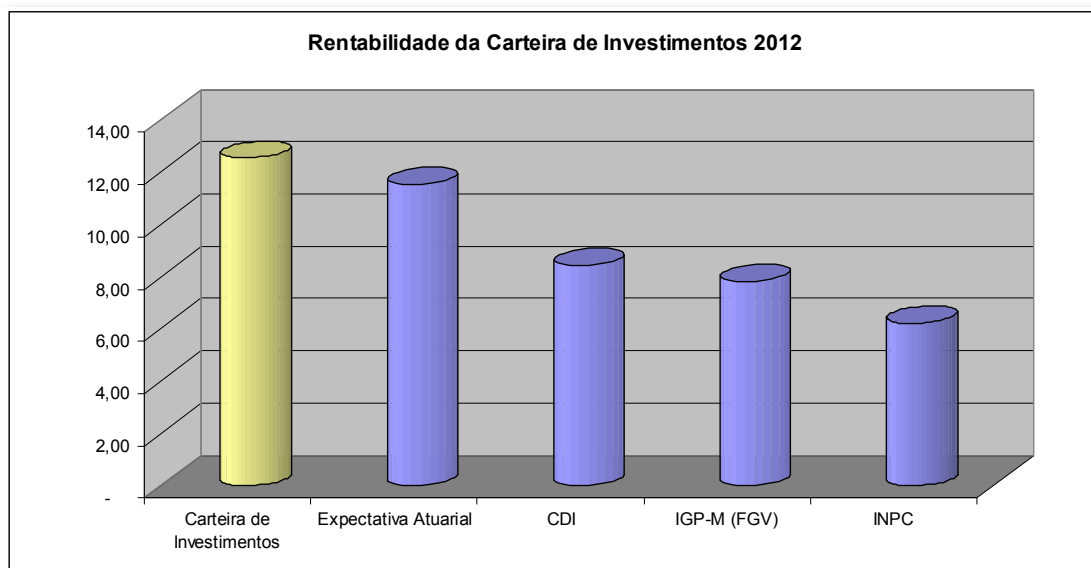
A economia norte-americana experimentou uma lenta, mas progressiva recuperação econômica. Apesar dos sinais econômicos ambíguos, a recuperação do setor imobiliário e melhorias no nível de emprego se mesclam a uma postura definitivamente expansionista do *Fed*, com metas de inflação e de desemprego.

Na China, após um primeiro semestre de desaceleração, em que julho pode ter sido o ponto mais baixo da perspectiva da atividade, houve ligeira melhora econômica, mas ainda assim a corrente de comércio segue em queda e abaixo do nível de antes da crise. O governo chinês segue sua cartilha de cautela na adoção de políticas expansionistas.

No Brasil, os fatos fortaleceram a visão de que a recuperação da atividade não será tão rápida nem tão forte. Embora o mercado de trabalho continue apertado, a expansão do crédito segue contida e a produção industrial frágil. Na busca da criação de melhores condições para a recuperação da atividade, o foco principal é o investimento, notadamente em infraestrutura e na manutenção da atividade na indústria. Ao contrário dos últimos anos, o Brasil não é mais preferência dos investidores internacionais, tendo em vista que não paga mais os mesmos juros de antes e tem seu crescimento reduzido pelas vicissitudes da economia global e pela tradicional dificuldade de levar a cabo um ciclo de investimentos que associe produção e produtividade. Desta forma, a preferência dos investidores se deslocou para mercados mais confiáveis como México, Chile, Peru, Colômbia e até Venezuela. A alta da inflação foi outra fonte de problemas na economia brasileira, com o fechamento do INPC em 6,20% no ano de 2012, ainda longe do centro da meta.

Nesse contexto, **a Carteira de Investimentos da FIPECq obteve os seguintes resultados: o Segmento de Renda Fixa obteve uma rentabilidade nominal de 15,78%,**

correspondente a 187,63% do CDI e 3,83% acima da Meta Atuarial; o Segmento de Renda Variável obteve 10,63%, desempenho 3,01% acima do Ibovespa; o Segmento de Investimentos Estruturados obteve a rentabilidade de -18,50% e o Segmento de Empréstimos encerrou o ano com rentabilidade de 14,55% no ano, 2,73% acima da Meta Atuarial.



* Fonte: Valor Econômico / Economática

Durante o ano de 2012, a gestão de investimentos da FIPECq esteve empenhada no aprimoramento das normas e condutas no sentido de minimizar o risco das carteiras de investimentos e aumentar o grau de transparência e responsabilidade social na gestão do patrimônio da Fundação, que apresentaram os seguintes desempenhos:

3.1. Renda Variável

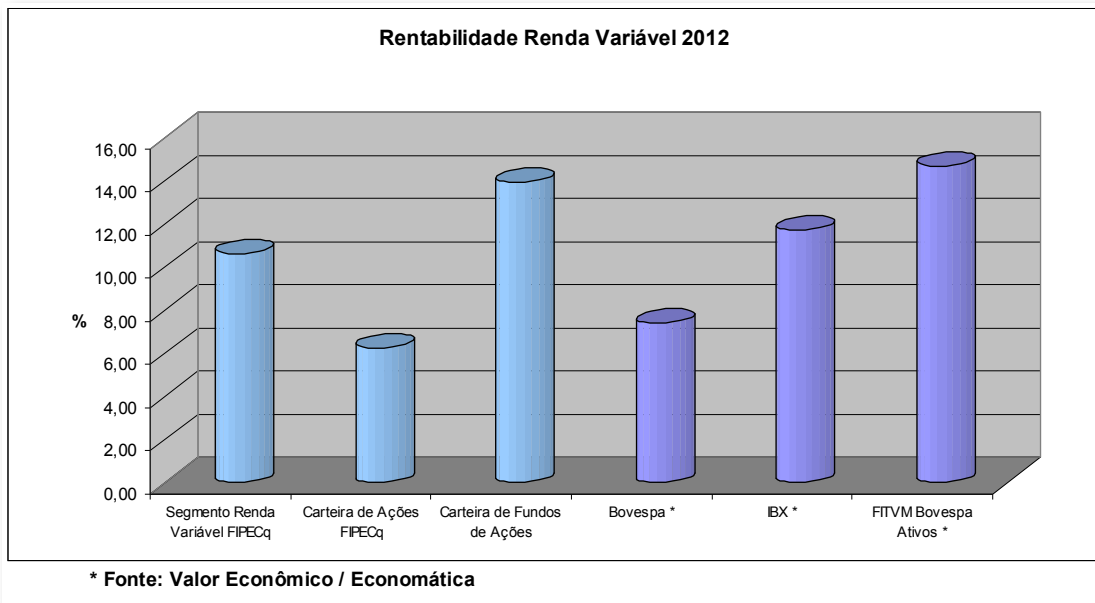
O Segmento de Renda Variável da FIPECq alcançou a rentabilidade de 10,63% em 2012, desempenho 3,01% superior ao Ibovespa de 7,40%.

Apesar do ambiente externo sombrio, a Bovespa iniciou o ano de 2012 sob as boas influências das ações do Banco Central Europeu no sentido de acalmar os mercados. Dessa forma, o Ibovespa encerrou o primeiro trimestre de 2012 com uma valorização de 13,66% ancorada na recuperação dos preços das ações e no arrefecimento do risco. Tal recuperação foi frustrada pelos recorrentes e justificados temores relativos à alta da inflação; o aprofundamento da recessão na zona do euro; a reticente retomada econômica norte-americana e as dúvidas sobre a atividade na economia chinesa – com a qual a Bovespa mantém uma alta correlação, já que praticamente a metade de sua carteira é composta por empresas ligadas a commodities. Dessa forma, o segundo trimestre de 2012 apresentou uma queda de -15,74% do Ibovespa. O segundo semestre apresentou um comportamento menos volátil, com menor fluxo de capitais e acomodação dos preços das ações no campo positivo, com o Ibovespa encerrando 2012 com 7,40% de variação.

Aliado a esses fatores, o mercado de renda variável se ressentiu das atitudes intervencionistas por parte do governo, que afetaram importantes setores econômicos,

como energia elétrica, bancos e Petrobrás. Essa postura do governo foi responsável pelo afastamento do investidor estrangeiro da Bovespa.

A FIPECq detém em sua carteira própria ações de primeira linha, com participação preponderante dos setores financeiro, mineração, petróleo e alimentos, onde estão alocados aproximadamente 83% do valor financeiro da carteira. Complementam essa carteira, títulos de empresas dos setores: comércio, transportes e serviços, energia elétrica, construção e siderurgia. Essa composição apresenta alta aderência ao índice Bovespa e alta liquidez no mercado, tendo alcançado a rentabilidade de 6,24% em 2012, desempenho inferior ao Ibovespa, que foi de 7,40%.



Carteira de Ações em Mercado - Setorial

Setor	R\$	% Carteira
Finanças e Seguros	42.881.912,81	37,21
Mineração	28.388.302,00	24,64
Petróleo e Gás	14.337.915,46	12,44
Alimentos e Bebidas	9.703.700,00	8,42
Comércio	6.951.055,50	6,03
Transportes e Serviços	4.877.595,00	4,23
Energia Elétrica	4.643.484,20	4,03
Construção	2.355.000,00	2,04
Siderurgia e Metalurgia	1.091.652,00	0,95
	115.230.616,97	100,00

* Classificação Econômica

A carteira própria de ações apresentou um desempenho abaixo do Ibovespa, fato que se deveu principalmente às perdas em Petrobrás, no setor de bancos e no setor elétrico. A Petrobrás teve seu resultado prejudicado em decorrência da política de

preços dos combustíveis adotada pelo governo federal; o setor elétrico foi profundamente prejudicado pelos preços oferecidos nas renovações de concessões de fornecimento de energia; e os bancos tiveram seus resultados afetados pela concorrência dos bancos oficiais, que passaram a disponibilizar crédito com margens menores que as praticadas pelos bancos privados. É importante lembrar que tanto a Petrobrás, quanto os bancos e as elétricas apresentaram sólidos resultados e dividendos nos anos anteriores e as empresas do setor elétrico foram, inclusive, indicadas como *hedge* para as carteiras de ações devido aos altos dividendos previstos para o exercício de 2012 e a baixa volatilidade dos preços em mercado.

Devido ao ambiente macroeconômico incerto, a Gestão de Investimentos da FIPECq realizou, ainda no primeiro trimestre de 2012, operações de proteção estruturadas em *Zero Cost Collar* com vencimento para 17/12/2012, como forma de garantir ganhos nos títulos com altas expressivas no ano e limitar a volatilidade da carteira de ações. Tais operações montaram a R\$ 13.896.723,00.

Operações HEDGE ZERO COST COLLAR - Resultado Final em Dezembro/2012

Papel	Data operação	R\$	Qtidade	PUT	VENCTO PU 17/12/12		R\$ Mercado	Resultado R\$
ELPL4	02/03/2012	5.015.223,00	135.000	37,00	17/12/2012	12,80	1.728.540,00	3.266.460,00
CMIG4	07/03/2012	4.446.000,00	142.500	39,00	17/12/2012	21,84	3.112.057,50	2.445.442,50
CSNA3	19/03/2012	1.646.900,00	86.000	19,00	17/12/2012	11,42	981.862,00	652.138,00
GGBR4	19/03/2012	2.788.600,00	146.000	19,00	17/12/2012	17,89	2.611.940,00	162.060,00
TOTAL		13.896.723,00					8.434.399,50	6.526.100,50

No mesmo intuito, a FIPECq investiu em fundo de capital garantido, estruturado para proteger o capital investido e permitir uma margem de ganho que superasse a meta atuarial. Para a realização desse fundo foram vendidas ações que estavam com alta rentabilidade acumulada no ano. Essa operação somou quantia de R\$ 7.500.000,00.

Fundo Capital de Garantido

	R\$	Início	Valor SPOT	PUT	CALL	PU Mercado	Efeito Estrutura	Rebate
BNP Troppo XIII	7.500.000,00	10/02/2012	63.997	51.198	79.996	60.952	- 4,76%	123% CDI

As estratégias adotadas ofereceram um diferencial positivo à rentabilidade da carteira de ações em 2012, tendo em vista que o resultado das estruturas de *Zero Cost Collar* devolveram R\$ 6.526.100,50 em valor de mercado ao segmento de renda variável. O fundo de capital protegido teve como resultado parcial uma proteção de 4,76% do capital investido. As estruturas de proteção da carteira própria de ações somaram R\$ 21.396.723,00, valor que corresponde a aproximadamente 18% da carteira própria de ações no fechamento do 1º semestre de 2012.

Diante das dúvidas sobre a rentabilidade e condução das atividades da Petrobrás S/A, a partir de maio de 2012, a FIPECq empreendeu a venda de metade da posição acionária de Petrobras PN. Tal operação teve como meta não apenas a diminuição da volatilidade da carteira de ações, como também um reposicionamento da carteira própria de ações para títulos com maior potencial de retorno e maior previsibilidade de resultados. Os valores auferidos na venda dessas ações foram migrados para ações de empresas dos setores de concessões de rodovias, alimentos e energia elétrica.

Por fim, como fato relevante na carteira própria de ações, foi realizada a provisão para perdas das ações do Banco Cruzeiro do Sul S/A, após a liquidação do banco em setembro de 2012, no valor de R\$ 1.245.000,00.

Carteira de Ações Consolidada em 31/12/2012

PAPEL	QUANTIDADE TOTAL	VALOR R\$	% CARTEIRA	% PATRIMÔNIO
VALE PNA N1	694.600,00	28.388.302,00	24,64	2,93
ITAUUNIBANCO PN ED N1	654.400,00	21.850.416,00	18,96	2,26
PETROBRAS PN	676.293,00	13.201.239,36	11,46	1,36
BRADESCO PN ED N1	327.493,00	11.517.928,81	10,00	1,19
BR FOODS / ON	230.000,00	9.703.700,00	8,42	1,00
BANCO DO BRASIL ON NM	190.000,00	4.864.000,00	4,22	0,50
BMFBOVESPA ON NM	332.112,00	4.649.568,00	4,04	0,48
LOJAS RENNER ON NM	54.500,00	4.346.375,00	3,77	0,45
CCR RODOVIAS ON	161.100,00	3.133.395,00	2,72	0,32
LIGHT ON NM	120.000,00	2.678.400,00	2,32	0,28
P. AÇÚCAR - CBD PN N1	28.781,00	2.604.680,50	2,26	0,27
GAFISA ON NM	500.000,00	2.355.000,00	2,04	0,24
LOG-IN ON NM	204.000,00	1.744.200,00	1,51	0,18
PETROBRAS ON	58.142,00	1.136.676,10	0,99	0,12
USIMINAS PNA N1	85.100,00	1.089.280,00	0,95	0,11
AES TIETE PN	45.000,00	1.061.550,00	0,92	0,11
ELETROBRAS ON EJ N1	140.000,00	886.200,00	0,77	0,09
CEMIG PN N1	767,00	17.334,20	0,02	0,00
SID NACIONAL ON	200,00	2.372,00	0,00	0,00
Carteira de Renda Variável		115.230.616,97	100,00	11,90

No ano de 2012, a gestão de investimentos da FIPECq consolidou a estratégia de diversificação de portfólio no Segmento de Renda Variável, realizando aplicações em fundos de investimentos em ações de perfil ativista. Tais fundos têm como objetivo maximizar a rentabilidade da carteira no longo prazo, por meio de um trabalho de

análise fundamentalista em empresas cujos preços em bolsa estão significativamente abaixo de seu valor econômico intrínseco e adotam uma postura ativa em governança corporativa, cujo objetivo é criar valor aos ativos através da implementação de mudanças estratégicas e operacionais. A FIPECq também investiu em fundos focados na obtenção de resultados em dividendos.

A estratégia de investimento dos Fundos de Ações da Carteira de Investimentos foi utilizada como contraponto ao perfil da Carteira de Ações no Mercado à Vista, tendo em vista que as carteiras de ações desses fundos de investimento possuem baixo índice de correlação ao Ibovespa, servindo como fator moderador da volatilidade do mercado.

Carteira de Fundos de Investimentos em Ações - 30/12/2012

Fundo	R\$	% Patr. Fundo	% Carteira	Rent. 2012 %
Guepardo Institucional FIA	59.890.160,75	14,73	36,59	28,10
GAP Ações FIA	26.953.799,10	6,02	16,47	13,25
Mercatto Gestão	23.312.331,43	19,10	14,24	-9,67
BNY Mellon Income FIA	20.648.230,76	4,06	12,62	17,19
RB Fundamental FIA	11.420.976,44	4,83	6,98	32,79
BNP Small Caps FIA	10.486.741,19	16,51	6,41	5,37
Yukon FIA	6.944.518,90	2,51	4,24	-31,78
FIA Sulamérica Governança	4.020.538,01	6,52	2,46	18,14
	163.677.296,58		100,00	

A carteira de fundos de ações é composta de fundos previamente classificados e cujas estratégias de investimentos se encaixam nos limites e características definidos pela FIPECq, através da análise qualitativa e quantitativa. A carteira de fundos foi distribuída entre diversos gestores como forma de alcançar um melhor resultado, incorrendo em menor risco de concentração. A dinâmica da carteira no período evidencia um desempenho adequado, exceção feita ao *Yukon Fia*, cujo resultado de -31,78% no ano foi causado por investimentos em ações da construtora João Fortes S/A, empresa do setor imobiliário que, a exemplo de outras do setor imobiliário residencial, apresentou perdas consideráveis no ano. Em função desse desempenho, a FIPECq solicitou o resgate total desse fundo. Com relação ao Mercatto Gestão, a rentabilidade em 2012 foi impactada negativamente pelas perdas sofridas durante o 2º semestre de 2012 com ações ligadas ao grupo do megainvestidor Eike Batista, o que levou o gestor do fundo a desfazer das referidas posições.

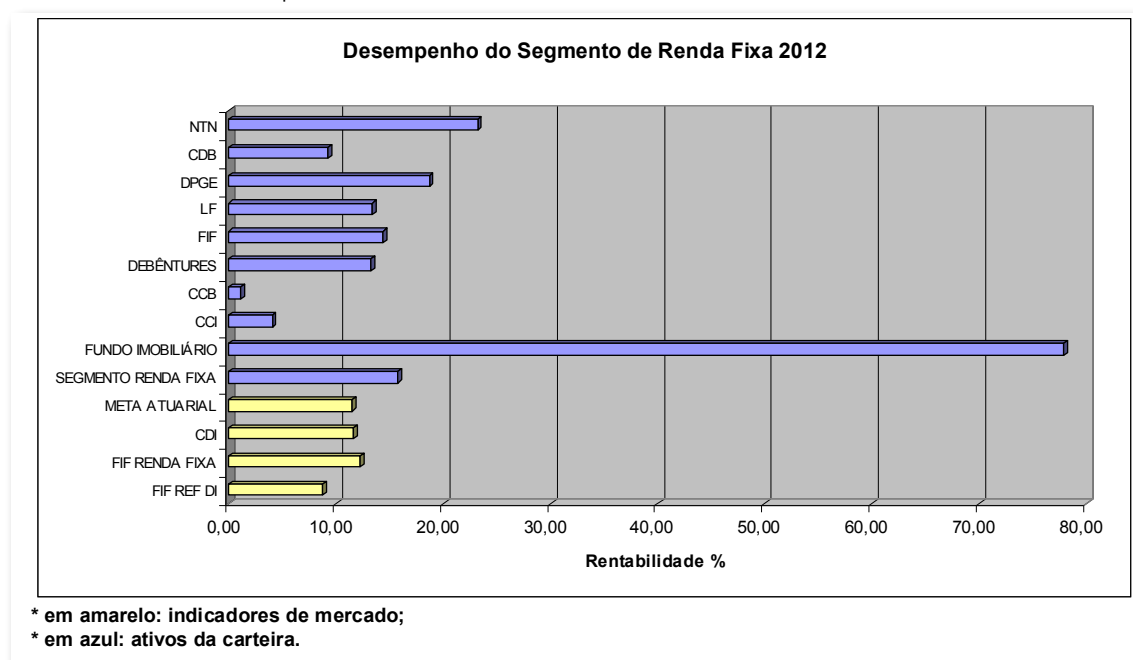
Apesar disso, o balanceamento realizado proporcionou um amortecimento das perdas, e possibilitou com que a estratégia adotada venha acumulando resultados acima do Ibovespa de maneira consistente, sendo esse o objetivo primordial dessas

aplicações. A carteira de fundos de investimento em ações da FIPECq auferiu a rentabilidade de 13,92%, com ganho de 6,27% sobre o Ibovespa, que foi de 7,40%.

3.2. Segmento Renda Fixa

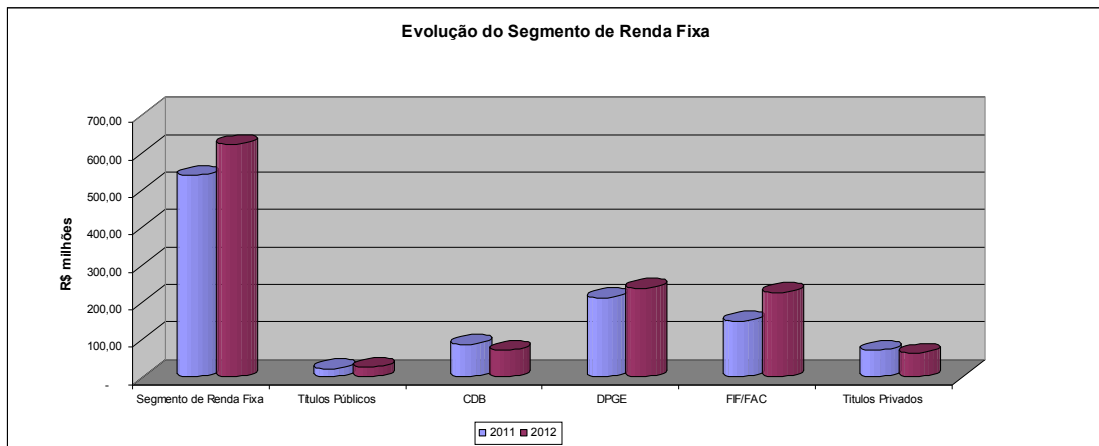
A carteira de títulos de renda fixa obteve uma rentabilidade de 15,78% acumulada no ano de 2012, superando a expectativa atuarial em 3,83%, que foi de 11,51%. Se comparado à taxa de juros de mercado, a rentabilidade auferida pelo segmento representa 187,63% do CDI.

Durante todo o ano de 2012, a FIPECq manteve uma rígida política de risco para aplicações em títulos privados de renda fixa, aperfeiçoando a disciplina de análise e acompanhamento das propostas de investimentos de forma a remunerar os recursos das carteiras de investimentos dentro dos limites da meta atuarial incorrendo no risco mínimo necessário para tal.



Diante do cenário de risco de crédito privado, a FIPECq optou por realizar a manutenção da Carteira de Renda Fixa de forma conservadora, fazendo investimentos em Certificados de Depósito Bancário – CDB em instituições bancárias com nota de *rating* “A” apenas em instituições de grande porte; e aplicações em Depósito a Prazo com Garantia Especial – DPGE, onde se buscou auferir prêmios acima da meta atuarial, indexados ao IPCA. Ambas as operações contam com firmes garantias relacionadas à qualidade do *rating* da instituição tomadora dos recursos, especialmente as operações em DPGE, que contam com cláusula de seguro do Fundo Garantidor de Crédito, fator que nivela o risco dessa operação ao de um título público federal.

Em linha com o maior conservadorismo, o segmento de Renda Fixa encerrou o ano de 2012 representando 64,12% da Carteira de Investimentos, contra 61,92% de participação no final de 2011. A carteira de títulos públicos permaneceu estável, com participação de 2,64% em 2012. O baixo prêmio de juros oferecido por esses títulos



impossibilitou a realização de novas operações com títulos públicos. A modalidade CDB apresentou decréscimo de participação no segmento, encerrando 2012 com 11,36%, contra 16,01% em 2011 devido ao maior rigor na análise de crédito e a queda dos prêmios de juros. O item DPGE encerrou o ano representando 24,43% da Carteira de Investimentos. Essa modalidade de investimento também apresentou forte queda das taxas oferecidas, fato que impossibilitou a contratação de novas operações.

A carteira de títulos privados de renda fixa perdeu participação no Segmento em função do maior conservadorismo na análise das propostas, caindo de 13,13% em 2011 para 10,14% no final de 2012.

O não enquadramento das propostas de investimentos aos padrões de risco e rentabilidade exigidos pela FIPECq aumentou a liquidez das carteiras durante o ano de 2012. Dessa forma, a Gestão de Investimentos realizou aplicações em fundos de renda fixa atrelados a índices de preços, como forma de auferir rentabilidade adequada à meta atuarial para as carteiras, valendo-se da conjuntura de alta da inflação do ano. Assim, a carteira de fundos de investimentos da FIPECq aumentou sua participação para 36,29% em 2012, contra 27,59% do ano de 2011.

Em 14 de setembro de 2012 foi decretada a liquidação do Banco Cruzeiro do Sul S/A, com o qual a FIPECq possuía investimentos em CDB's, DPGE e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios. Seguindo a disciplina das diretrizes de risco, a FIPECq realizou a compra de CDB's com cláusula de recompra, tendo exercido o direito de resgate em 29 de agosto de 2012, preservando assim os valores aplicados assim como a remuneração originalmente contratada.

CDB/Plano	Indexador + juros	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Valor da Aplicação	Valor Resgatado em 29/08/12
CDB - PPC	CDI- 110,50	28/10/2011	29/10/2012	10.000.000,00	10.876.206,60
CDB - FIPECqPREV	CDI- 110,50	16/02/2012	15/02/2013	2.000.000,00	2.100.821,90
Total				12.000.000,00	12.977.028,50

A aplicação em DPGE do Banco Cruzeiro do Sul foi resgatada em 27/09/2012, em conformidade com as regras do Fundo Garantidor de Crédito – FGC respeitando as características originais do título.

DPGE/Plano	Indexador + juros	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Valor da Aplicação	Valor Resgatado em 27/09/12
DPGE - PPC	IPCA - 8,20%	02/06/2009	02/06/2014	4.000.000,00	6.167.959,04

A aquisição das cotas do FIDC BC Sul Multicred foi baseada na nota máxima de risco atribuída por agência de risco internacional “AAA”, que espelhava a solvência, consistência jurídica do fundo e a pulverização do risco de crédito, fator comum a essa categoria de ativo. Foram investidos R\$ 24.549.999,99 em duas séries do Fundo e o somatório das amortizações e resgates do período somou R\$ 30.519.530,87. Mesmo após a intervenção do Banco Central no Banco Cruzeiro do Sul, o Fundo realizou as amortizações programadas e, após deliberação em Assembléia Geral de Cotistas, foi decidido o seu encerramento, fato que foi concretizado em 30 de agosto de 2012, com o recebimento da última amortização, no valor de R\$ 2.342.566,30.

FIDC	Indexador	Data	Valor da Aplicação	Amortizações	Valor Resgatado em 30/08/12
BC SUL FIDC MULT 3ªS - PPC	Variação Cota	21/01/2010	14.550.000,00	-	-
		16/11/2011	-	3.752.551,71	-
		15/05/2012	-	4.024.035,60	-
		11/07/2012	-	4.987.753,49	-
		30/07/2012	-	4.618.086,15	-
		30/08/2012	-	-	2.759.343,26
BC SUL FIDC MULT 4ªS - PPC	Variação Cota	04/05/2012	9.999.999,99	-	-
		11/07/2012	-	4.118.428,84	-
		30/07/2012	-	3.916.765,52	-
		30/08/2012	-	-	2.342.566,30
Total			24.549.999,99		30.519.530,87

Em 19 outubro de 2012 foi decretada a intervenção do Banco BVA S/A, com o qual a FIPECq possuía investimentos em DPGE e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios. A aplicação em DPGE do Banco BVA foi resgatada em 19/10/2012, em conformidade com as regras do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, respeitando as características originais do título.

Título	Indexador + Juros	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Valor da Aplicação	Valor resgatado em 19/10/2012
DPGE - Banco BVA	114% do CDI	06/09/2011	06/09/2011	10.000.000,00	11.230.119,90

O Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisetorial BVA Máster II encontra-se em operação normal, tendo em vista que sua carteira é composta por ativos independentes do banco.

FIDC	Data de Aplicação	Data de Vencimento	Valor da Aplicação	Valor de Mercado em 31/12/2012
FIDC Multisetorial BVA Master II	09/08/2010	09/03/2011	2.972.878,19	3.661.653,56

Tais eventos revelam a eficácia dos mecanismos de controle de exposição a riscos adotados pela FIPECq no ano de 2012, tendo esses atuado como importante fator de preservação dos recursos investidos.

A rentabilidade dos ativos de renda fixa foi superior à Meta Atuarial, excetuando-se os itens CCI e CCB, que ficaram abaixo da meta atuarial devido ao provisionamento de 50% da CCB Diplomata S/A Industrial e Comercial no valor de R\$ 1.225.657,16 e de 25% da CCI da M. Brasil Ltda, no valor de R\$ 1.887.993,99, em obediência às determinações legais. Cabe destacar que a FIPECq está executando as garantias contratuais de forma a recuperar o investimento efetuado, inclusive com ações de cobrança na justiça.

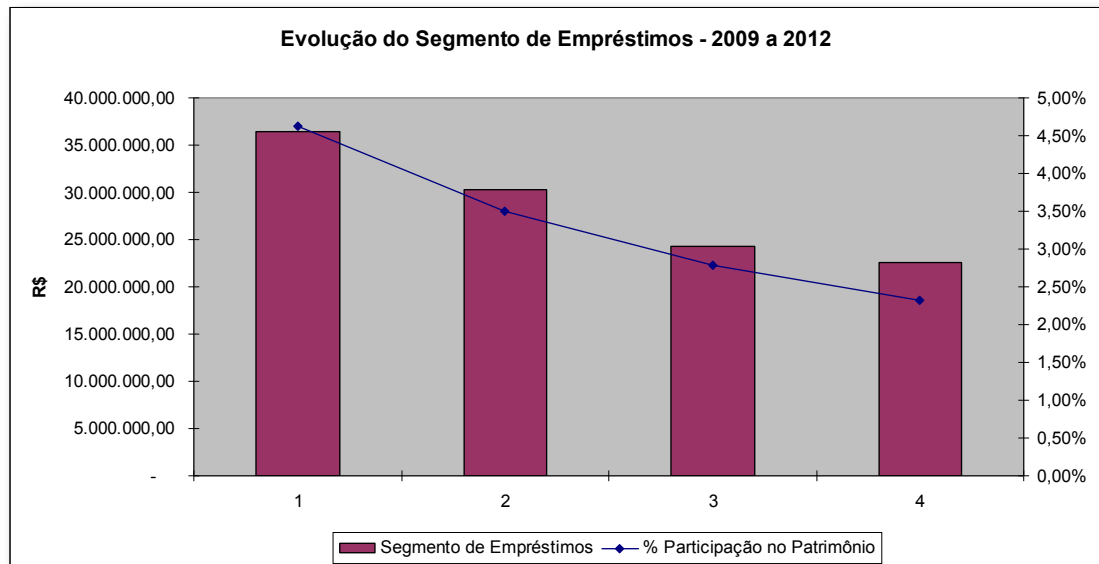
3.3. Segmento de Investimentos Estruturados

O Segmento de Investimentos Estruturados apresentou um desempenho negativo em 2012, com a rentabilidade de -18,50% no ano. Tal desempenho deve-se às características dos FIP's – Fundos de Investimentos em Participações, adquiridos pela FIPECq, que se encontram no período de realização dos investimentos programados e sem reavaliação dos ativos de carteira, a chamada curva "J". Deve-se também reforçar que foi preponderante para o desempenho negativo do Segmento o provisionamento do valor investido no FIP Patriarca, cujo lastro é constituído de ações do Banco BVA S/A, sob intervenção do Banco Central desde outubro de 2012.

Fundo	R\$	Rent. % 2012
FIP TAG	15.430.436,58	-0,04
FIP Patriarca	169.873,47	-97,95
BR Educacional	6.222.667,58	32,15
Triscorp Ativos Florestais	7.967.958,74	-0,39
FIP Biotec	7.657.233,50	-0,43
	37.448.169,87	-18,50

3.4. Segmento de Empréstimos e Financiamentos

A carteira de empréstimos e financiamentos aos participantes encerrou o ano de 2012 com um valor total de operações contratadas que representam 2,33% do patrimônio da FIPECq, decrescente em relação a 2011, que foi de 2,79%. A rentabilidade acumulada em 2012 foi de 14,55%, ante a expectativa atuarial de 11,51%, o que representa 2,73% acima da meta atuarial. Tal desempenho deve-se à metodologia de cálculo da taxa de juros para empréstimos previdenciais que leva em consideração a média geométrica do INPC de doze meses acrescida da taxa de 9% ao ano, aliada à recuperação de créditos vencidos.



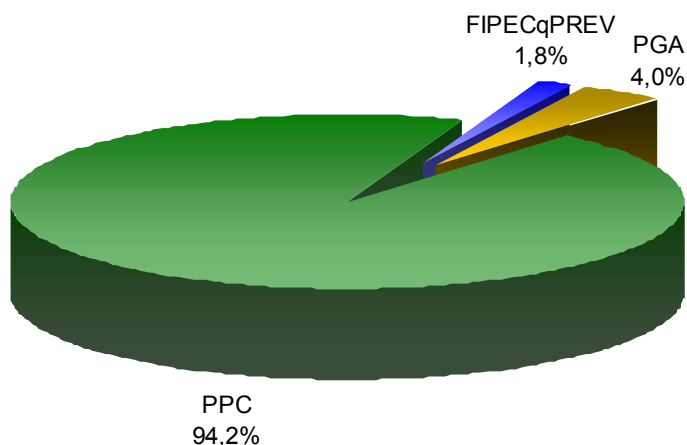
Composição do Patrimônio e da Carteira de Investimentos

Os recursos dos Planos de Benefícios e do PGA, administrados pela FIPECq, atingiram em dezembro de 2012, o valor de R\$ 961.159.596,00, advindos das reservas do Plano de Previdência Complementar - PPC, Plano de Previdência FIPECqPREV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA. A seguir, apresentamos a composição.

Posição do Patrimônio 2011 - 2012

Planos	2011		2012		(%)
	Valor (A)	(%)	Valor (B)	(%)	(B)(A)
Plano de Previdência Complementar - PPC	810.751.694	93,9	905.140.456	94,2	11,6
Plano de Previdência FIPECqPREV	15.296.465	1,7	17.449.740	1,8	14,1
Plano de Gestão Administrativa - PGA	37.813.991	4,4	38.569.400	4,0	2,0
Total	863.862.150	100,0	961.159.596	100,0	11,3

Posição do Patrimônio 2012

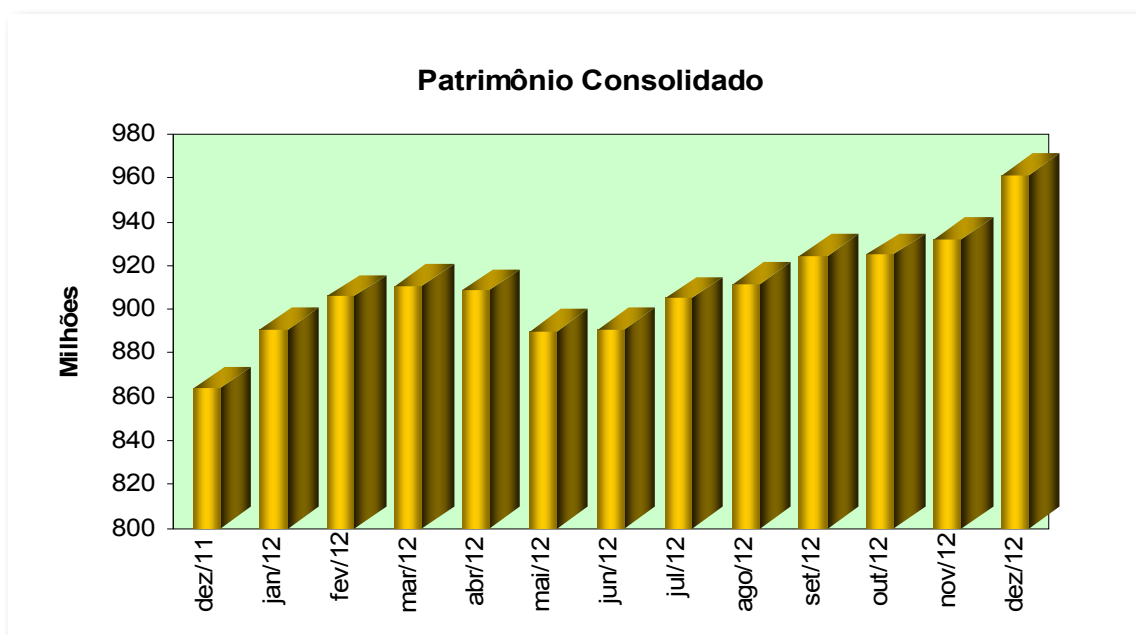


Mutação do Patrimônio

No quadro a seguir é apresentada a mutação do Patrimônio dos Planos de Benefícios: PPC e FIPECqPREV, do PGA e Consolidado no exercício de 2012.

Mutação do Patrimônio dos Planos de Benefício, PGA e Consolidado

Mês	PPC		FIPECqPREV		PGA		Consolidado	
	Valor	ano (%)	Valor	ano (%)	Valor	ano (%)	Valor	ano (%)
dez/11	810.751.694	-	15.296.465	-	37.813.991	-	863.862.150	-
jan/12	836.080.813	3,1	15.732.949	2,9	38.820.147	2,7	890.633.909	3,1
fev/12	850.773.643	4,9	16.029.701	4,8	39.244.544	3,8	906.047.888	4,9
mar/12	854.916.644	5,4	16.208.327	6,0	39.431.042	4,3	910.556.013	5,4
abr/12	853.028.427	5,2	16.249.934	6,2	39.067.708	3,3	908.346.069	5,1
mai/12	836.242.978	3,1	15.951.904	4,3	37.910.333	0,3	890.105.215	3,0
jun/12	837.215.415	3,3	16.072.571	5,1	37.727.433	(0,2)	891.015.419	3,1
jul/12	850.381.397	4,9	16.314.822	6,7	38.212.145	1,1	904.908.364	4,8
ago/12	857.057.902	5,7	16.404.666	7,2	37.932.770	0,3	911.395.338	5,5
set/12	870.146.234	7,3	16.487.567	7,8	37.934.775	0,3	924.568.576	7,0
out/12	870.459.969	7,4	16.651.373	8,9	37.805.034	(0,0)	924.916.376	7,1
nov/12	877.339.505	8,2	16.880.090	10,4	37.810.149	(0,0)	932.029.744	7,9
dez/12	905.140.456	11,6	17.449.740	14,1	38.569.400	2,0	961.159.596	11,3



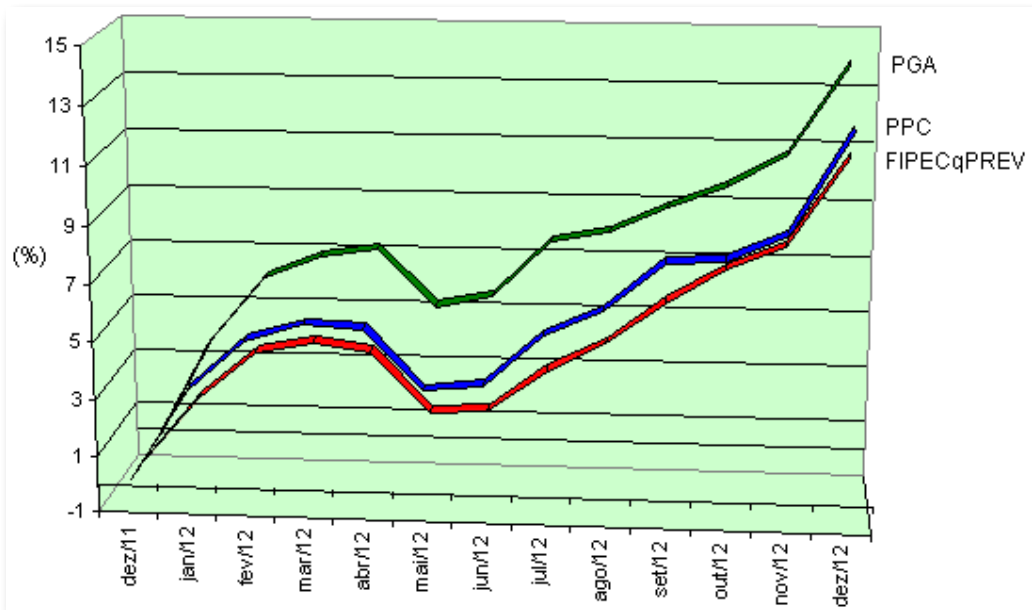
Rentabilidade Financeira

A Rentabilidade financeira dos recursos administrados pela FIPECq, no exercício de 2012, foi de 12,5% calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, que comparada a Meta Atuarial (INPC/IBGE + 5% a.a.) de 11,5%, obteve mais 0,9% da referida meta.

O quadro a seguir apresenta as rentabilidades dos ativos líquidos dos planos de benefícios, PGA e do total de recursos.

Rentabilidade Financeira 2012

Meses	Plano PPC		Plano FIPECqPREV		Plano PGA		Patrimônio Total	
	mês	ano	mês	ano	mês	ano	mês	ano
jan/12	3,2	3,2	2,3	2,3	3,7	3,7	3,2	3,2
fev/12	1,8	5,0	1,6	4,0	2,3	6,1	1,8	5,1
mar/12	0,6	5,6	0,4	4,4	0,7	6,9	0,6	5,7
abr/12	(0,2)	5,5	(0,3)	4,1	0,3	7,2	(0,1)	5,5
mai/12	(1,9)	3,4	(2,0)	2,0	(1,9)	5,2	(1,9)	3,5
jun/12	0,2	3,6	0,1	2,1	0,3	5,6	0,2	3,7
jul/12	1,7	5,4	1,5	3,6	1,9	7,6	1,7	5,5
ago/12	0,8	6,3	1,0	4,6	0,4	8,0	0,8	6,3
set/12	1,6	8,0	1,4	6,1	0,9	8,9	1,6	8,0
out/12	0,1	8,1	1,1	7,3	0,7	9,7	0,1	8,1
nov/12	0,9	9,0	0,8	8,1	1,0	10,8	0,9	9,1
dez/12	3,2	12,5	2,8	11,2	2,8	13,9	3,2	12,5



Rentabilidade dos Recursos Garantidores do Plano de Previdência Complementar - PPC

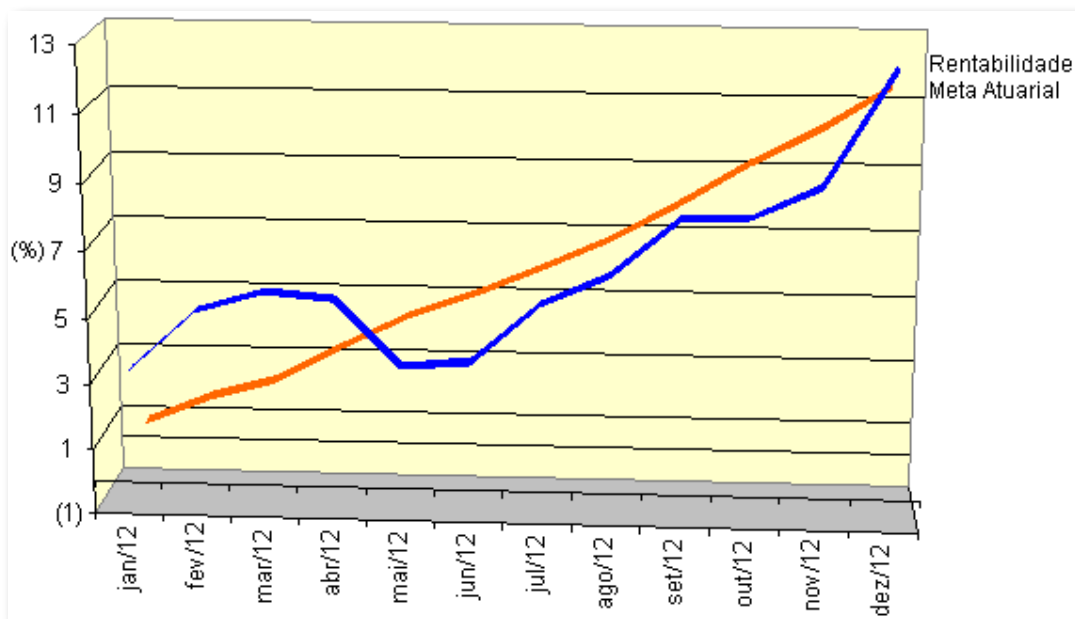
Os recursos garantidores do Plano PPC obtiveram, em 2012, a rentabilidade de 12,5%, para uma Meta Atuarial estabelecida para o mesmo período de 11,5% (INPC + 5% juros a.a.), o que representou 0,9% acima da meta.

No quadro abaixo, encontra-se a evolução dos recursos do Plano PPC, a Rentabilidade Líquida e a Meta Atuarial de Rentabilidade.

Recursos Garantidores, Rentabilidade e Meta Atuarial em 2012

Mês	Recursos Garantidores (R\$)	Rentabilidade (%)		Meta Atuarial (%)		(A)/(B)* (%)
		No Mês	No Ano (A)	No Mês	No Ano (B)	
jan/12	836.080.813	3,2	3,2	0,9	0,9	2,2
fev/12	850.773.644	1,8	5,0	0,8	1,7	3,3
mar/12	854.916.644	0,6	5,6	0,6	2,3	3,2
abr/12	853.028.427	(0,2)	5,5	1,1	3,4	2,0
mai/12	836.242.978	(1,9)	3,4	1,0	4,4	(0,9)
jun/12	837.215.415	0,2	3,6	0,7	5,1	(1,4)
jul/12	850.381.397	1,7	5,4	0,8	6,0	(0,6)
ago/12	857.057.902	0,8	6,3	0,9	6,9	(0,6)
set/12	870.146.234	1,6	8,0	1,0	8,0	0,0
out/12	870.459.969	0,1	8,1	1,1	9,2	(1,0)
nov/12	877.339.505	0,9	9,0	1,0	10,2	(1,1)
dez/12	905.140.456	3,2	12,5	1,2	11,5	0,9

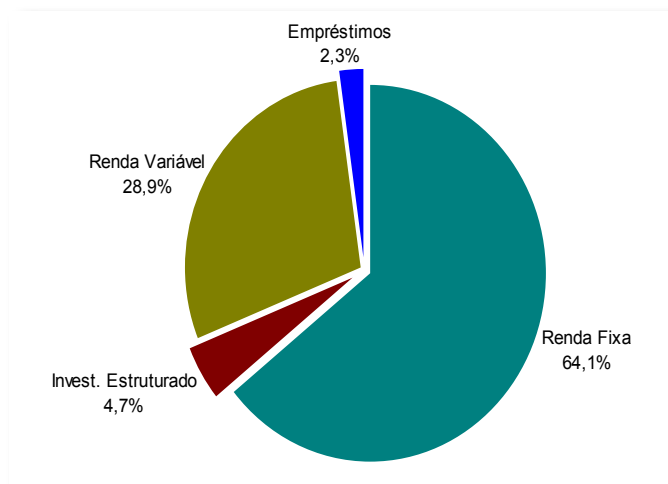
* Rentabilidade obtida em relação à Meta Atuarial (INPC/IBGE: 6,2% a.a. + Juros de 5% a.a.=11,5% a.a.)



Composição dos Investimentos

A composição dos investimentos dos Planos de Benefícios: PPC e FIPECqPREV, do PGA e Consolidado é apresentada a seguir, por segmento, espécie de ativo e percentual de alocação em cada modalidade.

SEGMENTOS	PLANOS DE BENEFÍCIOS						CONSOLIDADO	(%)
	PPC	(%)	FIPECqPREV	(%)	PGA	(%)		
RENDA FIXA	579.540.809	63,6	12.608.520	71,3	28.566.699	71,9	620.716.028	64,1
NTN	23.964.036	2,6	449.262	2,5	1.112.944	2,8	25.526.242	2,6
LF	33.079.629	3,6	-	-	-	-	33.079.629	3,4
CDB	34.196.487	3,8	2.152.176	12,2	1.088.508	2,8	37.437.171	3,9
DPGE	220.442.351	24,2	2.153.362	12,2	13.912.334	35,0	236.508.047	24,4
FUNDOS	205.973.591	22,6	7.545.973	42,7	11.707.612	29,4	225.227.176	23,3
DEBENTURES	26.819.125	3,0	307.747	1,7	745.301	1,9	27.872.174	2,9
CCB	20.384.616	2,2	-	-	-	-	20.384.616	2,1
CCI	14.680.974	1,6	-	-	-	-	14.680.974	1,5
RENDA VARIÁVEL	63.534.249	28,9	4.710.754	26,7	11.161.493	29,0	279.406.496	28,9
AÇÕES	108.588.490	11,9	1.992.980	11,3	5.147.729	12,9	115.729.199	12,0
FIA	154.945.759	17,0	2.717.774	15,4	6.013.764	15,1	163.677.297	16,9
ESTRUTURADOS	45.030.185	5,0	307.300	1,7	5.046	-	45.342.531	4,7
Fundos FIP	37.358.170	4,1	-	-	-	-	37.358.170	3,9
Fundos FII	5.477.622	0,6	-	-	-	-	5.477.622	0,6
Fundos FIM	2.194.393	0,3	307.300	1,7	5.046	-	2.506.739	0,3
EMPRÉSTIMOS	22.565.532	2,5	-	-	-	-	22.565.532	2,3
Outros	249.771	-	11.766	0,1	(254)	-	261.283	-
Subtotal	910.920.546	100,0	17.638.340	99,8	39.732.983	99,9	968.291.870	100,0
Disponível	262.299	-	39.944	0,2	29.829	0,1	332.071	-
Total	911.182.845	100,0	17.678.284	100,0	39.762.812	100,0	968.623.941	100,0



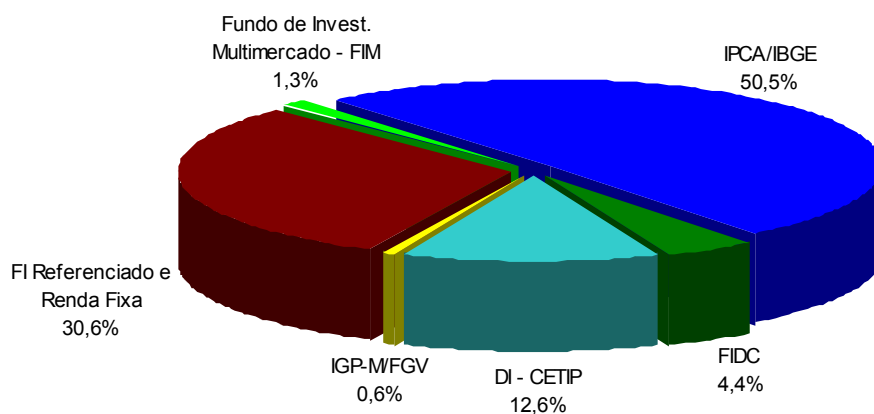
Composição da Carteira de Renda Fixa

O segmento de renda fixa atingiu R\$ 621 milhões em dezembro de 2012, correspondendo a 64,1% da carteira de investimentos. As aplicações em Notas de Tesouro Nacional – NTN's e nos Depósitos a Prazo com Garantia Especial – DPGE's, com as participações de 4,1% e 38,1 % na carteira de renda fixa, obtiveram no ano as maiores rentabilidades, sendo 23,2% e 18,7 %, respectivamente, que se valeram dos resultados proporcionados pela indexação - IPCA/IBGE, prêmios de juros e marcação a mercado, superando com folga a meta atuarial (INPC+ 5% a.a.) de 11,5% a.a.

ESPÉCIE	INDEXADOR	VALOR	(%)
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	IPCA/IBGE	25.526.242	4,1
Certificado de Depósito Bancário - CDB	DI - CETIP	37.437.171	6,0
DPGE / FGC	IPCA/IBGE	222.256.068	35,8
DPGE / FGC	DI - CETIP	14.251.978	2,3
Letras Financeiras - LF	IPCA/IBGE	22.318.907	3,6
Letras Financeiras - LF	DI - CETIP	10.760.722	1,7
Debêntures não Conversíveis - D/NC	DI - CETIP	13.272.738	2,1
Debêntures não Conversíveis - D/NC	IGP-M/FGV	3.806.458	0,6
Debêntures não Conversíveis - D/NC	IPCA/IBGE	10.792.978	1,7
Certificado de Crédito Bancário - CCB	DI - CETIP	2.619.026	0,4
Certificado de Crédito Bancário - CCB	IPCA/IBGE	17.765.590	2,9
Certificado de Crédito Imobiliário - CCI	IPCA/IBGE	14.680.974	2,4
FI Referenciado e Renda Fixa	-	189.744.313	30,6
Fundo de Invest. Multimercado - FIM	-	8.062.519	1,3
Fundo de Invest. Direitos Creditórios - FIDC	-	27.420.344	4,4
Total	-	620.716.028	100,0

R\$1,00

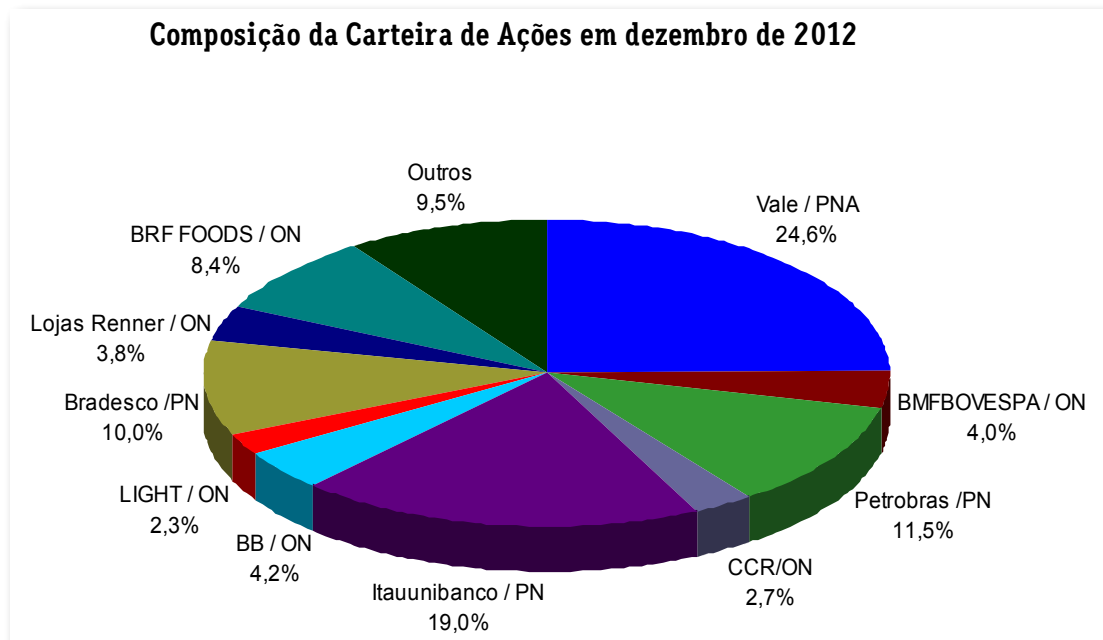
Composição da Carteira de Renda Fixa por Indexadores



Composição da Carteira de Renda Variável

O segmento de renda variável atingiu R\$ 279 milhões em dezembro de 2012, correspondendo a 28,8 % dos investimentos. O segmento é constituído pelas aplicações no mercado à vista, R\$ 116 milhões, e em fundos de ações, R\$ 164 mil, correspondendo a 41,4% e 58,6% na carteira, respectivamente.

A seguir é apresentada a composição da carteira de ações, que representa 11,9% dos investimentos, por tipo de papel e participação.



AÇÃO	VALOR (R\$)	(%)
Vale / PNA	28.388.302	24,6
BMFBOVESPA / ON	4.649.568	4,0
Petrobras /PN	13.201.239	11,5
CCR/ON	3.133.395	2,7
Itaunibanco / PN	21.850.416	19,0
Banco do Brasil / ON	4.864.000	4,2
LIGHT / ON	2.678.400	2,3
Bradesco /PN	11.517.929	10,0
Lojas Renner / ON	4.346.375	3,8
BRF FOODS / ON	9.703.700	8,4
Outros	10.897.293	9,5
Subtotal	115.230.617	100,0
Valores a Receber	498.582	-
TOTAL	115.729.199	-

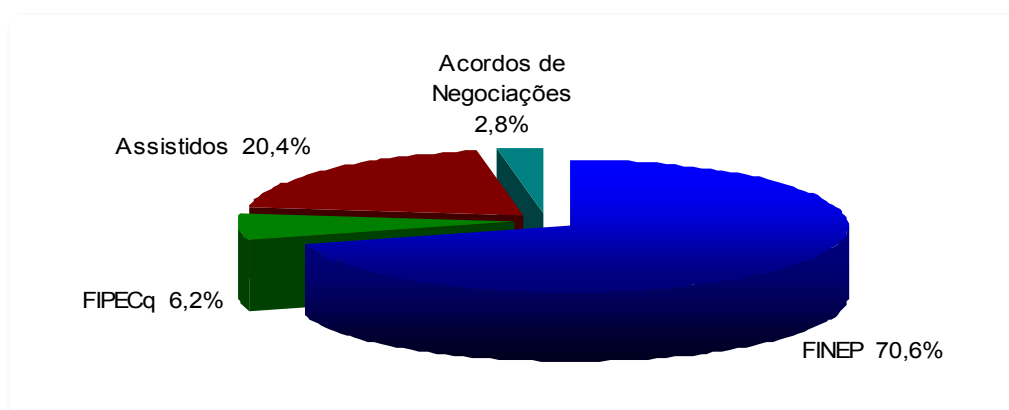
Empréstimos

No ano de 2012, foram concedidos 344 empréstimos que somaram R\$15.012.320,00 e realizadas 10 negociações de empréstimos inadimplentes por meio de acordos judiciais no valor de R\$ 205.928,00. Em 31/12/2012, a carteira de empréstimo atingiu R\$22.565.532, com a participação de 2,3% da carteira de investimentos.

Concessões e Negociações de Empréstimos realizadas em 2012

Patrocinadoras	Concessões		Negociações		Total	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
FINEP	250	11.709.585	-	-	250	11.709.585
IPEA			3	84.604	3	84.604
CNPq			2	37.423	2	37.423
IMPA			1	6.206	1	6.206
MPEG			1	6.194	1	6.194
INPE			-	-	-	-
INPA			3	71.501	3	71.501
FIPECq	22	845.456	-	-	22	845.456
Assistidos	72	2.457.279	-	-	72	2.457.279
Total	344	15.012.320	10	205.928	354	15.218.248

Participação na Quantidade de Concessões e Negociações de Empréstimos



Avaliação Final

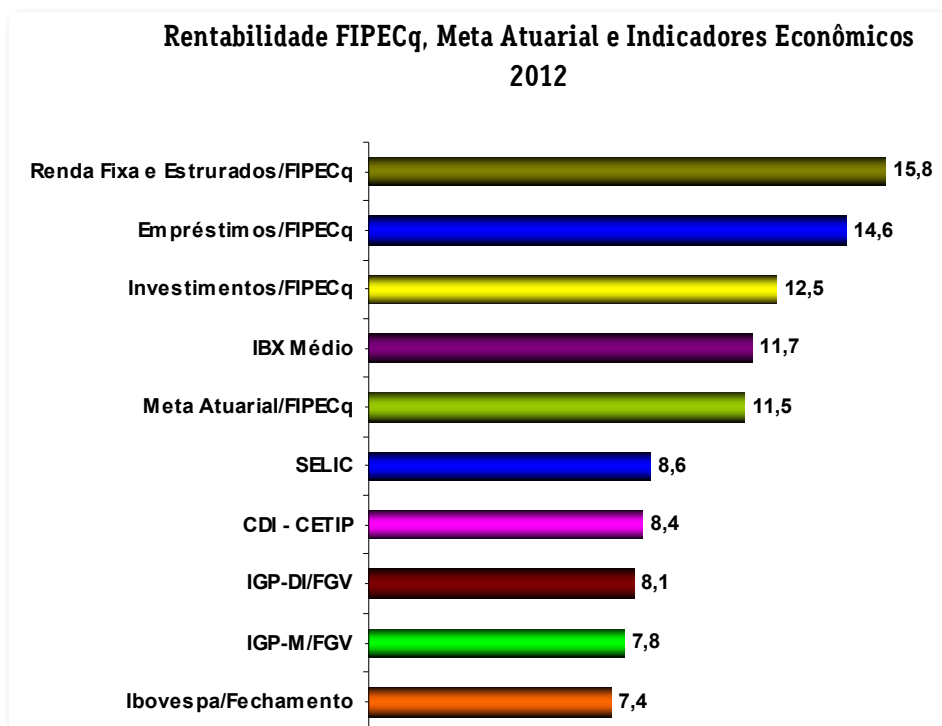
No ano de 2012 a rentabilidade obtida pela FIPECq na aplicação dos Recursos Garantidores das Provisões, Reservas e Fundos foi de 12,5%. A seguir, destacamos os principais *Benchmark's* de mercado e indicadores econômicos:

Benchmark's/Indicadores	Acumulado no Ano (%)
IBOVESPA- Fechamento	7,4
IBX Médio	11,7
IPCA/IBGE	5,8
IPC-FIPE	5,1
INPC/IBGE	6,2
CDI- CETIP	8,4
SELIC	8,6
IGP-DI/FGV	8,1
IGP-M/FGV	7,8

As aplicações financeiras evoluíram de R\$ 866 milhões em dez/11 para R\$ 969 milhões em dez/12, representando um acréscimo de R\$ 103 milhões na carteira de investimentos da Fundação.

Os ativos financeiros, ao final de 2012, encontravam-se alocados no segmento de renda fixa no valor de R\$ 621 milhões, que correspondia a 64,1% dos investimentos, seguidos do segmento de renda variável com R\$ 279 milhões, que representava 28,9% das aplicações, do segmento de investimentos estruturados em R\$ 45 milhões, participação de 4,7%, a carteira de empréstimos em R\$ 23 milhões em 2,8% do total dos recursos investidos.

Os investimentos obtiveram no ano uma receita financeira de R\$ 108 milhões. A rentabilidade nominal da carteira de investimentos foi de 12,5% a.a. Os segmentos de renda fixa e investimentos estruturados apresentaram uma rentabilidade de 15,8% a.a., o segmento de renda variável – mercado de ações e fundos de Investimentos em ação 6,44% a.a. e as operações com participantes (empréstimos) de 14,6% a.a.



QUADRO I - BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

R\$ mil

ATIVO	NE	Exercício 2012	Exercício 2011	PASSIVO	NE	Exercício 2012	Exercício 2011
Disponível		332	523	Exigível Operacional		1.552	1.976
				Gestão Previdencial	6a	578	760
Realizável		978.645	879.635	Gestão Administrativa	6b	961	1.110
Gestão Previdencial	3	1.988	2.264	Investimentos		13	106
Gestão Administrativa	4	8.353	7.666				
Investimentos		968.304	869.705	Exigível Contingencial		16.616	14.653
Títulos Públicos	5a	25.526	21.845	Gestão Previdencial	7a	7.112	5.890
Créditos Privados e Depósitos	5b	369.963	368.080	Gestão Administrativa	7b	9.235	8.500
Ações	5d	115.729	129.407	Investimentos		269	263
Fundos de Investimentos	5e	434.247	324.721				
Empréstimos	5f	22.572	24.253	Patrimônio Social		961.159	863.863
Depósitos Judiciais/Recursais		263	263	Patrimônio de Cobertura do Plano		643.429	575.505
Outros Realizáveis	5g	4	1.136	Provisões Matemáticas	8	632.564	606.628
				Benefícios Concedidos		195.474	168.385
				Benefícios a Conceder		437.090	438.243
Permanente		350	334	Equilíbrio Técnico	9	10.865	(31.123)
Imobilizado		298	323	Resultados Realizados		10.865	(31.123)
Intangível		52	11	Superávit Técnico Acumulado		10.865	-
				(-) Déficit Técnico Acumulado		-	(31.123)
				Fundos		317.730	288.358
				Fundos Previdenciais	10a	276.703	248.375
				Fundos Administrativos	10b	38.569	37.814
				Fundos dos Investimentos	10c	2.458	2.169
Total do Ativo		979.327	880.492	Total do Passivo		979.327	880.492

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADA

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	863.863	859.578	0,50%
1. Adições	126.667	60.020	111,04%
(+) Contribuições Previdenciais	13.007	11.696	11,21%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	102.617	40.444	153,73%
(+) Receitas Administrativas	5.757	5.477	5,11%
(+) Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	4.997	1.997	150,23%
(+) Constituição de Fundos de Investimento	289	406	100,00%
2. Destinações	(29.371)	(55.373)	-46,96%
(-) Benefícios (a)	(18.300)	(45.030)	-59,36%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(1.072)	(587)	82,62%
(-) Despesas Administrativas	(9.265)	(9.235)	0,32%
(-) Constituição de Contingências - Gestão Administrativa	(734)	(521)	40,88%
3. Acréscimos/Decréscimos no Patrimônio Social (1+2)	97.296	4.647	1993,74%
(+/-) Provisões Matemáticas	25.936	51.778	-49,91%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	41.988	(73.057)	-157,47%
(+/-) Fundos Previdenciais	28.328	27.435	3,25%
(+/-) Fundos Administrativos	755	(2.282)	-133,09%
(+/-) Fundos dos Investimentos	289	411	-29,68%
4. Operações Transitórias	-	(362)	100,00%
(+/-) Operações Transitórias (b)	-	(362)	100,00%
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	961.159	863.863	11,26%

(a) O saldo elevado em 2011 foi em função da devolução das reservas de poupança dos participantes que realizaram esta opção no processo de incorporação do Plano de Previdência Especial - PPE, conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

(b) Valor relativo aos saldos do Plano de Previdência Especial - PPE antes da sua incorporação, realizada em 31/01/2011, conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PPC - PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

		R\$ mil		
DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		808.583	775.629	4,25%
1. Adições		113.638	50.729	124,01%
(+)	Contribuições	12.763	11.351	12,44%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	100.875	39.378	156,17%
2. Destinações		(19.538)	(17.775)	9,92%
(-)	Benefícios	(16.756)	(15.491)	8,17%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(880)	(587)	49,91%
(-)	Custeio Administrativo	(1.902)	(1.697)	12,08%
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		94.100	32.954	185,55%
(+/-)	Provisões Matemáticas	23.767	80.886	-70,62%
(+/-)	Fundos Previdenciais	28.320	25.150	12,60%
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	42.013	(73.082)	-157,49%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		902.683	808.583	11,64%
C) Fundos não Previdenciais		40.929	39.902	2,57%
(+/-)	Fundos Administrativos	38.471	37.733	1,96%
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.458	2.169	13,32%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO FIPECqPREV

		R\$ mil		
DESCRIÇÃO		Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		15.296	2.004	663,27%
1. Adições		3.925	3.141	24,96%
(+)	Contribuições	2.183	2.075	5,20%
(+)	Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.742	1.066	63,41%
2. Destinações		(1.772)	(29.573)	-94,01%
(-)	Benefícios (a)	(1.543)	(29.540)	-94,78%
(-)	Constituição de Contingências - Gestão Previdencial	(193)	-	100,00%
(-)	Custeio Administrativo	(36)	(33)	9,09%
3. Acréscimo/Decréscimo do Ativo Líquido (1+2)		2.153	(26.432)	-108,15%
(+/-)	Provisões Matemáticas	2.169	10.983	-80,25%
(+/-)	Fundos Previdenciais	9	2.284	100,00%
(+/-)	Superávit Técnico do Exercício	(25)	25	100,00%
4. Operações Transitórias		-	39.724	100,00%
(+/-)	Operações Transitórias (b)	-	39.724	100,00%
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4)		17.449	15.296	14,08%
C) Fundos não Previdenciais		99	80	23,75%
(+/-)	Fundos Administrativos	99	80	23,75%

(a) O saldo elevado em 2011 foi em função da devolução das reservas de poupança dos participantes que realizaram esta opção no processo de incorporação do Plano de Previdência Especial - PPE, conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

(b) O valor de R\$39.724 relativo ao ativo líquido do Plano de Previdência Especial - PPE no momento da sua incorporação ao FIPECqPREV, conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO PPC – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	951.652	855.273	11,27%
Disponível	262	488	-46,31%
Recebível	40.458	39.997	1,15%
Investimento	910.932	814.788	11,80%
Títulos Públicos	23.964	20.208	18,59%
Créditos Privados e Depósitos	349.603	343.408	1,80%
Ações	108.588	120.775	-10,09%
Fundos de Investimento	405.950	304.767	33,20%
Empréstimos	22.572	24.253	-6,93%
Depósito Judiciais/Recursais	251	251	100,00%
Outros Realizáveis	4	1.126	-99,64%
2. Obrigações	8.040	6.788	18,44%
Operacional	864	647	33,54%
Contingencial	7.176	6.141	16,85%
3. Fundos não Previdenciais	40.929	39.902	2,57%
Fundos Administrativos	38.471	37.733	1,96%
Fundos dos Investimentos	2.458	2.169	13,32%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	902.683	808.583	11,64%
Provisões Matemáticas	617.408	593.641	4,00%
Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	10.865	(31.148)	-134,88%
Fundos Previdenciais	274.410	246.090	11,51%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO VI - DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO FIPECqPREV

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
1. Ativos	17.796	15.607	14,03%
Disponível	40	32	100,00%
Recebível	118	81	45,68%
Investimentos	17.638	15.494	13,84%
Títulos Públicos	449	344	30,52%
Créditos Privados e Depósitos	4.613	6.547	-29,54%
Ações	1.993	2.315	-13,91%
Fundos de Investimentos	10.571	6.266	68,70%
Depósitos Judiciais/Recursais	12	12	100,00%
Outros Realizáveis	-	10	100,00%
2. Obrigações	248	231	7,36%
Operacional	43	219	-80,37%
Contingencial	205	12	100,00%
3. Fundos não Previdenciais	99	80	23,75%
Fundos Administrativos	99	80	23,75%
5. Ativo Líquido (1-2-3)	17.449	15.296	14,08%
Provisões Matemáticas	15.156	12.987	16,70%
Superávit Técnico	-	25	100,00%
Fundos Previdenciais	2.293	2.284	100,00%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO VII - DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – DPGA (CONSOLIDADA)

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2012	2011	(%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	37.814	40.096	-5,69%
1. Custeio da Gestão Administrativa	10.754	7.474	43,89%
1.1 Receitas	10.754	7.474	43,89%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.938	1.731	11,96%
Custeio Administrativo dos Investimentos	3.730	3.684	1,25%
Taxa de Administração de Empréstimos	32	25	28,00%
Resultado Positivo dos Investimentos	4.997	1.997	150,23%
Outras Receitas	57	37	100,00%
2. Despesas Administrativas	9.999	9.756	2,49%
2.1. Administração Previdencial	5.241	4.865	7,73%
Pessoal e Encargos	3.228	3.274	-1,41%
Treinamento/Congressos e Seminários	26	27	-3,70%
Viagens e Estadias	105	91	15,38%
Serviços de Terceiros	336	210	60,00%
Despesas Gerais	747	678	10,18%
Depreciação e Amortizações	62	57	8,77%
Contingências	734	521	40,88%
Outras Despesas	3	7	100,00%
2.2. Administração dos Investimentos	4.758	4.891	-2,72%
Pessoal e Encargos	3.485	3.684	-5,40%
Treinamento/Congressos e Seminários	31	30	3,33%
Viagens e Estadias	106	96	10,42%
Serviços de Terceiros	351	369	-4,88%
Despesas Gerais	723	655	10,38%
Depreciação e Amortizações	62	57	8,77%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	755	(2.282)	-133,09%
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	755	(2.282)	-133,09%
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	38.569	37.814	2,00%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO VIII - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO PPC – PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício	Exercício	Variação
	2012	2011	(%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	628.273	562.493	11,69%
1. Provisões Matemáticas	617.408	593.641	4,00%
1.1 Benefícios Concedidos	189.128	162.528	16,37%
Benefício Definido	189.128	162.528	16,37%
1.2 Benefício a Conceder	428.280	431.113	-0,66%
Benefício Definido	428.280	431.113	-0,66%
2. Equilíbrio Técnico	10.865	(31.148)	-134,88%
2.1 Resultados Realizados	10.865	(31.148)	-134,88%
Superávit Técnico Acumulado	10.865	-	100,00%
Reservas de Contingências	10.865	-	100,00%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(31.148)	100,00%

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

QUADRO IX - DEMONSTRAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES ATUARIAIS DO PLANO DE BENEFÍCIO FIPECqPREV

R\$ mil

DESCRIÇÃO	Exercício 2012	Exercício 2011	Variação (%)
Patrimônio de Cobertura do Plano (1 + 2)	15.156	13.012	16,48%
1. Provisões Matemáticas	15.156	12.987	16,70%
1.1 Benefícios Concedidos	6.346	5.857	8,35%
Contribuição Definida	3	-	100,00%
Benefício Definido (a)	6.343	5.857	8,30%
1.2 Benefício a Conceder	8.810	7.130	23,56%
Contribuição Definida	8.810	7.130	23,56%
Saldo de Contas - parcela participantes	8.810	7.130	23,56%
2. Equilíbrio Técnico	-	25	-100,00%
1.3 Resultados Realizados	-	25	-100,00%
Superávit Técnico Acumulado	-	25	-100,00%
Reservas de Contingências	-	25	-100,00%

(a) Valores relativos aos Benefícios dos Participantes do Plano de Previdência Especial - PPE, incorporado em 31/01/2011, que já se encontravam em gozo de benefícios, conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, multi-patrocinada, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Fundação, e tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários, acessíveis aos servidores e/ou empregados das Patrocinadoras e aos do seu próprio quadro de empregados. É regida pelas Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29.05.2001, Decretos e Normas regulamentadores aplicáveis.

São Patrocinadoras e Instituidora dos Planos de Benefícios:

- FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
- INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
- FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA
- FIPECq VIDA - Caixa de Assistência Social da FIPECq (instituidora)

Os recursos administrados pela FIPECq são oriundos das contribuições das Patrocinadoras, dos Participantes, dos Auto-patrocinados e dos rendimentos das aplicações desses recursos, conforme estabelece a legislação vigente.

A FIPECq administra dois planos de benefícios, sendo o PPC - Plano de Previdência Complementar, multi-patrocinado na modalidade de Benefício Definido - BD e o FIPECqPREV, instituído pela Caixa de Assistência Social da FIPECq - FIPECq Vida, na modalidade de Contribuição Definida.

	31/12/2012			31/12/2011		
	PPC	FIPECqPREV	TOTAL	PPC	FIPECqPREV	TOTAL
Ativos	643	1.517	2.160	596	1.602	2.198
Autopatrocinados	25	8	33	16	7	23
Assistidos	295	13	308	285	9	294
TOTAL	963	1.538	2.501	897	1.618	2.515

A FIPECq possuía em 31 de dezembro as seguintes quantidades de participantes:

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Fundação foram elaboradas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e supervisionadas pela

Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2010, cabendo ressaltar as seguintes matérias:

I - Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, - divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis;

II - Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009 - dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas; e

III - Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.

IV - Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NTB 11 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC).

As normas contábeis aplicáveis às EFPC preveem a apresentação dos seguintes demonstrativos contábeis:

I - Balanço Patrimonial (consolidado);

II - Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS (consolidada);

III - Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL (por plano de benefício previdencial);

IV - Demonstração do Ativo Líquido – DAL (por plano de benefício previdencial);

V - Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada);

VI - Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano – DOAP (por plano de benefício previdencial);

VII - Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis (consolidadas).

As demonstrações contábeis estão expressas em moeda corrente (Reais) mil e de forma comparativa com o exercício anterior, na data de 31 de dezembro de cada exercício.

A estrutura contábil das EFPC's segrega os registros contábeis em: Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

Os registros contábeis respeitam a autonomia patrimonial dos planos de benefícios previdenciais, de modo a identificá-los, separadamente, bem como o plano de gestão administrativa, em consonância com o que determinam a Resolução do CNPC nº 8, de 31.10.2011, a Instrução SPC de 24 de setembro de 2009 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010.

O exercício social coincide com o ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro. Os registros contábeis seguem o Princípio da Competência para registro das Receitas e Despesas, excetuando-se as Receitas decorrentes de recebimento de contribuições de auto-patrocinados e de participantes do plano de benefícios de instituídos – FIPECqPREV, que se encontram registradas pelo regime de caixa, conforme permitido pela Resolução CNPC 8/2011.

As principais práticas contábeis são:

2.1 - Realizável

Os ativos previdenciais, administrativos e de investimentos, são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.

2.1.1 - Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas, fundos e provisões passivas estão em conformidade com a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009.

O registro contábil dos investimentos é efetuado por tipo de ativo, como segue:

- **Títulos Públicos** – São classificados na categoria de “títulos para negociação”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço e ajustados ao valor provável de realização, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na ETTJ – Estrutura a Termo da Taxa de Juros divulgada pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital.
- **Créditos Privados e Depósitos** – São classificados na categoria de “títulos para negociação”, sendo registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço e ajustados ao valor provável de realização, conforme precificação do título a mercado, sendo deduzidas, quando aplicável, das provisões para perdas. Os títulos em que não há metodologia de precificação a mercado na data de elaboração das Demonstrações Contábeis, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço, sendo deduzidas, quando aplicável das provisões para perdas.
- **Ações** - No mercado à vista, as ações são registradas pelo custo de aquisição

acrescidas das despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado no último dia do mês em que a ação foi negociada em Bolsa de Valores, conforme passou a determinar a Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008.

- **Fundos de Investimentos** - Estão demonstrados pelo valor da cota patrimonial do fundo divulgada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), multiplicada pela quantidade de cotas existentes em 31 de dezembro de cada ano.

- **Empréstimos** - São contabilizados pelos valores concedidos, acrescidos dos juros contratuais, deduzidos das parcelas já pagas até o encerramento do balanço e também das parcelas em inadimplências, que são absorvidas pelo Fundo dos Investimentos, assim, não sendo requerida constituição de provisão para perda. A remuneração é calculada em bases mensais e apropriada às contas de resultado.

2.2 - Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

Na constituição de provisão para perda de investimentos são consideradas as avaliações da Administração quanto a riscos e incertezas e, para Direitos creditórios de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios estabelecidos no Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 2009:

I - 25% (vinte e cinco por cento), para atrasos entre 61 e 120 dias;

II - 50% (cinquenta por cento), para atrasos entre 121 e 240 dias;

III - 75% (setenta e cinco por cento), para atrasos entre 241 e 360 dias;

IV - 100% (cem por cento), para atrasos superiores a 360 dias.

2.3 - Ativo Permanente

Os valores são demonstrados pelo custo de aquisição, depreciados ou amortizados pelo método linear, calculado de acordo com o prazo estimado de vida útil.

2.4 - Exigível Operacional

Está demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, e é representado por obrigações previdenciárias assumidas com os participantes assistidos, bem como compromissos administrativos e de investimentos.

2.5 - Exigível Contingencial

É representado por provisões constituídas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.180, de 24 de julho de 2009 e com base na avaliação dos assessores jurídicos. A administração da FIPECq entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

2.6 - Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais procedidos por atuários externos.

Representam os compromissos acumulados no encerramento de cada exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ativos e assistidos. Os registros são efetuados levando em consideração as hipóteses atuariais do Plano de Benefício.

2.7 - Equilíbrio Técnico

Existindo superávit, o valor é contabilizado como redução do déficit acumulado, caso exista, ou na conta Reserva de Contingência, até que o saldo dessa conta atinja o valor correspondente a 25% das Provisões Matemáticas. Posteriormente, existindo parcela da Reserva de Contingência até o seu limite, deverá ser contabilizada como Reserva Especial para Revisão de Planos, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 2001, o que não foi requerido no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2.8 - Constituição de Fundos

- **Fundos Previdenciais** - Constituídos com base em avaliação atuarial e com destinação específica, de acordo com o art. 5º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008.
- **Fundo Administrativo** - O Fundo administrativo destina-se à cobertura das despesas administrativas da EFPC na administração dos seus planos de benefícios.
- **Fundos dos Investimentos** (Fundo de Seguro de Empréstimo/Financiamento) - A constituição do Fundo de empréstimos/financiamentos destina-se à cobertura de risco de não recebimento temporário de parte dos créditos de empréstimos a participantes e quitação do saldo remanescente no caso de óbito do participante mutuário.

2.9 - Custeio da Gestão Administrativa

A Resolução CGPC nº 29/2009 dispõe sobre os critérios e limites para custeio das despesas administrativas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

São fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas do plano de benefícios operado pela Fundação, segundo o regulamento do PGA, a dotação inicial oriunda do fundo administrativo; as contribuições dos participantes e assistidos; as contribuições dos patrocinadores e instituidores, caso ocorram, e o resultado dos investimentos e doações.

O limite de custeio administrativo, respeitado os estabelecidos pela regulamentação em vigor e pelo orçamento anual aprovado para o exercício de 2012, é de 0,62% do montante dos recursos garantidores (Investimentos + Disponível – exigível operacional dos investimentos - exigível contingencial dos investimentos).

2.10- Apuração do Superávit ou Déficit do Exercício

O superávit ou déficit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2.11 - Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem i) provisão para perda dos Investimentos, ii) provisão contingenciais, iii) reservas matemáticas, iv) fundos previdencial e v) fundo dos investimentos.

3. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

	R\$ (mil)	
	2012	2011
Recursos a Receber – PPC	1.726	1.529
Recursos a Receber – FIPECqPREV	1	1
Depósitos Judiciais/Recursois	261	734
Custo Suplementar Não Amortizado – PPC	32.618	29.252
(-) Provisão para perdas (a)	(32.618)	(29.252)
	1.988	2.264

Os recursos a receber decorrem das contribuições normais devidas pelas patrocinadoras e participantes com vencimento previsto para recebimento no início do mês seguinte.

(a) A Fundação tem a receber de suas patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA valores referentes ao custo suplementar às Reservas não Amortizadas dos Benefícios Concedidos (por tempo de contribuição, especial e idade) que deixaram de ser pagos quando da implementação do RJU – Regime Jurídico Único. Este valor a receber foi apurado consoante parecer atuarial JM/1602/94 – emitido por Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda. Em exercícios anteriores, foi constituído provisão para fazer face ao eventual não recebimento desse valor que é atualizado mensalmente pela meta atuarial. Em 10/08/2005 a Fundação ingressou com Ação de Cobrança Judicial dos valores na Justiça Federal e o Custo Suplementar não Amortizado e suas respectivas provisões para perdas estão registradas como segue:

	R\$ (mil)	
	2012	2011
Custo Suplementar Não Amortizado - PPC		
IPEA	15.877	14.239
CNPq	13.304	11.931
INPE	2.844	2.550
INPA	593	532
	32.618	29.252

4. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

O saldo em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	R\$ (mil)	
	2012	2011
Contribuições para custeio	291	262
Responsabilidade de empregados	43	41
Responsabilidade de terceiros	8	17
Despesas Antecipadas	159	103
Outros realizáveis	103	103
Depósitos Judiciais/Recursois (a)	7.749	7.140
	8.353	7.666

(a) O saldo refere-se substancialmente aos valores depositados mensalmente em função da apuração do PIS e COFINS discutido judicialmente, conforme mencionado na Nota Explicativa 7b.

O registro do saldo de Depósitos Judiciais/Recurais no ativo ocorreu para atender a IN nº 5/2011 da PREVIC, que alterou a forma de sua contabilização. Até o ano de 2010 os saldos eram registrados em contas redutoras no Exigível Contingencial, todavia, a partir da entrada em vigor da referida norma passaram a ser classificados no ativo.

A partir do exercício de 2010, em atendimento à Resolução CGPC nº 28/2009 e Instrução SPC nº 34/2009, a Fundação passou a reconhecer no Realizável de cada plano a sua participação no Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo apresentado nos planos de benefícios previdenciais não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes, auto-patrocinados e assistidos dos planos.

5. REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS

A Carteira de Investimentos é constituída principalmente das aplicações em: Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimentos, Empréstimos, conforme demonstrado a seguir:

	PLANO PPC				PLANO FIPECqPREV				PLANO PGA				CONSOLIDADO			
	2012		2011		2012		2011		2012		2011		2012		2011	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
TÍTULOS PÚBLICOS	23.964	2,63	20.208	2,48	449	2,55	344	2,22	1.113	2,80	1.293	3,28	25.526	2,64	21.845	2,51
Títulos Públicos Federais	23.964	2,63	20.208	2,48	449	2,55	344	2,22	1.113	2,80	1.293	3,28	25.526	2,64	21.845	2,51
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	349.603	38,38	343.408	42,15	4.613	26,15	6.547	42,26	15.747	39,63	18.125	45,97	369.963	38,21	368.080	42,32
Instituições Financeiras	287.718	31,58	277.381	34,04	4.305	24,41	5.318	34,32	15.002	37,75	14.510	36,81	307.025	31,71	297.209	34,17
Companhias Abertas	44.585	4,900	36.412	4,47	308	1,74	675	4,36	745	1,88	2.005	5,09	45.638	4,71	39.092	4,49
Companhias Fechadas	2.619	0,29	13.974	1,72	-	-	257	1,66	-	-	785	1,99	2.619	0,27	15.016	1,73
Sociedades Limitadas	-	-	1.775	0,22	-	-	34	0,22	-	-	89	0,22	-	-	1.898	0,22
Outros Emissores	14.681	1,61	13.866	1,70	-	-	263	1,70	-	-	736	1,86	14.681	1,52	14.865	1,71
AÇÕES	108.588	11,92	120.775	14,82	1.993	11,30	2.315	14,94	5.148	12,96	6.317	16,03	115.729	11,95	129.407	14,88
Instituições Financeiras	36.274	3,98	40.859	5,01	679	3,85	784	5,06	1.685	4,24	2.077	5,27	38.638	3,99	43.720	5,03
Companhias Abertas	72.314	7,94	79.916	9,81	1.314	7,45	1.531	9,88	3.463	8,72	4.240	10,76	77.091	7,96	85.687	9,85
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	405.950	44,56	304.767	37,40	10.571	59,93	6.266	40,44	17.726	44,61	13.688	34,72	434.247	44,85	324.721	37,34
Referenciado	15.887	1,74	69.876	8,58	1.040	5,90	1.573	10,15	43	0,10	3.097	7,85	16.970	1,75	74.546	8,57
Renda Fixa	157.219	17,26	47.794	5,87	6.364	36,08	936	6,04	9.192	23,13	2.274	5,77	172.775	17,85	51.004	5,87
Ações	154.946	17,01	104.737	12,85	2.718	15,41	2.030	13,10	6.013	15,14	5.096	12,93	163.677	16,90	111.863	12,86
Multimercado	9.765	1,07	32.785	4,02	449	2,54	840	5,42	355	0,90	805	2,04	10.569	1,09	34.430	3,96
Direitos Creditórios	25.298	2,78	21.274	2,61	-	-	407	2,63	2.123	5,34	1.127	2,86	27.421	2,83	22.808	2,62
Participações	37.358	4,10	25.007	3,07	-	-	480	3,10	-	-	1.289	3,27	37.358	3,86	26.776	3,08
Imobiliário	5.477	0,60	3.294	0,40	-	-	-	-	-	-	-	-	5.477	0,57	3.294	0,38
EMPRÉSTIMOS	22.572	2,48	24.253	2,98	-	-	-	-	-	-	-	-	22.572	2,33	24.253	2,79
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	251	0,03	251	0,03	12	0,07	12	0,08	-	-	-	-	263	0,03	263	0,03
OUTROS REALIZÁVEIS	4	-	1.126	0,14	-	-	10	0,06	-	-	-	-	4	-	1.136	0,13
	910.932		814.788		17.638		15.494		39.734		39.423		968.304		869.705	

a) Títulos Públicos

As aplicações em títulos públicos da carteira própria da FIPECq são compostas exclusivamente por Notas do Tesouro Nacional – NTN, no valor de R\$ 25.526 mil em 2012 (R\$ 21.845 mil – 2011). O recebimento de juros é semestral ocorrendo nos meses de maio e novembro. No exercício de 2012 foram recebidos juros de R\$1.285 mil. Estes títulos são indexados ao IPCA/IBGE mais juros de 6% a.a.

b) Créditos Privados e Depósitos

Os investimentos em Créditos Privados e Depósitos foram alocados em títulos de emissão de Instituições Financeiras, Companhias Abertas, Companhias Fechadas, Sociedades Limitadas e Outros Emissores totalizando R\$ 369.963 mil em 2012 (R\$ 368.080 mil – 2011).

A composição do saldo por modalidade de investimentos é assim demonstrada:

	2012		2011	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
Certificado de Depósito Bancário - CDB	37.437	10,12	86.179	23,41
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	236.508	63,93	211.031	57,33
Letras Financeiras - LF	33.080	8,94	-	-
Debêntures não Conversíveis - DN/C	27.872	7,53	16.577	4,50
Cédulas de Crédito Bancário - CCB	20.385	5,51	37.530	10,20
Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI	14.681	3,97	16.763	4,56
	369.963		368.080	

As alocações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE's, emitidos por Instituições Financeiras, atingiram R\$ 236.508 mil, sendo uma parte dos títulos indexada ao IPCA/IBGE (R\$ 222.256 mil) e a outra em CDI/CETIP (R\$ 14.252 mil), representando 63,93% da carteira de créditos e depósitos.

Os demais ativos somam R\$ 133.455 mil e encontram-se alocados em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, Letras Financeiras - LF e Debêntures Não Conversíveis - DNC, Cédulas de Crédito Bancário - CCB e Cédulas de Crédito Imobiliário - CCI, emitidos pelas Companhias Abertas e Fechadas e Outros Emissores. As aplicações são indexadas ao IPCA/IBGE (R\$ 65.559 mil), ao CDI/CETIP (R\$ 64.090 mil) e IGPM/FGV (R\$ 3.806 mil).

c) Carteira Própria

Estão indicados a seguir os valores dos títulos da Carteira própria, assim distribuídos por faixa de vencimento, em anos:

31/12/2012 - R\$ mil

Vencimentos	0-1 ano	1-5 anos	5-10 anos	Total
1.1-Títulos Públicos - Marcados a Mercado	-	-	25.526	25.526
Notas do Tesouro Nacional	-	-	25.526	25.526
1.2-Títulos Públicos - Custo Atualizado	-	-	22.384	22.384
Notas do Tesouro Nacional	-	-	22.384	22.384
2.1-Créditos Privados e Depósitos - Valor de Mercado	71.600	265.251	33.112	369.963
Certificados de Depósitos Bancários	19.568	17.869	-	37.437
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	36.140	200.368	-	236.508
Letras Financeiras	-	10.761	22.319	33.080
Debêntures Não Conversíveis	13.273	3.806	10.793	27.872
Cedula de Crédito Bancário	2.619	17.766	-	20.385
Cedula de Crédito Imobiliário	-	14.681	-	14.681
2.2-Créditos Privados e Depósitos - Custo Atualizado	69.921	248.490	31.314	349.725
Certificados de Depósitos Bancários	19.568	17.845	-	37.413
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC	34.435	183.767	-	218.202
Letras Financeiras	-	10.739	20.926	31.665
Debêntures Não Conversíveis	13.299	3.692	10.388	27.379
Cedula de Crédito Bancário	2.619	17.766	-	20.385
Cedula de Crédito Imobiliário	-	14.681	-	14.681
3.1-Fundos de Investimentos - Valor de Mercado	369.469	64.778	-	434.247
Fundo de Invest. Referenciados	16.969	-	-	16.969
Fundo de Invest. em Renda Fixa	172.775	-	-	172.775
Fundo de Invest. em Ações	163.678	-	-	163.678
Fundo de Invest. Multimercado	10.569	-	-	10.569
Fundo de Inves. em Direitos Creditórios	-	27.420	-	27.420
Fundo de Invest.em Participações	-	37.358	-	37.358
Fundo de Invest. Imobiliário	5.478	-	-	5.478
3.2- Fundos de Investimentos - Custo Atualizado	369.469	64.778	-	434.247
Fundo de Invest. Referenciados	16.969	-	-	16.969
Fundo de Invest. em Renda Fixa	172.775	-	-	172.775
Fundo de Invest. em Ações	163.678	-	-	163.678
Fundo de Invest. Multimercado	10.569	-	-	10.569
Fundo de Inves. em Direitos Creditórios	-	27.420	-	27.420
Fundo de Invest.em Participações	-	37.358	-	37.358
Fundo de Invest. Imobiliário	5.478	-	-	5.478
Total de títulos a valor de mercado (1.1 + 2.1 + 3.1)	441.069	330.029	58.638	829.736
Total de títulos ao custo atualizado (1.2 + 2.2 + 3.2)	(439.390)	(313.268)	(53.698)	(806.356)
Ajuste (Valor de Mercado - Custo Atualizado)	1.679	16.761	4.940	23.380

O ajuste apurado entre a precificação a mercado e o custo de aquisição atualizado mais juros, de R\$ 23.380 mil (R\$ 10.948 mil – 2011), foi registrado entre as contas de títulos públicos, variação positiva de R\$ 3.142 mil (R\$ 4.127 mil – 2011), e créditos privados e depósitos, variação positiva R\$ 20.238 mil (R\$ 6.821 mil – 2011). A variação do ajuste nos títulos, entre os anos de 2011 e 2012, refere-se à aplicação pelo Agente Custodiante da metodologia de precificação a mercado. A Marcação a Mercado (MAM) consiste em registrar todos os ativos, para efeito de valorização, pelos preços transacionados no mercado em casos de ativos líquidos ou, quando este preço não é observável, pela melhor estimativa de preço que o ativo teria em uma eventual transação feita no mercado. A adoção do valor a mercado quando analisada em conjunto com outros aspectos e valores das demonstrações contábeis não traz efeito significativo no contexto global da Fundação.

d) Ações

Em 31/12/2012 a carteira de ações alcançou R\$115.729 mil e está constituída pelos investimentos no Mercado de Ações - à Vista (R\$ 115.230 mil) e pelos Dividendos e Juros de Capitais a receber (R\$ 499 mil). A carteira do plano PPC atingiu R\$ 108.588 mil, do FIPECqPREV R\$ 1.993 mil e do PGA R\$ 5.148 mil.

O Mercado de Ações à Vista abriga papéis de diversas empresas. Destacam-se as de maior volume financeiro e participação na carteira: Cia.Vale do Rio Doce R\$ 28.388 mil (25%), Itaú Unibanco R\$ 21.851 mil (19%), Petrobrás R\$ 14.338 mil (12%), Bradesco R\$ 11.518 mil (10%), BRF Brasil Foods R\$ 9.704 mil (8%), Banco do Brasil R\$ 4.864 mil (4%), conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2012		2011	
	R\$ mil	(%)	R\$ mil	(%)
AES TIETE / PN	1.062	0,92	1.210	0,94
BANCO DO BRASIL / ON	4.864	4,20	4.503	3,48
BMFBOVESPA / ON	4.650	4,02	3.255	2,52
BRADESCO / PN	11.518	9,95	14.683	11,35
BRF BRASIL FOODS / ON	9.704	8,39	2.914	2,25
CCR/ON	3.133	2,71	-	-
CEMIG / PN	17	0,01	3.813	2,95
CRUZEIRO DO SUL / PN	-	-	6.875	5,31
ELETROBRAS / ON	886	0,77	2.498	1,93
GAFISA / ON	2.355	2,03	1.154	0,89
GERDAU / PN	-	-	3.567	2,76
ITAUBANCO / PN	21.851	18,88	17.144	13,25
LIGTH/ON	2.679	2,31	-	-
LOG-IN / ON	1.744	1,51	1.399	1,08
LOJAS RENNEN / ON	4.345	3,75	5.528	4,27
P. AÇUCAR - CBD / PN	2.605	2,25	1.928	1,49
PETROBRAS / ON	1.137	0,98	1.337	1,03
PETROBRAS / PN	13.201	11,41	26.353	20,36
SID NACIONAL / ON	2	0,00	2.579	1,99
USIMINAS / PNA	1.089	0,94	1.736	1,34
VALE/ PNA	28.388	24,53	26.270	20,30
	115.230		128.746	
A receber	499	0,43	661	0,51
Total	115.729		129.407	

O decréscimo no saldo da carteira em 2012 foi devido às vendas de ações que foram maiores que as compras em R\$ 16.288 mil. As compras foram de R\$ 51.409 mil, sendo que o maior volume financeiro foi destinado à aquisição de ações da Vale/PNA (R\$ 15.199 mil), seguido das ações da Itaubanco/PN (R\$ 8.115 mil) e da Petrobras/PN (R\$ 6.434 mil). As vendas de ações alcançaram R\$ 67.697 mil, e os papéis mais negociados foram Petrobras/PN (R\$ 17.800 mil) e Vale/PNA (R\$ 15.163 mil) conforme demonstrado abaixo:

ACÕES/TIPO	COMPRAS		VENDAS	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
BR FOODS/ON	230.000	7.125	80.000	2.624
BRADESCO/PN	100.000	2.897	250.000	8.001
CCR RODOVIAS/ON	161.100	2.856	-	-
CEMIG/PN	-	-	142.500	4.222
ELETROP PAULO/PN	135.000	5.025	135.000	4.529
GAFISA/ON	220.000	828	-	-
GERDAU /PN	-	-	246.000	4.543
ITAUUNIBANCO/PN	250.000	8.115	100.000	3.010
LIGHT/ON	120.000	2.930	-	-
LOJAS RENNEN /ON	-	-	59.700	3.630
PETROBRAS/PN	350.000	6.434	900.000	17.800
SID. NACIONAL /ON	-	-	172.000	3.151
USIMINAS/PNA	-	-	85.900	1.024
VALE/PNA	440.000	15.199	440.000	15.163
		51.409		67.697

e) Fundos de Investimento

As aplicações em Fundos de Investimentos, de R\$ 434.247 mil, representam 45% dos investimentos da Fundação.

As aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros - FIF encontram-se distribuídas nas seguintes espécies de fundos: Referenciados, Renda Fixa, Ações, Multimercado, Direitos Creditórios, Participações e Imobiliário, conforme os valores demonstrados acima nesta Nota Explicativa. Uma composição do saldo por Fundo de investimento pode ser assim demonstrada:

FUNDOS	CLASSIFICAÇÃO	R\$mil	
		31/12/2012	31/12/2011
BNP PARIBAS OPTIMUN DI FI	Referenciado	6.298	24.925
BTG PACTUAL YIELD DI FI REF. CP	Referenciado	-	18.545
BTG PACTUAL IPCA FI RF	Referenciado	10.672	31.076
		16.970	74.546
INFINITY IMA TIGER FI RF	Renda fixa	1.103	-
BRB FI EM RENDA FIXA IMA - B	Renda fixa	18.576	-
BRB FI EM RF SOLIDEZ	Renda fixa	18.665	-
BNP PARIBAS RF FI RENDA FIXA	Renda fixa	38.291	-
SULAMERICA INFLATIE FI RF LP	Renda fixa	38.605	19.382
BNP PARIBAS INFLACAO FI RF	Renda fixa	57.535	31.622
		172.775	51.004
RB FUNDAMENTAL FIA	Ações	11.421	8.601
BNY MELLON INCOME FIA	Ações	20.648	17.622
GAP AÇÕES FIA	Ações	26.954	41.448
GUEPARDO INSTIT. FI FIA	Ações	59.890	30.610
YUKON FIA	Ações	6.945	10.179
BNP SMALL CAPS FIA	Ações	10.487	-
MERCATTO GESTÃO FUND FIA	Ações	23.312	-
FIA SULAMERICA GOVERNANÇA I	Ações	4.020	3.403
		163.677	111.863
PROFIX INST FIM CP	Multimercado	104	111
BNP PARIBAS TROPPO XIII FIM CP	Multimercado	7.959	-
INSTIC. ACTIVE FIX IB - RF FI	Multimercado	2.506	1.331
INFINITY INSTIT FI MM	Multimercado	-	32.094
CREDIT SUISSE PORT DIN FIQ FIM	Multimercado	-	894
		10.569	34.430
FIDC SANEAGO INFRAEST. II	Direitos creditórios	2.535	-
FIDC MULTSET. BVA MAST II	Direitos creditórios	3.662	7.514
FIDC FICSA PREM VEICULOS I	Direitos creditórios	21.224	-
FIDC BCSUL VERAX MULTICR FIN	Direitos creditórios	-	15.294
		27.421	22.808
PATRIARCA PRIV. EQUIT. FI	Participações	170	8.275
BR EDUCACIONAL FIP	Participações	6.223	3.064
FI EM PARTICIPAÇÕES BIOTEC	Participações	7.567	-
TRISCORP ATIVOS FLOR. FIP	Participações	7.968	-
FI EM PARTICIPAÇÕES TAG	Participações	15.430	15.437
		37.358	26.776
FII MEMORIAL OFFICE	Imobiliário	5.477	3.294
	TOTAL	434.247	324.721

f) Empréstimos

O saldo da carteira de Empréstimos do Plano PPC, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$22.572 mil (R\$ 24.253 mil – 31/12/2011), com a participação de 2,5 % dos Investimentos. A redução do saldo dos empréstimos em 2012 foi devida às amortizações mensais e vencimentos de empréstimos serem superiores aos empréstimos concedidos no período.

A Fundação mantém constituído um fundo (Nota explicativa 10c) destinado a cobrir a inadimplência temporária em decorrência do não recebimento das parcelas dos empréstimos, bem como a quitação do saldo devedor no caso de morte do mutuário.

g) Outros realizáveis

A FIPECq impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar, contra a Secretaria da Receita Federal, referente à cobrança do Imposto de Renda sobre juros, capital próprio, dividendos e demais ganhos de capital. O processo foi julgado procedente por confirmar a isenção tributária da Fundação em 1993. Em 1999 a FIPECq recebeu o valor de R\$ 11.000 mil, relativo ao montante retido/recolhido, atualizado até 1998. Entretanto, no valor recebido não foi computada a atualização monetária do indébito do exercício de 1999, ano do pagamento. Desta forma, fez-se necessário a emissão de precatório complementar por parte da União a ser amortizado em 10 parcelas anuais, a partir de 2003, atualizadas mensalmente pelo IPCA-E. Em junho de 2012 foi recebida a 10ª parcela (última) dos Precatórios Complementares emitidos pela União.

h) Provisões para perdas dos investimentos

As provisões para perdas podem ser apresentadas por título e emitente, levando em consideração os seus valores originais:

ESPÉCIE	EMITENTE	Data da constituição	Valor original	R\$mil Valores atualizados *	
				31/12/2012	31/12/2011
Certificado de Depósito Bancário	Banco Santos S/A	(a)	8.970	24.815	22.083
Debêntures não Conversíveis	ENCOL S/A - Industria e Construção	(c)	1.823	8.514	7.666
Debêntures não Conversíveis	Crefisul Leasing S/A - Arrend.Mercantil	(b)	636	2.453	2.202
Debêntures não Conversíveis	PROCID Participações e Negocios S/A	(d)	4.161	12.214	10.888
Cédulas de Crédito Bancário	FLASHBEL Comercial Cosméticos Ltda	(f)	4.262	6.098	5.239
Cédulas de Crédito Bancário	SAMCIL Pró Saúde	(h)	8.152	10.532	8.993
Cédulas de Crédito Bancário	DIPLOMATA S/A Industrial e Comercial	(e)	2.627	2.627	-
Cédulas de Crédito Imobiliário	M.Brasil Empreend. Marketing e Neg	(g)	7.592	9.754	6.246
			38.223	77.007	63.317

* Atualizado pelo índice (correção e juros) do TJDFT.

a) Aplicações em 03 (três) CDB's, de emissão do Banco Santos S/A, efetuadas em janeiro, junho e setembro/04. A Fundação tomou as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

b) Debêntures de emissão da Crefisul adquiridas em dezembro/97. Medidas judiciais foram tomadas para recuperação dos valores.

- c) Debêntures da Encol adquiridas em abril/95. Foram adotadas medidas judiciais para recuperação dos valores.
- d) Debentures de emissão da Procid S/A adquiridas em julho/04. Providências judiciais adotadas para recuperação dos valores.
- e) CCB de emissão da Diplomata adquiridas em agosto/2008. Medidas judiciais foram adotadas para recuperação do crédito.
- f) CCB's da FLASHBEL Comercial Cosméticos adquiridas em maio/08. Medidas judiciais foram tomadas para recuperação dos valores.
- g) CCI de emissão da M.Brasil Empreendimentos Marketing e Negócios adquirida em julho/09. Medidas para a execução da dívida estão sendo elaboradas, com intuito de recuperação do crédito.
- h) CCB de emissão da SAMCIL Pró - Saúde adquirida em março/08. Medidas para a execução da dívida estão sendo realizadas, com intuito de recuperação do crédito.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Neste grupo estão registrados os compromissos a pagar com saldo, em 31/12/2012, de R\$ 1.552 mil (R\$ 1.976 mil em 2011), como segue:

a) Gestão Previdencial

	R\$ mil				R\$ mil			
	2012				2011			
	PPC	FIPECq/PREV	PBS	TOTAL	PPC	FIPECq/PREV	PBS	TOTAL
Aposentadoria e Pensões	9	-	-	9	4	-	-	4
Abono Anual	13	-	8	21	14	-	8	22
Pecúlio a Pagar	333	12	-	345	198	70	-	268
Auxílio Doença	8	-	-	8	173	-	-	173
Retenções a Recolher	170	12	-	182	151	9	-	160
Outras Exigibilidades	-	13	-	13	1	132	-	133
	533	37	8	578	541	211	8	760

Conforme Ofício 1.816, datado de 13 de maio de 2011, a PREVIC determinou o encerramento do Plano de Benefícios Saldados – PBS, com a cessação do pagamento dos benefícios. A Fundação encaminhou resposta à PREVIC em 31 de maio de 2012 contendo farto e robusto levantamento das informações das contribuições aportadas pelos participantes do PBS, demonstrando também que somente tais contribuições seriam suficientes para pagar as reservas de poupança e as reservas matemáticas dos participantes ativos e assistidos. Por fim, com vistas ao encerramento do PBS, a PREVIC, por intermédio do Ofício nº 4.484/CGAT/DITEC/PREVIC, encaminhou o Parecer nº 191/2012/CGAT/DITEC/PREVIC de 06 de dezembro de 2012, determinando à FIPECq a adoção das seguintes providências em um prazo de 120 dias:

- a) Evidenciação e apuração dos valores aportados pela União a favor dos participantes que foram abrangidos pelo RJU desde o início das contribuições, e não somente após o advento do RJU, com segregação entre as contribuições destinadas ao custeio previdenciário e ao custeio administrativo;
- b) Devem ser consideradas não somente as contribuições normais, como as extraordinárias, inclusive às relativas ao serviço passado;
- c) Esses valores devem ser devidamente corrigidos;
- d) O levantamento deve ser certificado por meio de parecer de atuário independente que, inclusive, deve atestar/aprovar todos os critérios/métodos utilizados nesse levantamento, dos valores a serem devolvidos à União, inclusive os critérios para correção dos valores;
- e) Tal levantamento deverá ser aprovado pelas devidas instâncias dos órgãos de governança da EFPC;
- f) A Fundação deve apresentar e justificar os critérios/métodos utilizados no levantamento, sua memória de cálculo, além do parecer do atuário independente, devidamente acompanhado pelas aprovações dos órgãos estatutários;
- g) O valor apurado deve ser contabilizado em Fundo Previdencial específico, a ser devolvido aos patrocinadores;
- h) Eventuais ações judiciais envolvendo as contribuições normais e/ou extraordinárias das patrocinadoras no período em comento não devem alterar os critérios do levantamento que está sendo solicitado, sendo que as possíveis contestações devem ser apresentadas à parte, com o entendimento da Fundação sobre os efeitos das decisões judiciais, para análise da Procuradoria Federal junto à PREVIC.

Do ponto de vista do andamento das providências determinadas pela PREVIC, a FIPECq já concluiu o levantamento das contribuições normais aportadas pelos Patrocinadores IPEA, CNPq, INPA e INPE.

b) Gestão Administrativa

Os compromissos aqui relacionados correspondem aos gastos e provisões com pessoal e encargos sociais, além de outras exigibilidades:

	R\$ (mil)	
	31/12/2012	31/12/2011
Pessoal e Encargos – Provisão de Férias	659	806
Credores Diversos	137	137
Encargos e Retenções a Recolher	165	167
	961	1.110

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Registra o montante das provisões contingenciais decorrentes de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação. Com base em manifestações dos assessores jurídicos, interno e externos, a FIPECq, entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos administrativos ou judiciais.

O registro da provisão é efetivado no Passivo dos planos em contrapartida da despesa que lhe deu origem e os depósitos judiciais ou recursais estão registrados no ativo “Realizável”, de acordo com a origem de cada ação.

a) Gestão Previdencial

A provisão de R\$ 7.112 mil (R\$ 5.890 mil – 31/12/2011) refere-se, substancialmente, aos processos judiciais envolvendo expurgos inflacionários, movidos por ex-Participantes do Plano de Previdência Complementar - PPC que requerem diferenças de correção monetária dos Planos Collor e Verão, por entenderem que esta deve incidir sobre as reservas de poupança resgatadas pelos mesmos, quando do desligamento da Fundação. Os valores estimados das demandas estão atualizados pelo INPC até a data da citação (30/10/2002) e a partir desta data até 31/01/2007 pela meta atuarial (INPC mais 6% de juros ao ano) e daí em diante pela SELIC como determina o Código Civil de 2003.

Ademais, a partir de dezembro de 2006, esta provisão passou a contemplar todos os ex-Participantes dos Planos que resgataram suas reservas de poupança. No que se refere à questão da prescrição quinquenal, ou seja, em que não poderiam ser reclamados expurgos sobre resgates depois de decorridos 5 (cinco) anos do seu pagamento, a Fundação deverá considerar que a apreciação desse tema se encontra já plenamente pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, com a edição da Súmula nº 291, o que justifica considerar que todos os processos referentes aos expurgos possam ser considerados de perda remota, embora a Fundação entenda ser prudente manter a provisão atual.

b) Gestão Administrativa

O saldo é composto da seguinte forma:

a) PIS e COFINS: No valor de R\$ 7.493 mil, que se refere ao contencioso judicial contra a União por interpretação diversa no “modus operandi” da base de cálculo de PIS e COFINS que resulta em valores a recolher prejudiciais à Fundação.

b) IRRF: No valor de R\$ 219 mil, refere-se à contingência fiscal relativa à DCTF/IRRF, sendo que a matéria discutida tem origem nos anos de 1994/1995.

c) Outros: No valor de R\$ 1.523 mil referente a valores relativos às reclamações trabalhistas movidas por ex-colaboradores.

Esses valores foram estimados pela Fundação com base na probabilidade de perda e na determinação dos valores passíveis de desembolsos.

c) Passivo Contingente

A Fundação é parte em ações judiciais, cujo desfecho desfavorável na avaliação dos assessores jurídicos, é considerado como possível e para os quais não há provisão constituída por não atenderem aos critérios de reconhecimento nos termos da Resolução CFC 1.180/09. Tais ações referem-se, substancialmente, a ações de indenização e revisão de aposentadoria.

d) Contingências ativas

A Fundação é autora de ações judiciais que poderão gerar, no futuro, a entrada de benefícios econômicos. As principais ações referem-se à recuperação de investimentos, tais como empréstimos a participantes, investimentos demonstrados na Nota Explicativa 5) h) e recebimento de alugueis, em decorrência da garantia de renda mínima, do Fundo de Investimento Imobiliário Memorial Office de aproximadamente R\$ 665 mil. Em dezembro de 2012, a Petrobrás S/A efetuou o depósito de R\$ 1.077 mil, em efeito da Ação Ordinária - 25ª Vara Cível do RJ, processo nº. 1996.001.033455-0, ajuizada pela FIPECq para recebimento de dividendos sobre a reserva de capital social da empresa, sendo assim, não configurando como ativo contingente neste ano.

8. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram constituídas com base em cálculos atuariais e representam os compromissos da Fundação no encerramento do período relacionado aos benefícios concedidos e a conceder de cada Plano.

As Provisões matemáticas são segregadas por plano de benefícios previdenciais e compostas como segue:

	R\$ (mil)	
	2012	2011
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS		
Benefícios do Plano	195.474	168.385
Plano de Previdência Complementar - PPC	189.128	162.528
Plano Instituído FIPECqPREV	6.346	5.857
BENEFÍCIOS A CONCEDER	437.090	438.243
Benefícios do Plano com a Geração Atual	437.090	547.289
Contribuição Definida	8.810	7.130
Plano Instituído FIPECqPREV	8.810	7.130
Benefícios Definidos	428.280	540.159
Plano de Previdência Complementar - PPC	428.280	540.159
(-) Outras Contribuições da Geração Atual	-	(109.046)
Plano de Previdência Complementar - PPC	-	(109.046)
	632.564	606.628

As Reservas de Benefícios Concedidos referem-se à cobertura dos compromissos da Fundação com as suplementações de benefícios previdenciais já concedidos aos assistidos ou beneficiários em gozo de prestação continuada.

As Reservas de Benefícios a conceder referem-se aos compromissos futuros da Fundação com os participantes ativos que ainda não adquiriram o direito à percepção de tais benefícios e com aqueles que já adquiriram esse direito, mas não o exerceram.

Os Planos Previdenciais foram avaliados por Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda., com sede no Rio de Janeiro, sendo utilizada para o Plano PPC a Tábua de Mortalidade Geral AT-2000. A avaliação atuarial foi efetuada com base no cadastro dos participantes do mês de novembro de 2012.

A seguir, a Administração apresenta a composição das provisões matemáticas por Plano e Patrocinadora:

Patrocinadora	Benefícios concedidos		Benefícios a conceder		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
PPC	189.128	162.528	428.280	431.113	617.408	593.641
FINEP	156.043	132.289	385.015	391.806	541.058	524.095
IPEA	9.649	9.457	-	68	9.649	9.525
CNPq	11.999	12.017	5.523	4.372	17.522	16.389
INPE	2.872	2.589	6.231	4.447	9.103	7.036
INPA	634	586	-	7	634	593
FIPECq	7.931	5.590	16.741	18.572	24.672	24.162
AUTOFINANCIADOS			14.770	11.841	14.770	11.841
FIPECqPREV (a)	6.346	5.857	8.810	7.130	15.156	12.987
TOTAL DAS RESERVAS	195.474	168.385	437.090	438.243	632.564	606.628

(a) O saldo de Benefícios concedidos referem-se a de participantes do Plano PPE, incorporado pelo FIPECqPREV em 2011

9. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado contábil do exercício de 2012 foi superavitário em R\$ 41.988 mil (déficit em 2011 de R\$ 31.148 mil) e foi utilizado para absorver o déficit acumulado de 2011, de R\$ 31.123 mil, restando um saldo de Superávit Técnico de R\$ 10.865 mil.

10. FUNDOS

a) Fundos Previdenciais

i) Fundo Previdencial do Plano de Previdência Complementar - PPC

Constituído atuarialmente e registrado no exercício de 1993, em decorrência do advento do Regime Jurídico Único - RJU ter impactado os valores das Provisões Matemáticas do conjunto formado pelas Patrocinadoras do Plano de Previdência Complementar – PPC da FIPECq (FINEP, IPEA, CNPq, INPE, INPA e a própria FIPECq), em um regime de solidariedade contributiva, onde, no que se refere aos benefícios já concedidos, a situação não sofreu qualquer alteração, mas com relação aos benefícios a conceder as Patrocinadoras IPEA, CNPq, INPE e INPA tiveram reversão bastante

significativa nas Provisões Matemáticas que vinham sendo mantidas no PPC da FIPECq. Está avaliado em 31 de dezembro de 2012 por R\$ 274.410 mil (R\$ 246.090 mil em 2011).

Sua criação visa dar cobertura a questionamentos judiciais que acarretem revisões nos valores dos benefícios do PPC, inclusive quanto aos Benefícios Saldados, e pelo fato de as autoridades governamentais não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo Participantes Celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, em Regime Jurídico Único - RJU e dar cobertura a desvios desfavoráveis que possam ocorrer em relação às premissas adotadas nas avaliações atuariais, seja em relação ao retorno dos investimentos, às Tábuas Biométricas ou a outros fatores, tais como previsão de crescimento real de salário e expectativa de retorno de investimentos. No final do ano de 2010, a FIPECq ajuizou Ação Declaratória com o objetivo de que o Poder Judiciário (Justiça Federal do Distrito Federal) declare, por sentença, a destinação dos recursos referentes ao Fundo Previdencial que integram o patrimônio atual da Fundação, não havendo até o momento decisão de primeira instância, cujo desfecho ainda se encontra pendente. A declaração requerida na Inicial diz respeito se a titularidade destes valores é da Fundação, se deve ser dos Participantes ativos ou da Patrocinadora.

ii) Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados - FIPECqPREV

Constituído no ano de 2011 por valores contributivos recebidos pelo Plano de Previdência Especial - PPE pelo processo de incorporação deste plano ao FIPECqPREV, conforme mencionado na Nota Explicativa 13), devidamente atualizados pela rentabilidade líquida obtida pelos investimentos, não passíveis de resgates e de alocações nas subcontas do referido PPE (individual). É destinado a dar cobertura a todo tipo de riscos envolvidos no processo de incorporação, inclusive de gastos advocatícios a ele inerentes, e preservar o Plano FIPECqPREV dos riscos inerentes à manutenção de alguns benefícios, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE do tipo Benefício Definido. Está estimado em R\$ 2.294 mil em 31/12/2012 (R\$ 2.284 mil em 31/12/2011).

b) Fundo Administrativo

Constituído consoante autorização da então Secretaria de Previdência Complementar, Ofício GAB/SPC N.º 505/84, para fazer face à sobrecarga administrativa. Incrementado mensalmente pelo resultado líquido do custeio previdencial mais o resultado líquido entre as receitas e as despesas administrativas, acrescido dos recursos líquidos aplicados por meio do Programa de Investimentos, conforme demonstrado abaixo.

O Fundo Administrativo vem sendo utilizado parcialmente para cobertura de despesas administrativas em complementação à Taxa de Administração aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo.

Descrição	R\$ (mil)	
	2012	2011
Saldo inicial do exercício	37.814	40.096
(+) Receitas administrativas	57	37
(+) Custeio administrativo	5.700	5.440
(+) Rentabilidade dos investimentos	4.997	1.997
Subtotal	48.568	47.570
(-) Despesas administrativas	(9.276)	(9.235)
(-) Constituições de aontingências	(723)	(521)
Subtotal	(9.999)	(9.756)
Saldo do balanço em 31 de dezembro	38.569	37.814

Em 30 de abril de 2003, a Fundação encerrou, com recursos do Plano administrativo, o Plano Assistencial existente até àquela data, cujo déficit era de R\$ 4.068 mil. No decorrer dos exercícios de 2004 a 2012, ocorreu a recuperação de parte deste déficit, no valor de R\$ 658 mil, permanecendo, ainda, um saldo de R\$ 3.410 mil a recuperar para o Fundo.

c) Fundo dos Investimentos

Denominado de “Fundo de Seguro de Empréstimos/Financiamentos”, foi constituído para garantir a inadimplência temporária dos contratos de empréstimos concedidos aos Participantes. O saldo do fundo corresponde ao prêmio (taxa) incidente sobre o principal do mútuo, mais a recuperação da inadimplência e a rentabilidade dos investimentos, deduzidos dos valores dos empréstimos inadimplentes e as coberturas nas situações de morte e/ou invalidez do participante mutuário. O saldo em 31/12/2012 é de R\$ 2.458 mil (R\$ 2.169 mil em 2011).

11. CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Em observância ao disposto na Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, o custeio das despesas da Gestão Administrativa tem como fonte de recursos:

- 15% fixados atuarialmente, que incidem sobre os valores das contribuições do Plano de Previdência Complementar – PPC (até 31/01/2012). No Plano FIPECqPREV, este percentual varia de 2% a 4% sobre o valor da contribuição, respeitado o limite de 15% sobre o Valor de Referência do Plano – VRP (R\$ 134,56 em 31/12/2012);
- Taxa de Administração cobrada sobre os investimentos na modalidade de Empréstimos e Financiamentos;
- Resultados dos Investimentos; e
- Recursos do Fundo Administrativo.

No Programa de Investimentos, o limite do custeio administrativo corresponde a 0,62% dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios deduzidos os valores

transferidos pelos Planos de Benefício e da Taxa de Administração dos Empréstimos.

As despesas comuns da administração são rateadas na proporção de 50% entre a Gestão Previdencial e de Investimentos.

12. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em cumprimento à Instrução SPC nº 34/09, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por planos de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada mediante a anulação dos valores a pagar e a receber entre os planos, a participação do Fundo administrativo nos Planos previdenciais, o Superávit e o Déficit técnico, dentre outros.

A seguir, é apresentado detalhamento dos ajustes e eliminações para a consolidação das Demonstrações Contábeis. Tais ajustes são efetuados em documentos auxiliares e se referem à participação do PPC e do FIPECqPREV no PGA, de acordo com o quadro a seguir:

	R\$ mil		
	2012	2011	D/C
ATIVO	38.905	37.814	D
Realizável	18	-	D
Gestão Previdencial	18	-	D
Recursos a Receber dos Planos	18	-	D
Gestão Administrativa	38.887	37.814	D
Recursos a Receber dos Planos	318		D
Participação dos Plano na Gestão Administrativa	38.569	37.814	D
PASSIVO	38.905	37.814	C
Exigível Operacional	336	-	C
Gestão Previdencial	318	-	C
Recursos a Pagar ao PGA	318	-	C
Gestão Administrativa	18	-	C
Recursos a Pagar ao FIPECqPREV	18	-	C
Patrimônio Social	38.569	37.814	C
Participação no Fundo PGA	38.569	37.814	C

13. INCORPORAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS

No mês de janeiro de 2011, em atendimento a Portaria nº 565 de 29/07/2010, ocorreu o processo de incorporação pelo FIPECqPREV do Plano PPE, considerando-se que o mesmo nunca havia obtido aprovação formal pelo órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar. Desde a elaboração e encaminhamento à, então, Secretaria de Previdência Complementar – SPC, em 1991, o PPE se manteve em processo de aprovação.

A regularização do PPE mediante a sua incorporação ao FIPECqPREV, plano instituído pela FIPECq Vida e administrado pela FIPECq, constituiu-se no modelo viável de regularização daquele plano, pelo órgão governamental competente, embora o referido órgão regulador tivesse emitido o CNPB para o PPE.

A medida representou uma alternativa para que os Participantes do PPE (Plano criado em 1991 com o objetivo de amparar os Participantes da FIPECq que passaram, em virtude da Lei 8.112/90, que instituiu o Regime Jurídico Único/RJU, da condição de Celetistas para Estatutários) pudessem participar de um Plano de Previdência sustentável e aprovado formalmente com segurança jurídica tanto para os administradores da FIPECq quanto para os Participantes.

A FIPECq teve o prazo de seis meses - a partir da referida aprovação - para concluir o processo de incorporação. O Processo de Incorporação ofereceu aos Participantes Ativos as seguintes possibilidades:

- adesão ao FIPECqPREV e transferência dos recursos disponibilizados no PPE para o FIPECqPREV;
- sacar os recursos que lhe cabiam no rateio do saldo do PPE em 31/01/2011 e fazer a sua inscrição no FIPECqPREV; e
- continuar contribuindo e sacar os recursos que lhe cabiam, sem fazer inscrição no FIPECqPREV.

Para que fosse possível oferecer, no processo de Incorporação no FIPECqPREV aos Participantes Ativos do PPE, as condições financeiras tiveram como referência a data-base 31/12/2009. O montante final a ser incorporado ao FIPECqPREV somente poderia ser conhecido na data da efetiva Incorporação que ocorreu em 31 de janeiro de 2011.

O PPE contava, em 31/01/2011, com 2.185 Participantes Ativos e 45 Participantes Assistidos. Dos Participantes Ativos 354 optaram por incorporar seus recursos ao FIPECqPREV e 1.831 por resgatar. Quanto aos Participantes Assistidos, 37 receberam a Reserva Matemática e 8 optaram pela continuidade do recebimento do benefício, quais sejam, 6 processos de Invalidez e 2 processos de Pensão.

O Plano de Previdência Especial - PPE continuou a garantir o seu benefício aos Participantes Ativos que viessem a Invalidar ou a falecer até a data da Efetiva Incorporação (31/01/2011). Até este período foram concedidas 5 novas aposentadorias por Invalidez e 9 Pecúlios por Morte.

Segue abaixo a movimentação dos saldos quando da incorporação:

R\$ mil

ATIVO	FIPECqPREV Antes da Incorporação	Saldos Finais do PPE em 31/01/2011	FIPECqPREV após Incorporação
Disponível	-	5	5
Realizável	2.083	40.356	42.439
Gestão Previdencial	-	31	31
Gestão Administrativa	28	45	73
Investimentos	2.055	40.280	42.335
Títulos Públicos	170	4.588	4.758
Créditos Privados e Depósitos	548	14.910	15.458
Ações	244	6.139	6.383
Fundos de Investimentos	1.093	13.393	14.486
Investimentos Imobiliários		25	25
Empréstimos		1.147	1.147
Outros Realizáveis		78	78
Total do Ativo	2.083	40.361	42.444

R\$ mil

PASSIVO	FIPECqPREV Antes da Incorporação	Saldos Finais do PPE em 31/01/2011	FIPECqPREV após Incorporação
Exigível Operacional	21	527	548
Gestão Previdencial	21	509	530
Investimentos	-	18	18
Patrimônio Social	2.034	9.775	11.809
Provisões Matemáticas	2.034	9.775	11.809
Benefícios Concedidos	-	5.489	5.489
Benefícios a Conceder	2.034	4.286	6.320
Fundos	28	30.059	30.087
Fundos Previdenciais	-	29.949	29.949
Fundos Administrativos	28	45	73
Fundos dos Investimentos	-	65	65
Total do Passivo	2.083	40.361	42.444

14. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND's.

Em 23 de junho de 1986, o Poder Executivo Federal expediu o Decreto-Lei nº. 2.288, criando o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), cujo objetivo era captar recursos junto a investidores. Seu art. 7º estabelecia a obrigatoriedade de as Entidades fechadas de previdência privada, com patrocinadores oriundos do setor público federal e estadual, aplicarem 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do FND, com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a ABRAPP, em nome de suas associadas, por meio de Ação Coletiva, ajuizou medida judicial contra a União Federal, BNDES e FND. Reivindicou a diferença de correção monetária paga a menor ocasionada pela substituição do indexador IPC por BTN, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, para atualização monetária das OFND's. O Tribunal Regional Federal - TRF considerou que o índice correto seria o IPC porque vários títulos públicos haviam sido atualizados pelo Índice de preço.

Ante a decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para Ação Rescisória e, no final de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a Ação de Execução. Algumas associadas solicitaram a ABRAPP contratação de perito contábil para emissão de laudo técnico mensurando os valores atualizados das OFND's, segregados por Entidades, para fins de execução de sentença.

A PREVIC, em 2011, emitiu o Ofício nº. 4663/2011/CGMC/DIACE/PREVIC, determinando as EFPC que, enquanto não houver manifestação da Justiça Federal com relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União, relativo à Ação Judicial, não deve ser efetuado o registro contábil deste ativo contingente, mas tal fato deverá constar das notas explicativas às Demonstrações contábeis do exercício. Os administradores acataram o estabelecido e decidiram não reconhecer o montante no balanço de 31 de dezembro de 2012.

15. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 8, as provisões matemáticas e os fundos previdenciais são anualmente calculados no encerramento de cada exercício por um atuário contratado pela Fundação. Durante 2012 ao efetuar a sua avaliação, o atuário fez mudanças de estimativas que resultaram em um acréscimo de superávit de R\$ 50.036 mil (sendo R\$ 50.097 mil para o PPC e déficit de R\$ 61 mil para o FIPECqPREV), com efeito no saldo das referidas reservas. As premissas modificadas e os correspondentes valores são detalhados da seguinte forma:

Hipóteses	PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de mortalidade geral	AT-2000 (feminina) e AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina e feminina)
Tábua de mortalidade dos inválidos	AT-83 (feminina) e AT-83 (masculina) suavizada em 10%	AT-83 (masculina e feminina)
Tábua de entrada em invalidez	Light (fraca)	Light (média)
Rotatividade	Nula	Nula
Taxa real de juros/desconto	5%	5%
Projeção de crescimento de salários	2,01% ao ano	3,02% ao ano
Composição familiar	Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009.	Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009.
Indexador do plano	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Podemos compor o Superávit técnico acumulado do Plano PPC em função das alterações das hipóteses atuariais realizadas em 2012 da seguinte forma:

Descrição do assunto	R\$ (mil)
Mudanças de estimativa	
Considerando que o Participante entre em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencher os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena.	34.752
Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos (reduzindo a Produtividade Geral de 2% ao ano para 1% ao ano).	28.162
Substituição da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) para LIGHT (FRACA).	1.513
Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) para AT 2000 (masculina) suavizada em 10%.	(13.616)
Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) para AT 83 (masculina) suavizada em 10%.	(714)
Subtotal - valor total das mudanças das estimativas	50.097
Outros efeitos normais decorrentes da revisão anual (não se caracteriza como mudança de estimativa)	
Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2012 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2012 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2011).	(23.183)
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	(16.049)
Subtotal - valor total de outros efeitos	(39.232)
Superávit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2012	10.865

Pelo fato de existir uma massa de participantes com características de Benefício Definido no plano FIPECqPREV, há também para teste plano descrição das hipóteses atuariais, como segue:

Hipóteses	PLANO FIPECqPREV	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de mortalidade geral	AT-2000 (feminina) e AT-2000 (masculina) suavizada em 10%	AT-2000 (masculina)
Tábua de mortalidade dos inválidos	AT 83 (masculina) Suavizada em 10%	AT -83 (masculina)
Rotatividade	Nula	Nula
Taxa real de juros/desconto	5% a.a	5% a.a
Composição familiar	família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.	família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.
Indexador do plano	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).	INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Podemos compor o resultado técnico apurado técnico acumulado do Plano PPC em função das alterações das hipóteses atuariais realizadas em 2012 da seguinte forma:

Descrição do assunto	R\$ (mil)
Mudanças de estimativa	
Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) para AT 2000 (masculina) suavizada em 10%	(20)
Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) para AT 83 (masculina) suavizada em 10%	(41)
Subtotal - valor total das mudanças das estimativas	(61)
Outros efeitos normais decorrentes da revisão anual (não se caracteriza como mudança de estimativa)	
Superávit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2012 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2012 (partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2011)	24
Reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, de forma que o Plano FIPECqPrev, do tipo Contribuição Definida (Puro), mantivesse suas características não apresentando em 31/12/2012, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado	42
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	(5)
Subtotal - valor total de outros efeitos	61
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2012	-

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Resolução nº 9, de 29 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC estabeleceu novos parâmetros máximos de taxa de juros para a meta atuarial dos planos de benefícios, fixando-a em 4,5% na avaliação atuarial de 2018 e seguintes.

A FIPECq, em relação ao Plano de Previdência Complementar - PPC, já se antecipou a esses parâmetros, em 2007, quando, por intermédio da Resolução 013, de 31/10/2007, do Conselho Deliberativo, que aprovou a Política de Investimentos para o ano seguinte, fixou a meta atuarial, a partir de 2008, em INPC + 5% ao ano, parâmetro este mantido na Política de Investimentos para 2013, aprovada pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução nº 018, de 13/11/2012.

Para atingir a taxa de desconto de 4,5% em 2018 a FIPECq reduzirá progressivamente o percentual vigente na Política de Investimentos para 2013, em 0,1%, a partir de 2014, chegando em 2018, com 4,5%.

Atendendo às disposições da Lei Complementar nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda apresenta o Parecer Atuarial de 31 de dezembro de 2012, dos Planos de Benefícios administrados pela FIPECq, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2012, tendo como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

Plano	Modalidade	CNPB
Plano de Previdência Complementar - PPC	Benefício Definido (BD)	19790016-18
FIPECqPREV	Contribuição Definida (CD)	20060029-29

Plano de Previdência Complementar - PPC

V1 - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela FIPECq, resultou no custo total de 14,22% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 6,07%, incluída a sobrecarga administrativa, dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

Tipo de Benefício	CUSTO (%)	
	Ano Anterior	Ano Atual
Aposentadorias *1	6,98%	6,85%
Invalidez / Auxílio Doença	2,50%	3,03%
Pensão por Morte / Pecúlio	2,35%	2,21%
Sub-Total (1)	11,83%	12,09%
Suplementar	-%	-%
Administração *2	2,09%	2,13%
Sub-Total (2)	2,09%	2,13%
Total (1) + (2)	13,92%	14,22%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Corresponde a 15% do total das Contribuições Previdenciárias da Patrocinadora e dos Participantes.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2012, a idade média dos participantes ativos é de 48 anos.

2) O custo total reavaliado de 14,22% da Folha dos Salários de Participação dos

Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2013, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Referência		
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	6,96%	7,11%
Contribuição Normal da Patrocinadora	6,96%	7,11%
Sub-Total	13,92%	14,22%
Contribuição Suplementar	-%	-%
Total Contribuições (Patrocinadoras + Participantes Ativos)	13,92%	14,22%
Contribuições Normais dos Assistidos		
Aposentados Assistidos (*)	5,83%	6,07%
Pensionistas Assistidos	-	-

(*): Inclui Sobrecarga Administrativa.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,22% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2012, de 14,22% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2012.

V2- Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2011 para o final do ano 2012 é a seguinte:

Referência	31/12/2011	31/12/2012	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos	162.527.613,00	189.127.802,00	16,37%
Provisão de Benefícios a Conceder	431.113.416,00	428.280.211,00	-0,66%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	593.641.029,00	617.408.013,00	4,00%

V3 - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Previdência Complementar - PPC vigente na FIPECq, patrocinado por FINEP, CNPq, INPE, INPA, IPEA e FIPECq, avaliado pelos mesmos regimes/métodos adotados na avaliação atuarial do ano anterior, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da Mortalidade Geral que passou a ser AT 2000 (masculina) - Suavizada

em 10%, da Mortalidade de Inválidos que passou a ser AT 83 (masculina) Suavizada em 10%, da Entrada em Invalidez que passou a ser a LIGHT (FRACA), e a projeção do crescimento real de salário que passou de 3% ao ano para 2% ao ano, bem como passando a considerar que o Participante entra em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencher os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 10.865.472,69, equivalente a 1,73% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 628.273.485,69.

2) No encerramento do exercício de 2012, o reflexo conjunto da adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) - Suavizada em 10%, da adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) Suavizada em 10%, da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FRACA), e a projeção do crescimento real de salário de 2% ao ano, bem como passando a considerar que o Participante entra em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencher os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 50.097.503,00.

3) Foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: Substituição do q_x da AT-2000 (masculina) para o q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: Substituição do $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) para o $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) suavizada em 10%.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Substituição da LIGHT (MÉDIA) para a LIGHT (FRACA).

iv) Rotatividade: Mantida Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: Mantida em 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: alterada para 2,01% ao ano (em média, ao longo dos anos remanescentes de atividade)

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, se está adotando a família efetiva para avaliar as Provisões de Benefícios Concedidos de Aposentadoria e de Pensão por Morte e se está adotando a Composição de Família relativa à Experiência Regional, atualizada em 2009, para avaliar atuarialmente os benefícios de pensão por morte dos Participantes Não Assistidos.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) Para o exercício de 2013, estão sendo mantidas as contribuições vigentes e, nesse contexto, não está sendo utilizado qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior, ou seja:

i) Contribuição Normal dos Participantes Não Assistidos e Assistidos:
- a% = 1,40% do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação);

- b% = 1,90% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente à metade do teto máximo do Salário de Contribuição da Previdência Social;
- e
- c% = 7,00% da parcela do Salário Real de Contribuição (Salário de Participação) excedente ao teto máximo de contribuição à Previdência Social.

ii) Contribuição Normal da Patrocinadora:

- A contribuição normal da patrocinadora é paritária com o total das contribuições normais recolhidas pelos participantes não assistidos.

5) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados), ao longo de 2012, foi de 12,49% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,51% o que, em termos reais, representou obter mais 5,92%, ultrapassando a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

NOTA: Já a rentabilidade real líquida do Patrimônio Total da FIPECq obtida ao longo de 2012, medida também pelo método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, foi de mais 5,95%.

6) Contabilmente os Ativos da Carteira de Investimentos do Plano de Previdência Complementar (PPC) administrado pela FIPECq, de Benefício Definido (BD), são registrados na forma "Títulos disponíveis para a negociação". Nesse caso, a Marcação a Mercado (MaM) se faz necessária, pois o Ativo pode ser vendido a qualquer momento sendo então influenciado pelas taxas de mercado. Através da MaM é possível avaliar a valorização ou desvalorização dos Ativos e Passivos enquanto estiverem em carteira e não apenas na hora de sua liquidação.

Neste contexto, as convenções de contagem de dias e apropriação de juros estão de acordo com as regras contábeis da FIPECq e da Instituição que está fazendo a marcação.

7) À parte do Patrimônio de Cobertura do Plano de Previdência Complementar - PPC (incluindo o correspondente aos Benefícios Saldados) da FIPECq, encontra-se constituído o seguinte Fundo Previdencial, em 31/12/2012: "Fundo Previdencial" constituído para dar cobertura a questionamentos judiciais, que acarretam revisões nos valores dos benefícios do PPC (incluindo os referidos Benefícios Saldados) e, subsidiariamente, a desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais, especialmente as relativas à mortalidade e ao retorno dos investimentos, e, também, em decorrência das autoridades competentes não terem se posicionado em relação a eventuais direitos dos que, sendo participantes celetistas, tiveram seu regime de trabalho transformado, por força de Lei, de Regime CLT para Regime Jurídico Único (RJU): R\$ 274.409.601,86 (igual ao valor correspondente à parcela do Patrimônio Líquido da FIPECq não comprometida com Provisões Matemáticas, com a Reserva de Contingência ou Reserva Especial para Revisão de Plano, se existirem, com o Fundo Administrativo e com o Fundo de Seguro-Empréstimos/Financiamentos), merecendo destaque que, em 17/12/2010, foi ajuizada

perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, Ação Declaratória acerca de titularidade desse Fundo Previdencial, estão, portanto, tal situação “sub-júdice”.

NOTA 1: As informações da área contábil da FIPECq nos dão conta da existência, em 31/12/2012, do saldo de R\$ 2.457.368,19 no Fundo de Seguro-Empréstimos / Financiamento (Fundo Investimento).

NOTA 2: Também, fora do Patrimônio de Cobertura do PPC (incluindo os Benefícios Saldados) e do “Fundo Previdencial”, apresentado neste numeral 6, encontra-se constituída, em 31/12/2012, a Provisão de R\$ 5.363.099,64 relativa a questionamentos de expurgos inflacionários envolvendo valores pagos como resgate por este Plano.

V4 - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

1) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A..

V5-Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Déficit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2012 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2012 (partindo da avaliação atuarial de dezembro de 2011)	R\$ (23.182.643,06) (*1)/(*2)
Considerando que o Participante entre em gozo de benefício programado no ano subsequente ao ano seguinte ao que preencher os requisitos para a entrada em gozo de aposentadoria plena	R\$ 34.752.107,00
Adoção de uma projeção de crescimento real de salário anual melhor ajustada à situação dos participantes não assistidos (reduzindo a Produtividade Geral de 2% ao ano para 1% ao ano)	R\$ 28.162.472,00
Substituição da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) para LIGHT (FRACA)	R\$ 1.513.039,00
Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) para AT 2000 (masculina) suavizada em 10%	R\$ (13.615.856,00)
Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) para AT 83 (masculina) suavizada em 10%	R\$ (714.259,00)
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ (16.049.387,25) (*3)/(*4)
Superávit Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2012	R\$ 10.865.472,69

(*1) R\$ 628.273.485,69 - R\$ 651.456.128,75 = R\$ (23.182.643,06), onde R\$ 628.273.485,69 é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2012 e onde R\$ 651.456.128,75 é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de Dezembro de 2011).

(*2): Neste valor de R\$ (23.182.643,06) já está incluído o ganho de rentabilidade por ter sido ultrapassada a meta atuarial de juros reais de 5% ao ano, no valor de R\$ 7.889.319,97.

(*3): Desses R\$ (16,0) milhões, tem-se que, em torno de R\$ (10,0) milhões se referem ao fato de, no ano de 2012, o aumento real de salário ter sido de 5,22%, enquanto que o projetado era de 3,02%.

(*4) Equivalente a 2,60% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2012, que foi de R\$ 617.408.013,00, ou equivalente a 0,98% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2012, caso se deduza desses R\$ (16,0) milhões, os R\$ (10,0) milhões decorrentes dos 5,22% de aumento real de salário, enquanto que o projetado era de 3,02%, em 2012.

V6 - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas, encontra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

V7- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano de Previdência Complementar - PPC da FIPECq é um Plano de Previdência Complementar aberto a novas adesões de participantes, o Regime Financeiro de Capitalização na versão do Crédito Unitário Projetado adotado é o adequado para avaliar os seus benefícios de Aposentadoria e de Pensão por Morte, sendo que, para o financiamento dos benefícios de auxílio-reclusão e auxílio-doença, está sendo adotado, também de forma adequada, o Regime de Financiamento de Repartição Simples.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2013.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

V1 - Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para o Plano FIPECqPREV, dada a característica de ser um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), antes e após a concessão do benefício de prestação continuada, bem como por tratar-se de um Plano Instituidor, não são apresentados percentuais de Custos para o referido Plano, merecendo destaque, o fato de haver assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), em que apenas os referidos assistidos contribuem com, no mínimo, 1% de seus Salários de Participação (conforme estabelecido no artigo 72 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq), destinado integralmente ao custeio dos Benefícios de Pecúlio por Morte de Assistido (e com uma sobrecarga administrativa de no mínimo 15%).

NOTA: Na avaliação atuarial de 2012, a idade média dos participantes ativos é de 54 anos.

2) Considerando tratar-se de um Plano (Puro) de Contribuição Definida (CD), bem como sendo também um Plano Instituidor, não é apresentado Plano de Custeio definido para o Plano FIPECqPREV (uma vez que as contribuições são voluntárias e destinadas aos benefícios de prestação continuada), sendo definida uma contribuição programada mínima de R\$ 32,00 (trinta e dois reais), além de uma Contribuição Mensal e Obrigatória por parte de participantes Ativos e Assistidos de, no máximo, R\$ 19,20 (valores não aplicáveis aos assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE (incorporado a esse Plano FIPECqPREV), cujas contribuições foram definidas no numeral 1 desse item V1).

V2 - Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

A variação do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2011 para o final do ano 2012 é a seguinte:

Referência	31/12/2011	31/12/2012	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	5.867.913,34	6.346.321,35	8,15%
Provisão de Benefícios a Conceder	7.119.212,90	8.809.995,47	23,75%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	12.987.126,24	15.156.316,82	16,70%

V3 - Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano FIPECqPREV vigente na FIPECq, que tem na figura do Instituidor, o FIPECqVIDA, e é patrocinado pelo IPEA, CNPq e INPE, por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não apresentou em

31/12/2012, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado.

NOTA: Transitoriamente, por ter o FIPECqPREV assumido a obrigação de continuar o pagamento de um pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, existe o registro de uma Provisão Matemática de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido e, conseqüentemente, de um Resultado Técnico Acumulado, que, em 31/12/2012, foi Deficitário em R\$ 42.081,35, porém, esse Déficit foi coberto através de reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do referido PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2012, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

2) No que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, a adoção da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) - Suavizada em 10% e a adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) Suavizada em 10%, no encerramento do exercício de 2012, representou um aumento nas Provisões Matemáticas de R\$ 61.597,21.

3) Também, no que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, na avaliação atuarial de 31/12/2012, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: Substituição do q_x da AT-2000 (masculina) para o q_x da AT-2000 (masculina) suavizada em 10% nos Benefícios por Sobrevivência e q_x da AT-83 (masculina), com o custo agravado em 25%, para os Benefícios por Morte.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: Substituição do $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) para o $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina) suavizada em 10%.

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: -

iv) Rotatividade: Considerada Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: -

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: -

viii) Em relação à composição familiar, vem sendo adotada a família efetiva para os assistidos em gozo de benefício de aposentadoria e de pensão por morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo:

98% (compatível com uma inflação anual média da ordem de 4% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

4) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela FIPECq na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2012, foi de 11,20% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,51% o que, em termos reais, representou obter mais 4,71%, não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano, tomando como indexador base o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, aplicável apenas aos assistidos e pensionistas oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq (incorporado a esse Plano FIPECqPREV). Já a rentabilidade, dos demais benefícios, repassada às contas desse Plano FIPECqPREV é calculada com base na variação do valor das Cotas, conforme estabelecido no artigo 34 do Regulamento de Benefícios do Plano FIPECqPREV da FIPECq.

V4 - Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais relacionadas no numeral 3 do item V.3. e os regimes/métodos de financiamento referidos no item V.7., bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIPECq, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A..

V5 - Variação do Resultado no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Tão somente em relação ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, na modalidade de Benefício Definido, oriundos da incorporação do extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, a evolução do Resultado Técnico Acumulado, de 31/12/2011 para 31/12/2012, tem a seguinte abertura:

Superávit Técnico Esperado considerando o valor total das Provisões Matemáticas de 31/12/2012 avaliadas por recorrência desde a abertura do exercício de 2012 (partindo da avaliação atuarial de janeiro de 2011)	R\$ 24.747,54 (*1)
Substituição da Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 (masculina) para AT 2000 (masculina) suavizada em 10%	R\$ (20.202,14)
Substituição da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT 83 (masculina) para AT 83 (masculina) suavizada em 10%	R\$ (41.395,07)
Reversão realizada pelo Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPrev, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2012, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado	R\$ 42.081,35
Outros fatores pulverizados e de origens diversas	R\$ (5.231,68) (*2)
Resultado Técnico Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2012	R\$ 0,00

(*1) $R\$ 15.114.235,47 - R\$ 15.089.487,93 = R\$ 24.747,54$, onde $R\$ 15.114.235,47$ é o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano em 31/12/2012 e onde $R\$ 15.089.487,93$ é o valor total das Provisões Matemáticas avaliadas por recorrência (partindo da Reavaliação Atuarial de janeiro de 2012).

(*2) Equivalente a 0,08% do valor total das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, na modalidade de Benefício Definido, do pequeno grupo de assistidos e pensionistas, em decorrência de ter incorporado o extinto Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq ao Plano FIPECqPrev, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2012, que foi de $R\$ 6.343.085,99$.

V6 - Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Por se tratar de um Plano Instituído do tipo Contribuição Definida (Puro) não se registrou, em 31/12/2012, nem Superávit Técnico Acumulado e nem Déficit Técnico Acumulado, exceto no que se refere ao pequeno grupo de assistidos e pensionistas, oriundos do Plano de Previdência Especial - PPE da FIPECq, que se encontram em gozo de benefício, na modalidade de Benefício Definido, onde se observou a existência, em 31/12/2012, de uma insuficiência Atuarial, a qual foi coberta pela reversão realizada no Fundo Contingencial de Riscos Não Expirados, constituído quando da incorporação do extinto Plano PPE para esse fim, de forma que o Plano FIPECqPREV, do tipo Contribuição Definida (Puro), em 31/12/2012, não apresente, conforme é de sua natureza, Superávit Técnico Acumulado ou Déficit Técnico Acumulado.

V7- Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando que o Plano FIPECqPREV da FIPECq é um Plano em que os benefícios são concedidos na modalidade de Contribuição Definida, logo, estão sendo financiados pelo regime financeiro de Capitalização Individual, exceto no que diz respeito ao pequeno número de assistidos e pensionistas, oriundos da incorporação do extinto

Plano de Previdência Especial - PPE, que estão sendo financiados, adequadamente, da mesma forma que eram financiados no referido PPE, pelo regime financeiro de Capitalização na versão Agregado.

Rio de Janeiro, 04 de março de 2013.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores Membros da Diretoria da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA.

Examinamos as demonstrações contábeis da FIPECq - FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS EMPREGADOS OU SERVIDORES DA FINEP, DO IPEA, DO CNPq, DO INPE E DO INPA ("Fundação"), que compreendem o Balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Fundação, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as Demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Fundação. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Fundação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2012 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfases

Embora não tenha sido objeto de ressalva em nossa Opinião e conforme requerido na Norma de auditoria do Conselho Federal de Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC 1233/2009 (NBC-TA 706), os assuntos a seguir são considerados relevantes para os usuários das demonstrações contábeis:

1. Conforme mencionado na Nota Explicativa 10a), a Fundação mantém contabilizado em 31 de dezembro de 2012 um Fundo Previdencial de R\$ 274.410 mil (R\$ 246.090 mil em 2011), formado pelas contribuições vertidas pelas patrocinadoras CNPq, IPEA, INPE e INPA ao Plano de benefícios previdenciários. Tal valor se refere às contribuições vertidas pelas citadas Patrocinadoras no período anterior a 1º de janeiro de 1991, referentes aos Participantes que foram submetidos ao Regime Jurídico Único - RJU e, por consequência, tiveram a relação de patrocínio com as referidas Patrocinadoras interrompida em razão da extinção de seus contratos de trabalho. Os valores correspondentes à contribuição dos Participantes já foram a eles atribuídos e, consequentemente, não fazem parte do valor acima mencionado.

Em virtude de inexistir uma manifestação das autoridades governamentais a respeito da destinação deste Fundo – se da Patrocinadora, ou do Participante, ou da própria Fundação -, em dezembro de 2010 a FIPECq ajuizou uma Ação Declaratória com o objetivo de obter do Poder Judiciário uma Declaração, por sentença, sobre a destinação dos recursos referentes a este Fundo Previdencial e que integram o seu patrimônio atual. No momento, esta ação judicial ainda não foi apreciada em Primeira Instância.

A Administração da Fundação optou por realizar a atualização deste saldo conforme a meta atuarial, todavia, não há nenhuma determinação judicial, atuarial ou regulamentar que defina sobre o critério a ser adotado.

É incerto o desfecho deste assunto e os seus reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação, e individuais de cada Plano de Previdência Complementar – PPC.

2. A Fundação administrou até 2003 um Plano de benefício assistencial, cujas atividades foram encerradas em abril daquele mesmo ano. Naquela ocasião, foi levantado um déficit no referido Programa assistencial, de R\$4.068 mil, que foi equacionado pela FIPECq com recursos do Fundo Administrativo. Tal procedimento não é permitido pelas normas regulamentares das EFPC. A Fundação solicitou autorização à Secretaria de Previdência Complementar (atualmente PREVIC) em 16 de junho de 2003 para que o referido déficit fosse equacionado da forma até então adotada. Tal posicionamento, todavia, encontra-se pendente de manifestação por aquele Órgão normativo.

Por outro lado, a PREVIC, através do Ofício 1453 de 29 de abril de 2011, requereu à Fundação prestar esclarecimentos se os recursos do Plano Assistencial foram devolvidos ao Fundo Administrativo e se, caso contrário, qual seria o valor atualizado para devolução ao citado Fundo Administrativo. A FIPECq, por sua vez, acredita que ocorreu prescrição, e solicitou à PREVIC o arquivamento do processo de questionamento. Pelos controles da Fundação em 31 de dezembro de 2012, este déficit totaliza R\$ 3.410 mil, tendo em vista que do valor original do déficit (R\$ 4.068 mil), sendo parte recuperada através de recebimentos de contribuições em atraso), e, conseqüentemente, naquela data o Fundo Administrativo está demonstrado a menor por este montante, sem considerar a inflação do período.

Adicionalmente, a PREVIC informou à Fundação (i) sobre os aportes por esta feitos ao Fundo Administrativo com recursos do Programa Previdencial, cujo valor atualizado até dezembro de 2010 totalizava R\$32.112 mil, e (ii) solicitou que sejam tomadas providências no sentido de efetuar a reversão/devolução dos recursos transferidos indevidamente. A FIPECq, por outro lado, prestou esclarecimentos a PREVIC em 24/06/2011 informando que o Fundo recebeu um aporte extraordinário em decorrência do evento extraordinário da edição da Lei 8.112/90 que, ao transformar em Regime Jurídico Único o regime celetista dos então empregados do setor público, tal fato ocasionou perda substantiva do ingresso de recursos para a Fundação, sem que houvesse, de outro lado, condições de reduzir em igual proporção os gastos administrativos e que não há o que ser regularizado.

No momento, é incerto o desfecho destes assuntos e os reflexos sobre as Demonstrações contábeis consolidadas da Fundação e individuais do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

3. Conforme demonstrado na Nota explicativa 5e), a Fundação mantém aplicações em Fundos de Investimentos de diversas modalidades, tais como, Renda Fixa, Ações, Participações, etc., cujo valor em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 434.427 mil, sendo R\$ 405.950 mil para o PPC, R\$ 10.571 mil para o FIPECqPREV e R\$ 17.726 mil para o PGA. Os valores correspondentes às quotas de cada Fundo foram obtidos no sítio da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Como as Demonstrações contábeis auditadas destes Fundos ainda não tinham sido recebidas pela Fundação, os valores das cotas utilizados para fins de valorização do valor investido podem estar sujeitos à variação, se houverem, quando da comparação dos valores utilizados para valorização da carteira em relação àqueles auditados pelos Auditores Independentes dos Fundos de investimento.

Outros Assuntos

1. Anteriormente, auditamos o Balanço patrimonial consolidado da FIPECq - Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA em 31 de dezembro de 2011 as respectivas Demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as Demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a Demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das obrigações atuariais do plano para o exercício findo naquela data, cujo relatório, datado de 26 de março de 2012, foi emitido com Opinião sem ressalvas, mas contendo os mesmos assuntos mencionados no tópico “Ênfases” acima.

Belo Horizonte, 01 de março de 2013.

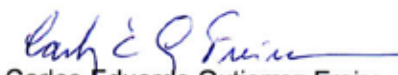
TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC-MG 5.194

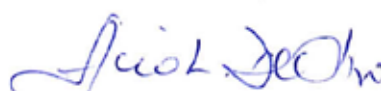
PARECER DO CONSELHO FISCAL

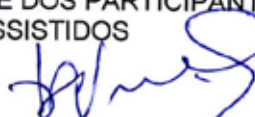
Os Membros do Conselho Fiscal da **Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da FINEP, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA - FIPECq**, no cumprimento de suas atribuições legais e regulamentares, procedido o exame das Demonstrações Contábeis Consolidadas do Exercício de 2012, contendo: Balanço Patrimonial, comparado com exercício anterior; Demonstração da Mutações do Patrimônio Social (Consolidada); Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração de Mutações do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada); Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Previdência Complementar - PPC; Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV; Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis; Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários - Plano de Previdência Complementar - PPC e Plano FIPECqPREV e Parecer dos Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, pela aprovação, sem ressalvas, das Demonstrações Contábeis Consolidadas da **FIPECq**, levantadas em 31 de dezembro de 2012.

Brasília/DF, 20 de março de 2013.


Rosilene Matos Domingues
PRESIDENTE
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES
E ASSISTIDOS


Carlos Eduardo Gutierrez Freire
MEMBRO
REPRESENTANTE DA FINEP


Acioli Antonio de Olivo
MEMBRO
REPRESENTANTE DOS PARTICIPANTES
E ASSISTIDOS


Tarciso José de Lima
MEMBRO SUPLENTE
REPRESENTANTE DO CNPq

	RESOLUÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO			
	DOCUMENTO Nº RCD 001/2013	APROVAÇÃO: 21/03/2013	REVOGAR:	REVOGADA POR:
	ASSUNTO: Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2012			ÚLTIMA REVISÃO:

O Conselho Deliberativo da **FIPECq**, no uso de suas atribuições conforme preceitua o Art. 23, XVII do Estatuto da FIPECq e, após apreciação do Parecer do Conselho Fiscal e discussão constante na Ata da 237ª Reunião do CD, por unanimidade,

RESOLVE:

Aprovar as Demonstrações Contábeis Consolidadas – exercício 2012, contendo:

- a. Balanço Patrimonial;
- b. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada);
- c. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
- d. Demonstração de Mutação do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV ;
- e. Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Previdência Complementar - PPC;
- f. Demonstração do Ativo Líquido do Plano FIPECqPREV;
- g. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada);
- h. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano de Previdência Complementar - PPC;
- i. Demonstração das Obrigações Atuariais do Plano FIPECqPREV;
- j. Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis;
- k. Parecer Atuarial dos Planos Previdenciários:
 - Plano de Previdência Complementar – PPC
 - Plano FIPECqPREV
- l. Parecer dos Auditores Independentes;
- m. Relatório de Atividades.

Brasília – DF, 21 de març o de 2013.


Ruben Silveira Mello Filho
PRESIDENTE

A Diretoria Executiva da FIPECq agradece a todos os empregados a dedicação e o empenho dispensados ao longo do ano de 2012 e aos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal pelo acompanhamento e presteza de seus atos, essenciais para o bom desempenho da Fundação.

Para 2013, o cenário econômico mundial não deverá apresentar alterações substanciais em relação a 2012, com o ambiente de investimentos ainda caracterizado por uma acentuada volatilidade dos mercados financeiros. Esses fatores representam um cenário desafiador ao cumprimento da meta atuarial dos Fundos de Pensão.

Mais uma vez agradecemos a confiança depositada na administração da FIPECq, que continuará a cumprir sua missão de gerir com excelência os seus Planos de Previdência Complementar.

Brasília, 22 de março de 2013.

C

CCB – Cédula de Crédito Bancário
CCI - Registro de Cédulas de Crédito Imobiliário
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CDI - Certificado de Depósito Interbancário

D

DPGE - DEPÓSITO A PRAZO COM GARANTIA ESPECIAL DO FGC
DPGE - Depósitos a Prazo com Garantia Especial

F

FED - Federal Reserve System, o Banco Central dos EUA.
FIDC - Fundo de Investimento em Direito Creditório
FIP - Fundo de Investimento em Participações

H

HEDGE - É uma operação que tem por finalidade proteger o valor de um ativo contra uma possível redução de seu valor numa data futura ou, ainda, assegurar o preço de uma dívida a ser paga no futuro.

I

IGFP - Índice Geral do FIPECq*PREV*
IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado
INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, medido pelo IBGE.
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

N

NTN - Notas de Tesouro Nacional

P

PBS - Plano de Benefícios Saldados
PGA - Plano de Gestão Administrativa
PIB - Produto Interno Bruto
PPC - Plano de Previdência Complementar
PPE - Plano de Previdência Especial, extinto em janeiro de 2011.

S

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

Z

ZERO COST COLLAR - Modalidade de Hedge em que as opções têm preços de exercícios diferentes e a quantidade de opção comprada é a mesma das opções vendidas.

FIPECq

Conselho Deliberativo

Alvaro Albuquerque Junior - FINEP
José Iram Mota Barbosa - INPE
José Valente Chaves - IPEA
Júlio César Socha - IBICT
Kátia Lanuzia Nogueira de Araújo - CNPq
Ruben Silveira Mello Filho - FINEP

Conselho Fiscal

Acioli Antônio de Olivo - INPE
Carlos Eduardo Gutierrez Freire - FINEP
Raimundo Otaíde Picanço Filho - INPA
Rosilene Matos Domingues - FINEP

Diretor Presidente e de Investimentos

Roberto Teixeira de Carvalho

Diretor de Previdência

Adilmar Ferreira Martins

Diretor de Gestão

Sérgio Suren Kurkdjian

Relatório Anual de Atividades 2012

Comunicação - FIPECq
Supervisão: Secretaria-Geral e dos Órgãos Colegiados
Projeto Gráfico e Diagramação: Tathiane Mesquita (JP2931/02)
comunicacao@fipecq.org.br
www.fipecq.org.br
0800 612002



FIPeCq

Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

www.fipcq.org.br

0800 612002

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

2012



FIAPEC

Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

Demonstrativo de Investimentos

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS: PPC E FIPECqPREV, DO PLANO PGA E CONSOLIDADO

CNPJ Nº: 00.529.958.0001-74

MÊS: DEZEMBRO /2012

INVESTIMENTOS	PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PPC	PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA	CONSOLIDADO
---------------	---------------------------------------	--------------------------------	------------------------------------	-------------

Disponível	262.298,98	39.943,40	29.828,98	332.071,36
-------------------	-------------------	------------------	------------------	-------------------

Títulos Públicos				
Titulos Públicos Federais	23.964.035,72	449.261,85	1.112.944,14	25.526.241,71
Notas do Tesouro Nacional - NTN	23.964.035,72	449.261,85	1.112.944,14	25.526.241,71
Total	23.964.035,72	449.261,85	1.112.944,14	25.526.241,71

Créditos Privados e Depósitos				
Instituições Financeiras	287.718.467,37	4.305.537,96	15.000.841,39	307.024.846,72
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	34.196.487,47	2.152.176,00	1.088.507,88	37.437.171,35
Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPGE	220.442.350,60	2.153.361,96	13.912.333,51	236.508.046,07
Letra Financeira - LF	33.079.629,30	-	-	33.079.629,30
Companhias Abertas	44.584.715,15	307.747,51	745.301,28	45.637.763,94
Debêntures não Conversíveis - D/NC	26.819.124,80	307.747,51	745.301,28	27.872.173,59
Cédula de Crédito Bancários - CCB	17.765.590,35	-	-	17.765.590,35
Companhias Fechadas	2.619.025,71	-	-	2.619.025,71
Cédula de Crédito Bancários - CCB	2.619.025,71	-	-	2.619.025,71
Outros Emissores	14.680.973,98	-	-	14.680.973,98
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	14.680.973,98	-	-	14.680.973,98
Total	349.603.182,21	4.613.285,47	15.746.142,67	369.962.610,35

Ações				
MERCADO A VISTA				
Instituições Financeiras				
BCO BRASIL / ON	4.566.323,20	85.606,40	212.070,40	4.864.000,00
BRADESCO / PN	10.835.525,30	190.410,38	491.993,13	11.517.928,81
ITAUUNIBANCO / PN	20.491.810,29	396.239,13	962.366,58	21.850.416,00
Valores a Receber - Dividendos e Juros de Capital	380.766,19	7.045,06	17.601,55	405.412,80
Subtotal	36.274.424,98	679.300,97	1.684.031,66	38.637.757,61

Companhias Abertas				
AES TIETE / PN	996.583,14	18.683,28	46.283,58	1.061.550,00
BMFBOVESPA / ON	4.365.018,00	81.816,00	202.734,00	4.649.568,00
BRF BRASIL FOODS / ON	9.039.798,16	218.291,06	445.610,78	9.703.700,00
CCR S/A / ON	2.890.270,00	68.075,00	175.050,00	3.133.395,00
CEMIG / PN	17.334,20	-	-	17.334,20
ELETRONBRAS / ON	831.964,56	15.597,12	38.638,32	886.200,00
GAFISA / ON	2.210.874,00	41.448,00	102.678,00	2.355.000,00
LIGHT / ON	2.481.984,00	66.960,00	129.456,00	2.678.400,00
LOG-IN / ON	1.637.453,25	30.694,50	76.052,25	1.744.200,00
LOJAS RENNEN / ON	4.080.408,75	76.480,25	189.486,00	4.346.375,00
P. AÇUCAR - CBD / PN	2.445.219,50	45.883,50	113.577,50	2.604.680,50
PETROBRAS / ON	1.067.117,20	19.999,65	49.559,25	1.136.676,10
PETROBRAS / PN	12.487.802,88	108.784,96	604.651,52	13.201.239,36
SID NACIONAL / ON	2.372,00	-	-	2.372,00
USIMINAS / PNA	1.021.913,60	19.366,40	48.000,00	1.089.280,00
VALE / PNA	26.650.918,30	499.635,75	1.237.747,95	28.388.302,00
Valores a Receber - Dividendos e Juros de Capital	87.033,06	1.964,07	4.172,23	93.169,36
Subtotal	72.314.064,60	1.313.679,54	3.463.697,38	77.091.441,52
TOTAL	108.588.489,58	1.992.980,51	5.147.729,04	115.729.199,13

Demonstrativo de Investimentos

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS: PPC E FIPECqPREV, DO PLANO PGA E CONSOLIDADO

CNPJ Nº: 00.529.958.0001-74

MÊS: DEZEMBRO /2012

INVESTIMENTOS	PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC	PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	CONSOLIDADO
Fundos de Investimentos				
Fundos de Investimentos Referenciado	15.887.342,38	1.040.298,26	41.897,51	16.969.538,15
BNP PARIBAS OPTIMUN DI FI REFERENCIADO	5.577.193,24	685.231,69	35.411,21	6.297.836,14
BTG PACTUAL IPCA FI	10.310.149,14	355.066,57	6.486,30	10.671.702,01
Fundos de Investimentos Renda Fixa	157.219.213,67	6.363.773,99	9.191.787,14	172.774.774,80
BRB SOLIDEZ FI RENDA FIXA	15.212.152,80	3.125.156,17	328.029,72	18.665.338,69
BRB FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA IMA-B	15.831.678,79	1.081.205,79	1.663.366,89	18.576.251,47
BNP PARIBAS RF FI RENDA FIXA	31.559.100,01	801.822,11	5.929.894,15	38.290.816,27
BNP PARIBAS INFLACAO FIC FI	56.560.989,78	748.858,92	224.588,51	57.534.437,21
INFINITY IMA TIGER FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	1.102.858,89	-	-	1.102.858,89
SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA	36.952.433,40	606.731,00	1.045.907,87	38.605.072,27
Fundos de Investimentos em Ações - FIA	154.945.759,14	2.717.773,67	6.013.763,76	163.677.296,57
BNY MELLON ARX INCOME FIA	19.384.559,03	363.408,87	900.262,86	20.648.230,76
BNP PARIBAS SMALL CAPS FIA	10.240.423,05	73.758,58	172.559,56	10.486.741,19
RIO BRAVO FUNDAMENTAL FIA	10.722.012,69	201.009,18	497.954,57	11.420.976,44
GAP ACOES FIA	25.304.226,59	474.386,86	1.175.185,64	26.953.799,09
FI EM AÇÕES SUL AMÉRICA TARPON GOVERNANÇA I	3.774.481,09	70.761,46	175.295,46	4.020.538,01
YUKON FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	6.519.514,35	122.223,53	302.781,02	6.944.518,90
GUEPARDO INSTITUCIONAL MASTER FIA	56.793.887,91	1.094.252,72	2.002.020,12	59.890.160,75
MERCATTO GESTAO FUNDAMENTALISTA FIA	22.206.654,43	317.972,47	787.704,53	23.312.331,43
Fundos de Investimentos Multimercado	9.763.485,83	449.200,26	356.571,43	10.569.257,52
BNP PARIBAS TROPPO XIII FI MUL	7.471.671,90	140.073,95	347.001,38	7.958.747,23
INSTITUCIONAL ACTIVE FIX IB MULTIMERCADO FI	2.194.392,62	307.299,91	5.045,58	2.506.738,11
PROFEX INST FIM CREDITO PRIVADO	97.421,31	1.826,40	4.524,47	103.772,18
Fundos de Investimentos em Direito Creditório - FIDC	25.297.942,06	-	2.122.401,57	27.420.343,63
FIDC PREMIUM VEÍCULOS I	19.101.614,16	-	2.122.401,57	21.224.015,73
FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER II - SENIOR	3.661.653,56	-	-	3.661.653,56
FIDC DA SANEAMENTO DE GOIAS SA - SANEAGO INFRA II - SE	2.534.674,34	-	-	2.534.674,34
Fundos de Investimentos em Participações	37.358.169,87	-	-	37.358.169,87
BR EDUCACIONAL FIP	6.222.667,58	-	-	6.222.667,58
FIP BIOTEC	7.567.233,50	-	-	7.567.233,50
FIP TAG	15.430.436,58	-	-	15.430.436,58
PATRIARCA PRIVATE EQUITY FIP	169.873,47	-	-	169.873,47
TRISCORP ATIVOS FLORESTAIS FIP	7.967.958,74	-	-	7.967.958,74
Fundo Imobiliário	5.477.622,57	-	-	5.477.622,57
Fundo de Investimento Imobiliário Memorial Office	5.477.622,57	-	-	5.477.622,57
Total	405.949.535,52	10.571.046,18	17.726.421,41	434.247.003,11
Empréstimos				
Empréstimos a Participantes	21.413.893,91	-	-	21.413.893,91
Valores a Receber	1.158.003,67	-	-	1.158.003,67
Valores a Pagar	(6.365,56)	-	-	(6.365,56)
Total	22.565.532,02	-	-	22.565.532,02
Depósitos Judiciais/Recursais				
Depósitos Judiciais/Recursais	251.517,62	11.878,09	-	263.395,71
Total	251.517,62	11.878,09	-	263.395,71
Outros Realizáveis				
Bloqueio Judicial	4.004,04	-	-	4.004,04
Total	4.004,04	-	-	4.004,04
Outras Exigibilidades				
Outras Exigibilidades	(5.750,29)	(111,81)	(254,16)	(6.116,26)
Total	(5.750,29)	(111,81)	(254,16)	(6.116,26)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	911.182.845,40	17.678.283,69	39.762.812,08	968.623.941,17
Gestão de Investimentos				
Própria	911.182.845,40	17.678.283,69	39.762.812,08	968.623.941,17

Demonstrativo de Investimentos

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS: PPC E FIPECqPREV, DO PLANO PGA E CONSOLIDADO

CNPJ Nº: 00.529.958.0001-74

MÊS: DEZEMBRO /2012

Custos Incorridos com a Administração de Investimentos no ano de 2012

Descrição	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos	3.485.093,94
Administração	1.521.083,51
Rateio da Administração Geral	1.964.010,43
Treinamentos/Congressos	30.849,95
Administração	10.599,32
Rateio da Administração Geral	20.250,63
Viagens e Estádias	106.341,11
Administração	30.755,50
Rateio da Administração Geral	75.585,61
Serviços de Terceiros	418.161,50
Pessoas Jurídicas	280.455,43
Consultorias	151.971,57
Custódias	67.537,50
Auditorias	40.885,60
Sistemas de Riscos	12.348,74
Outros	7.712,02
Rateio da Administração Geral	137.706,07
Despesas Gerais	722.994,11
Locação de Bens Imóveis	167.023,88
Locação de Softwares	199.384,59
Outras	76.256,75
Rateio da Administração Geral	280.328,89
Depreciação/Amortização	62.036,60
Corretagens Pagas :	224.303,43
PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - PPC	206.469,87
PLANO DE BENEFÍCIOS FIPECqPREV	5.687,35
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	12.146,21
TOTAL	5.049.780,64

AETO - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Roberto Teixeira de Carvalho

CPF: 347.166.297-91

Diretor-Presidente e de Investimentos

E-mail: roberto@fipecq.org.br



FIAPECq

Fundação de Previdência Complementar
dos Empregados ou Servidores da FINEP,
do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

www.fipecq.org.br

0800 612002